



SENADO FEDERAL

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022**

**EDITAL**

**(Processo nº 00200.014964/2021-11)**

**(Contratação com utilização de DGBM – Depósitos em Garantia Bloqueados para Movimentação)**

A **UNIÃO**, por intermédio do **SENADO FEDERAL**, doravante denominado SENADO, e este Pregoeiro, designado pela Portaria da Diretoria-Geral nº 2.431, de 2021, tornam pública, para conhecimento das empresas interessadas, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, bem como da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Política de Contratações do Senado Federal estabelecida no Anexo V da Resolução nº 13, de 2018, e do Ato da Diretoria-Geral nº 9, de 2015, e, tendo em vista o que consta do Processo nº 00200.014964/2021-11, a abertura de licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL ANUAL**, destinada à **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação, programação e manutenção dos PABX (s) Ericsson MX-ONE e periféricos do Senado Federal com mão de obra residente e reposição de peças mediante ressarcimento tabelado, bem como regime de plantão, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos, para a Secretaria de Patrimônio do Senado Federal.**

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados, far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico COMPRASNET.

**DATA: 16/03/2022**

**HORÁRIO DE BRASÍLIA: 09h30min**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)**

**OBSERVAÇÃO:** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes no sítio **[www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)**.



SENADO FEDERAL

## CAPÍTULO I - DO OBJETO

**1.1.** O presente pregão tem por objeto a **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação, programação e manutenção dos PABX (s) Ericsson MX-ONE e periféricos do Senado Federal com mão de obra residente e reposição de peças mediante ressarcimento tabelado, bem como regime de plantão, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos, para a Secretaria de Patrimônio do Senado Federal**, de acordo com as quantidades, periodicidade, especificações, obrigações e demais condições deste edital e seus anexos.

**1.1.1.** Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATSER e/ou CATMAT e as constantes deste edital prevalecerão as últimas.

## CAPÍTULO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

**2.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), por meio do sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

**2.1.1.** Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

**2.1.2.** O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao SENADO responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**2.2.** Somente poderão apresentar proposta as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo, e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

**2.3.** Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, empresas que, por qualquer motivo:

**2.3.1.** tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou distrital;

**2.3.2.** tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou impedidas de contratar com a Administração, nos termos do art. 87 da Lei 8.666/1993;

**2.3.3.** estejam impedidas de licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002;



## SENADO FEDERAL

- 2.3.4.** estejam elencadas no art. 9º da Lei nº 8.666/1993;
- 2.3.5.** encontrem-se em processo de dissolução empresarial;
- 2.3.6.** sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- 2.3.7.** consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;
- 2.3.8.** cooperativa de mão de obra, conforme art. 5º da Lei n.º 12.690, de 19 de julho de 2012.
- 2.4.** A fim de verificar as condições de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro realizará consulta nas seguintes bases de dados:
- 2.4.1.** SICAF e Relação de Servidores disponíveis no Portal da Transparência do Senado Federal, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, III, da Lei nº 8.666/93;
- 2.4.2.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no endereço eletrônico [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- 2.4.3.** Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;
- 2.4.4.** Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, mantido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>.
- 2.5.** Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas neste Capítulo referidas anteriormente, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

### CAPÍTULO III – DA VISTORIA

- 3.1.** É facultado à licitante interessada em participar deste Pregão, mediante prévio agendamento junto à Coordenação de Telecomunicações do Senado Federal, realizar vistoria técnica, **com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis**, contados da data marcada para a sessão pública, para conhecer todos os locais onde serão executados os serviços objeto da licitação, inclusive a galeria técnica, bem como os equipamentos.
- 3.1.1.** A vistoria deverá ser agendada de segunda a sexta nos horários das 08h30 às 12h e 14h às 17h30, com o chefe do Serviço de Comutação Telefônica - SECOMUT, pelo telefone (61) 3303-1110 ou pelo e-mail [secomut@senado.gov.br](mailto:secomut@senado.gov.br).
- 3.1.2.** Não será realizada vistoria sem prévio agendamento ou fora do prazo estabelecido.



## SENADO FEDERAL

**3.1.3.** A vistoria poderá ser realizada por responsável técnico ou representante da pessoa jurídica interessada em participar da licitação, que deverá comparecer municiado de identificação pessoal e do comprovante de vínculo com a empresa ou de procuração.

**a.** A comprovação do vínculo poderá ser feita através do contrato de trabalho, contrato provisório de trabalho, contrato de prestação de serviço ou contrato social da empresa (no caso de sócio ou gerente).

**b.** Caso o vistoriador não atenda aos requisitos do item 3.1.3, não será executada a vistoria.

**3.2.** Realizada a vistoria, a licitante receberá o Termo de Vistoria, emitido pelo Serviço de Comutação Telefônica da Coordenação de Telecomunicações do Senado Federal.

**3.3.** Caso a interessada opte por não realizar vistoria, firmará declaração na qual dispensa a necessidade de vistoria, assumindo todo e qualquer risco por sua decisão e se comprometendo a prestar fielmente o serviço nos termos de sua proposta e do presente edital.

**3.4.** O Termo de Vistoria ou a Declaração de Dispensa de Vistoria deverá ser apresentada no ato de cadastramento da proposta. A não apresentação dos mencionados documentos implica aceitação geral e irrestrita por parte da licitante das especificações e condições do objeto licitado e de sua plena execução.

## **CAPÍTULO IV - DA RETENÇÃO DE PROVISÕES POR MEIO DE DEPÓSITO EM GARANTIA BLOQUEADOS PARA MOVIMENTAÇÃO - DGBM**

**4.1.** Esta contratação adotará a retenção da provisão de valores para o pagamento das férias, 1/3 constitucional de férias, 13º salário, com seus respectivos depósitos de FGTS e encargos previdenciários, da multa sobre FGTS, e outras verbas rescisórias devidas aos trabalhadores da Contratada nos termos do Ato da Diretoria-Geral nº 11, de 2017 (Anexo 14).

**4.1.1.** As verbas mencionadas no item 4.1 serão deduzidas do valor mensal a ser pago pelo SENADO, mensalmente, à Contratada.

**4.1.2.** A última fatura apresentada pela Contratada relativa ao contrato a ser firmado será paga após a comprovação da quitação das verbas mencionadas no item 4.1.

**4.1.3.** Os depósitos de que trata o item 4.1 serão efetuados conjuntamente com os valores correspondentes ao lucro e à taxa de administração incidentes sobre a parcela depositada, os quais serão liberados após a quitação das respectivas verbas trabalhistas e/ou previdenciárias.

**4.1.4.** As quantias que serão retidas para o atendimento deste Capítulo serão obtidas pela aplicação de percentuais e valores constantes da proposta da Contratada.

**a.** Os valores relativos aos encargos previdenciários e ao FGTS serão liberados à Contratada após a comprovação dos respectivos pagamentos.

**b.** O percentual a ser retido relativamente a rubrica “Multa sobre FGTS dos Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado” da planilha de custos e formação de preços da



## SENADO FEDERAL

proposta da Contratada será fixo e corresponderá a 3,82% (três inteiros e oitenta e dois centésimos por cento) da remuneração do empregado.

**4.1.5.** A retenção prevista no item 4.1, bem como a sua liberação à contratada, dar-se-á de acordo com o previsto no Ato da Diretoria-Geral nº 11/2017 – Anexo 14.

**4.2.** A assinatura do contrato **será realizada antes** dos seguintes atos:

**4.2.1.** Solicitação do Senado Federal à Instituição Financeira, mediante ofício, de implementação de DGBM;

**4.2.2.** A assinatura, pela empresa a ser contratada, do ato da regularização do DGBM perante a Instituição Financeira, a qual implicará expressa outorga de poderes ao Senado Federal para:

**a.** ter acesso aos saldos e aos extratos;

**b.** efetuar os pagamentos de verbas trabalhistas e/ou previdenciárias e de penalidades administrativas.

### **CAPÍTULO V – DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA E ANEXAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**5.1.** A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

**5.2.** A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o **preço global anual** de cada item, observadas as especificações constantes dos anexos deste edital, expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados apenas até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto do contrato, em especial observada a legislação trabalhista, previdenciária, tributária e o Acordo Coletivo de Trabalho ou a Convenção Coletiva de Trabalho indicado(a) sob a responsabilidade do licitante nos termos do item 12.1.1.a.1.1.

**5.3.** O campo ‘Descrição Detalhada do Objeto Ofertado’ será destinado às informações complementares da proposta.

**5.4.** No ato do cadastramento da proposta, a licitante deverá anexar em campo próprio do sistema a documentação comprobatória dos requisitos de habilitação estabelecidos no Capítulo XIII deste edital.

**5.4.1.** A licitante poderá deixar de anexar em campo próprio do sistema apenas os documentos de habilitação que constem do SICAF, observando-se, nesse caso, o disposto nos itens 13.1.1 e 13.3 do edital.

**5.4.2.** Os documentos que compõem a habilitação e os eventuais anexos da proposta cadastrada da licitante mais bem classificada somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento da fase de lances.

**5.5.** A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.



## SENADO FEDERAL

- 5.6.** Não serão classificadas as propostas em desconformidade com este edital.
- 5.7.** A licitante que se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverá declarar em campo próprio do sistema.
- 5.8.** A licitante que seja beneficiada pela desoneração tributária prevista na Lei nº 13.161/2015, que alterou a Lei nº 12.546/2011 deverá observar os valores máximos aceitáveis para esta licitação, para empresas com desoneração, constantes do Termo de Referência – Anexo 1 e Anexo 6.
- 5.9.** Considerando tratar-se de contratação de serviços mediante cessão de mão de obra, a licitante que se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional não poderá se utilizar dos benefícios do regime tributário diferenciado em sua proposta de preços e, caso venha a ser contratada, estará sujeita à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, em decorrência de sua exclusão obrigatória a contar do mês seguinte ao da contratação, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, excetuadas as situações previstas pelos arts. 17, § 1º, e 18, § 5º-H, da referida lei.
- 5.10.** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.
- 5.11.** Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.
- 5.12.** As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.
- 5.12.1.** Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.
- 5.13.** A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

## CAPÍTULO VI – DA SESSÃO PÚBLICA

- 6.1.** A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).
- 6.2.** Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).
- 6.2.1.** Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá formalizar o apontamento, de imediato e exclusivamente, pelo e-mail [licita@senado.leg.br](mailto:licita@senado.leg.br), sob pena de preclusão da oportunidade de alegação da matéria, devendo o Pregoeiro registrar o fato no “chat” e relatar o teor das comunicações.
- 6.3.** Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.





## SENADO FEDERAL

**6.4.** Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**6.5.** No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

**6.6.** O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

### **CAPÍTULO VII – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**7.1.** Em sede de verificação de conformidade formal das ofertas cadastradas, o Pregoeiro somente poderá realizar a desclassificação das propostas antes da fase de lances quando:

**7.1.1.** as descrições do objeto estiverem em manifesta desconformidade com o edital;

**7.1.2.** os valores ofertados configurarem preços simbólicos, irrisórios ou com presunções absolutas de inexequibilidade;

**7.1.3.** as informações registradas na descrição do objeto evidenciarem, de forma flagrante, a identificação da licitante.

**7.2.** Somente as licitantes com propostas apresentadas classificadas participarão da fase dos lances.

### **CAPÍTULO VIII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

**8.1.** Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

**8.2.** A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

**8.3.** Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

**8.4.** Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

**8.4.1.** Para o fim de desempate das propostas serão aplicados, sucessivamente, os critérios previstos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e no §2º do art. 3º da Lei nº 8.666/1993 e, persistindo o empate, o sorteio eletrônico a ser realizado pelo sistema.

**8.5.** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.



## SENADO FEDERAL

**8.6.** Durante a “etapa aberta” da fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

**8.6.1.** A possibilidade de exclusão de lance inexequível por parte do Pregoeiro não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

**8.7.** Para envio dos lances referentes ao presente pregão eletrônico será adotado o modo de disputa “aberto e fechado”, conforme procedimento estabelecido no art. 33 do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

### **CAPÍTULO IX - DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**9.1.** Havendo participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte na sessão de lances, serão observados, antes da declaração da licitante vencedora, os critérios de preferência estabelecidos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

**9.1.1.** Encerrada a fase de ofertas de lances, caso a melhor proposta não tenha sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por alguma(s) dessas pessoas jurídicas, com valor até 5% (cinco por cento) superior à menor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

**a.** a microempresa ou empresa de pequeno porte será convocada a apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas às exigências habilitatórias, será adjudicado a seu favor o objeto desta licitação;

**b.** não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite fixado no “caput” deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

**9.1.2.** Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

**9.2.** A fim de verificar a pertinência de declaração de enquadramento da licitante mais bem classificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, o Pregoeiro realizará consulta ao Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, para verificar se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante ME/EPP, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data da licitação, fixada no preâmbulo deste Edital, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido como condição para esse benefício, conforme art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.





SENADO FEDERAL

## CAPÍTULO X – DO JULGAMENTO

**10.1.** O critério de julgamento adotado será o de **menor preço global anual**.

## CAPÍTULO XI – DA NEGOCIAÇÃO

**11.1.** Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

**11.1.1.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

## CAPÍTULO XII – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

**12.1.** O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o Anexo 10 do edital e devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

**12.1.1.** A proposta de preços deverá, ainda, estar acompanhada dos seguintes anexos:

**a.** Em relação aos **Item 1 (mão-de-obra residente)**: Planilha de composição de custos e formação de preços, conforme modelo constante do Anexo 7, com especificação da categoria profissional, carga horária diária, preço mensal unitário por categoria, preço total mensal por categoria, preço global mensal e global total da proposta para os 12 (doze) meses de execução contratual;

**a.1.** A composição dos custos da proposta será realizada a partir do Acordo Coletivo de Trabalho ou da Convenção Coletiva de Trabalho indicado(a) sob a responsabilidade do licitante nos termos da alínea a.1.1, devendo ser observado, como valor mínimo, os salários-base informados no Anexo 4;

**a.1.1.** É de responsabilidade da licitante a indicação do ACT/CCT tendo em vista seu enquadramento sindical (art. 511, § 2º, da CLT) ou, em caso de vinculação sindical plúrima do empregador terceirizante (art. 581, §1º, CLT), norma coletiva de trabalho (ACT/CCT) que envolva os segmentos profissionais cujas atividades estejam contempladas no objeto da licitação.

**a.1.2.** Deverá ser considerado o auxílio-alimentação no valor de R\$ 22,12 (vinte e dois reais e doze centavos), por dia útil de trabalho, fixado por decisão na 14ª Reunião de 2011 da Comissão Diretora, realizada de 20/12/2011, ou valor estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho ou na Convenção Coletiva de Trabalho indicado(a) sob a responsabilidade do licitante nos termos da alínea a.1.1, caso este seja superior àquele.

**a.1.3.** Deverá ser apresentado memorial de cálculo para os itens da planilha de formação de custos por categoria, conforme Anexo 7, especialmente os variáveis, cujo cálculo dependa de dados estatísticos e que não sejam



## SENADO FEDERAL

decorrentes de obrigação legal. Tal memorial será avaliado pelo Pregoeiro, com o suporte técnico da Equipe de Apoio com formação profissional na área contábil, havendo a possibilidade de diligências e complementação de informações, caso se entenda necessário.

**i.** Considerando os princípios da economicidade e da obtenção da proposta mais vantajosa e com fundamento no art. 623 da CLT, será considerada indevida a inclusão, na planilha de custos e formação de preços, de benefícios estabelecidos em acordo ou convenção coletiva de trabalho que:

**i.1.** atribuam exclusivamente ao tomador de serviços a responsabilidade pelo seu custeio;

**i.2.** estabeleçam distinções entre os trabalhadores alocados nos postos de trabalho do tomador de serviços e os demais trabalhadores da empresa; e

**i.3.** condicionem o benefício à liberalidade do tomador de serviços.

**a.1.4.** As licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não cumulativa de PIS e COFINS deverão apresentar o Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais (DACON) ou Escrituração Fiscal Digital (EFD), comprovando que as alíquotas dos referidos tributos constantes da planilha de custos correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis nºs. 10.637/2002 e 10.833/2003, com base nos quatro últimos demonstrativos ou, quando estes forem em número inferior a quatro, nos demonstrativos apresentados após o enquadramento da empresa no regime de tributação lucro real.

**b.** Em relação ao **Item 12** (peças de reposição e componentes): planilha conforme modelo constante do Anexo 12, devendo a licitante especificar, de forma expressa na planilha, a marca e o modelo dos itens ofertados;

**c. Declaração** expressa de que estará apta a iniciar a execução dos serviços no prazo de **até 5 (cinco) dias úteis**, a contar da assinatura do contrato.

**d. Declaração** de que tomou conhecimento da retenção mensal das provisões por meio de DGBM a ser realizada pelo Senado Federal, na forma do Capítulo IV e do Ato da Diretoria-Geral nº 11/2017 (Anexo 14).

**e. Instrumento de outorga de poderes** ao representante legal da empresa que assinará o contrato.

**12.1.2.** Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o e-mail [licita@senado.leg.br](mailto:licita@senado.leg.br), devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

**12.1.3.** O prazo para envio da proposta é de, no mínimo, 60 (sessenta) minutos a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a



## SENADO FEDERAL

depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

**12.1.4.** Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

**12.1.5.** Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

**12.1.6.** Todos os valores constantes da proposta de preços e planilhas anexas deverão ser expressos em algarismo arábico e na moeda Real, considerados apenas até os centavos, compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do contrato, observada a legislação trabalhista, previdenciária, tributária e convenção coletiva de trabalho adotada;

**12.1.7.** Caso venha a ser contratada, a licitante não poderá alegar falta ou omissão de itens nas referidas planilhas, e, às suas expensas, deverá executar todos os serviços e fornecer todos os materiais que se mostrarem posteriormente necessários ao pleno atendimento do objeto contratado, sem que isso implique em custo adicional ao Senado Federal.

**a.** A licitante assume integral responsabilidade acerca das alíquotas e base de cálculo dos tributos e contribuições previdenciárias que compõem a proposta, em especial àqueles influenciados por seu regime de tributação (PIS e COFINS); por incidência de desoneração (INSS e CRPB) e/ou diferenciação de alíquota/base de cálculo em decorrência da atividade desempenhada (ISS).

**a.1.** A aceitação da proposta por parte do Senado Federal não gera para a futura contratada o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro quando a modificação superveniente da alíquota e/ou base de cálculo dos tributos e contribuições previdenciárias for decorrente de ato voluntário da empresa ou em face de erro inescusável quanto à interpretação de seu regime de tributação.

**12.2.** Caso haja erros ou omissões sanáveis no conteúdo da proposta e da planilha de composição de custos, será oportunizado à licitante realizar os devidos ajustes e complementações desde que não haja a majoração do preço global ofertado durante a fase de lances.

**12.2.1.** Respeitado o preço global ofertado durante a fase de lances e observado os valores unitários máximos fixados em edital, admitir-se-á a redistribuição dos valores totais unitários.

**12.2.2.** Para a realização dos ajustes na proposta e na planilha, será concedido o prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da comunicação formal do Pregoeiro via chat, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

**12.2.3.** Diante da ocorrência de novos erros resultantes das correções e complementações realizadas nos termos do item 12.2, poderá o Pregoeiro oportunizar a realização de novos ajustes, desde que mantido o valor global ofertado durante a fase de lances.



## SENADO FEDERAL

a. O prazo para a realização dos novos ajustes será fixado motivadamente pelo Pregoeiro, tendo em vista a complexidade das correções.

**12.3.** A proposta será desclassificada quando:

**12.3.1.** as especificações do objeto ofertado estiverem em manifesta desconformidade com as exigências estabelecidas no edital;

**12.3.2.** contiver valores simbólicos, irrisórios ou com presunção absoluta de inexequibilidade, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie, de forma expressa e motivada, à parcela ou à totalidade de remuneração.

**12.4.** O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto ao preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor estimado constante no Termo de Referência (Anexo 1).

**12.4.1.** Os valores unitários não poderão ser superiores aos constantes nos Anexos 5, 6 e 12.

**12.4.2.** O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a correção de falhas de natureza formal e a complementação de informações.

**12.4.3.** Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital.

**12.4.4.** Se houver indícios de inexequibilidade relativa da proposta, o Pregoeiro deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta.

## CAPÍTULO XIII – DA HABILITAÇÃO

**13.1.** A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, Nível I ao VI do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação especificada neste edital.

**13.1.1.** Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III, IV e VI, as licitantes deverão apresentar documentação complementar a fim de suprir tais exigências, observado em relação às empresas enquadradas como ME/EPP o disposto no art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

**13.2.** Para fins de habilitação jurídica, o Pregoeiro verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como “objeto social” no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.

**13.3.** Caso não estejam digitalmente disponíveis no SICAF, em observância ao disposto no item 5.4 deste edital, no ato do cadastramento da proposta, a licitante deverá apresentar a documentação comprobatória dos seguintes requisitos de habilitação:

### **13.3.1. CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL:**

a. **Certidão de Registro de Pessoa Jurídica**, expedida pelo CREA da região onde se situa a sede da empresa ou sua filial, em nome da licitante;



## SENADO FEDERAL

**b. Atestado(s) de Capacidade Técnica** expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante já executou, por período não inferior a 12 (doze) meses, serviços compatíveis com características do objeto licitado, assim considerados a gestão de mão de obra terceirizada, de, ao menos, 01 (um) profissional.

**b.1.** Para a comprovação do lapso temporal mencionado na alínea “b” (12 meses), será admitido o somatório de atestados, desde que as contratações correspondam a períodos sucessivos, mas não concomitantes.

**c. Atestado (s) de capacidade técnica** expedido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante já executou, por período não inferior a 12 (doze) meses, serviços de operação e manutenção em PABX da marca Ericsson, com, no mínimo, 500 (quinhentas) portas, quando contabilizados ramais e troncos;

**c.1.** Quanto ao aspecto qualitativo, não é necessário que a comprovação das parcelas de maior relevância técnica apontadas na alínea “c” (“operação”, e “manutenção”) seja formalizada, necessariamente, em único atestado, sendo admitido o somatório desde que observado, para cada atestado, que os serviços foram executados em PABX da marca Ericsson/Aastra/Mitel, com, no mínimo, 500 (quinhentas) portas, quando contabilizados ramais e troncos, conforme Anexo 2 do edital;

**c.2.** Para a comprovação do lapso temporal mencionado na alínea “c” (12 meses), será admitido o somatório de atestados, desde que as contratações correspondam a períodos sucessivos, mas não concomitantes, e que seja observado o disposto na alínea “c.1”;

**c.3.** A licitante deve disponibilizar todas as informações e documentos que eventualmente se façam necessários à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, tais como documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foram prestados os serviços.

### **13.3.2. CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL:**

**a.** Declaração indicando o nome, CPF e número do registro no CREA do (s) responsável (is) técnico (s) que acompanhará (ão) a execução dos serviços de que trata o objeto deste Edital, devendo referir-se a profissionais de nível superior com formação em Engenharia Elétrica ou Engenharia de Telecomunicações, e que tenham vínculo com a empresa licitante;

**a.1.** A comprovação do vínculo a que se refere a alínea “a” se fará com a apresentação de cópia dos seguintes documentos: contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio; carteira de trabalho (CTPS), ficha de registro de empregado ou contrato de prestação de serviço, em que conste a licitante como contratante; ou, ainda, de declaração de contratação futura do responsável técnico, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional;



## SENADO FEDERAL

- b.** Certidão de Registro do (s) Engenheiro (s). Responsável (is) Técnico (s) junto ao CREA da região a que estiver (em) vinculado (s);
- c.** Atestado(s) de Capacidade Técnico-Profissional, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT), comprovando que o(s) profissional(is) indicado(s) pela empresa licitante na forma da alínea “a”, atuou(aram) como responsável(is) técnico(s) na execução de serviços de operação e manutenção preventiva e corretiva em PABX.
- d.** Declaração da licitante, nos termos do §6º do art.30 da Lei nº 8.666/1993, de que tem condições de garantir o fornecimento das peças, componentes e demais materiais, novos e genuínos, encontrando-se apta ao pleno atendimento do objeto desta licitação e de todas as exigências contratuais.
- e.** Declaração de que o licitante instalará escritório no Distrito Federal, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da vigência do contrato.

### 13.3.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

**a.** balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei ou de regulamentação da Receita Federal do Brasil em caso de escrituração contábil digital, extraídos do Livro Diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprovem a boa situação financeira da empresa, mediante os seguintes critérios:

**a.1.** LG - Liquidez Geral, LC - Liquidez Corrente e SG - Solvência Geral superiores a 1 (um), sendo os índices obtidos a partir das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

$$LC = \frac{AC}{PC}$$

$$SG = \frac{AT}{PC + ELP}$$

Onde

AC = Ativo Circulante  
RLP = Realizável a Longo Prazo  
PC = Passivo Circulante





SENADO FEDERAL

ELP = Exigível a Longo Prazo

**a.2.** Capital Circulante Líquido – CCL ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) no valor mínimo de 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor global anual estimado para a contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social.

**b.** Patrimônio Líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor global anual estimado para a contratação, devendo a comprovação ser feita através do balanço exigido na alínea “a”, admitindo-se a sua atualização até o mês que anteceder a abertura desta licitação, por meio de índices oficiais, quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta.

**c.** declaração, conforme modelo constante do Anexo 9, que contenha *Relação De Compromissos Assumidos*, demonstrando que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data prevista para apresentação da proposta, não é superior a 100% (cem por cento) do patrimônio líquido, podendo este ser atualizado na forma da alínea “b”;

**c.1.** com o objetivo de demonstrar a veracidade das informações prestadas na subcondição anterior, a licitante classificado, provisoriamente, em primeiro lugar, deverá apresentar a Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) referente ao último exercício social.

**c.2.** caso seja detectada divergência no valor total dos contratos firmados na declaração de que trata o subitem c, de 10% (para mais ou para menos) em relação à receita bruta discriminada na Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), a licitante deverá apresentar os devidos esclarecimentos, a serem apreciados pela Equipe de Apoio com formação na área contábil.

**d.** Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de Insolvência Civil, expedida no domicílio da pessoa física; e

**e.** A documentação constante no SICAF poderá ser considerada para fins de comprovação da documentação exigida na alínea “a” (balanço patrimonial) e subalínea “c.1” (Demonstração de Resultado do Exercício – DRE).

#### 13.3.4. OUTROS DOCUMENTOS:

**a.** A licitante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação:

**a.1.** Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;



## SENADO FEDERAL

**a.2.** Declaração de inexistência de fato impeditivo, nos termos do § 2º do art. 32 da Lei nº 8.666/1993; e

**a.3.** Declaração de Proposta Independente (DPI).

**13.4.** Caso seja necessário, para fins de confirmação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, o Pregoeiro, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio, através do campo de “anexos” do sistema, de documentação complementar.

**13.4.1.** Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio pelo sistema, será admitido o envio dos respectivos documentos para o e-mail [licita@senado.leg.br](mailto:licita@senado.leg.br), devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

**13.4.2.** O prazo para envio dos documentos é de, no mínimo, 60 (sessenta) minutos a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

**13.4.3.** Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

**13.4.4.** Em caso de não envio dos documentos no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

**13.4.5.** Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

**13.4.6.** Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Secretaria da Comissão Permanente de Licitação do Senado Federal, situada na Via N2, Bloco 16, CEP 70.165-900, Brasília-DF, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.

**13.4.7.** O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos encaminhados na forma do item 13.4.

**13.5.** Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

**13.5.1.** Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

**13.5.2** – Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.



## SENADO FEDERAL

**13.6.** Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.

**13.7.** As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**13.7.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

**13.7.2.** A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

**13.8.** O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante quando o intervalo entre a sua data de expedição ou revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

**13.8.1.** Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

**13.9.** Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de “Ocorrências Impeditivas Indiretas” em relação à primeira classificada no certame, o Pregoeiro deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 3º da Lei nº 8.666/1993 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, “e”, e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

**13.9.1.** Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:

- a. identidade dos sócios;
- b. atuação no mesmo ramo de atividades;
- c. data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;
- d. compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos.
- e. identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;
- f. identidade de telefones, e-mails e demais informações de contato.



## SENADO FEDERAL

**13.9.2.** Diante da constatação de possível tentativa de burla ou fraude a qualquer sanção de suspensão temporária, impedimento de licitar ou declaração de inidoneidade aplicada a uma outra empresa, o Pregoeiro registrará, no “chat”, os fatos e indícios levantados, suspenderá o certame e oportunizará à licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

**13.9.3.** Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, o Pregoeiro, ao estender à licitante os efeitos das sanções de suspensão temporária e/ou impedimento de licitar e/ou contratar com a Administração, bem assim de declaração de inidoneidade aplicadas à outra pessoa jurídica:

- a.** inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;
- b.** relatará o fato à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

### **CAPÍTULO XIV – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA**

**14.1.** Será analisada a proposta da primeira colocada e caso a proposta não seja aceitável ou, ainda, se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

**14.2.** Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

### **CAPÍTULO XV – DO RECURSO**

**15.1.** Declarada a vencedora, o Pregoeiro abrirá prazo de 20 (vinte) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, exclusivamente em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

**15.1.1.** A ausência do registro de intenção de recurso, no prazo estabelecido no item anterior, implica a decadência do direito e autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

**15.1.2.** Na motivação, a licitante deverá indicar qual ato decisório é objeto da intenção de recurso e o fundamento sucinto para o pleito de reforma ou revisão.

**15.1.3.** O Pregoeiro realizará o exame de admissibilidade da intenção recursal, limitando-se a verificar a presença dos pressupostos recursais.

- a.** A decisão do Pregoeiro acerca da aceitação ou rejeição da intenção de recurso será devidamente motivada e registrada em campo próprio do sistema.



## SENADO FEDERAL

**b.** Não será admitida intenção de recurso quando:

- b.1.** constatada a ausência de pressuposto de admissibilidade recursal;
- b.2.** fundada em mera insatisfação da licitante;
- b.3.** ostentar caráter meramente protelatório.

**15.1.4.** A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita poderá registrar as razões do recurso, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

**a.** Para o regular processamento do recurso, alerta-se que o Sistema COMPRASNET exige o preenchimento pela recorrente do campo referente às razões recursais no prazo indicado.

**15.2.** Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

**15.2.1.** Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

**15.3.** Admitida a intenção recursal, o Pregoeiro poderá reconsiderar ou não a sua decisão objeto do recurso.

**15.3.1.** Não havendo reconsideração da decisão, os autos serão encaminhados à autoridade superior para julgamento do recurso.

**15.4.** Os recursos apresentados pelas licitantes serão dirigidos, por intermédio do Pregoeiro, ao Senhor Diretor-Executivo de Contratações, nos termos do art. 10 da Política de Contratações do Senado Federal, Anexo V da Resolução nº 13 de 2018 c/c o art. 4.º, incisos XVIII, XIX, XX e XXI, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002.

**15.5.** O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

## CAPÍTULO XVI - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

**16.1.** O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá ao Diretor-Executivo de Contratações do Senado Federal.

**16.2.** A homologação deste Pregão compete à Diretora-Geral do Senado Federal.

**16.3.** O objeto deste Pregão será adjudicado pelo **menor preço global anual** à vencedora do certame.



SENADO FEDERAL

## CAPÍTULO XVII – DA ASSINATURA DO CONTRATO

**17.1.** Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para assinar o contrato, dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis** de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

**17.1.1.** Será permitida a assinatura eletrônica do contrato, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no item 17.1.

**17.1.2.** O SENADO poderá enviar o contrato para assinatura da licitante, que deverá devolvê-lo assinado no prazo previsto no item 17.1.

**17.1.3.** Caso a licitante não compareça ou assine o contrato no prazo estabelecido, fica o Pregoeiro autorizado a convocar outra licitante para assumir o objeto da licitação e, após negociação e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, assinar o respectivo contrato, obedecida a ordem de classificação.

**17.2.** Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

## CAPÍTULO XVIII – DAS PENALIDADES

**18.1.** A licitante que, convocada para assinar o contrato, no prazo estabelecido no item 17.1, ficará sujeita à multa de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor global, caso se recuse ao cumprimento desse procedimento nesse prazo, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei.

**18.2.** As licitantes subsequentes, na hipótese de aceitarem a convocação prevista no subitem 17.1.3, e, posteriormente, recusarem-se a assinar o contrato, ficarão também sujeitas às sanções referidas no item 18.1.

**18.3.** Se a licitante e/ou contratada deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a licitação ou a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF ou do sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002 pelo prazo de até 5 (cinco) anos, bem como estará sujeita ao pagamento de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do ajuste, se contratada, ou sobre o valor total de sua proposta, se licitante, sem prejuízo das demais cominações legais.

**18.4.** Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV do artigo 5º da Lei nº 12.846/2013 sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

**18.5.** Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.





SENADO FEDERAL

## CAPÍTULO XIX – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

**19.1.** Até às 17h (horário de Brasília/DF) do terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico [licita@senado.leg.br](mailto:licita@senado.leg.br).

**19.2.** Compete ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação.

**19.2.1.** A impugnação não enseja efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 1 (um) dia útil antes do prazo previsto para a abertura do certame.

**19.3.** Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**19.4.** Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao Pregoeiro até às 17h (horário de Brasília/DF) do terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico [licita@senado.leg.br](mailto:licita@senado.leg.br).

**19.4.1.** O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, prestará os esclarecimentos solicitados até 1 (um) dia útil antes do prazo previsto para a abertura do certame.

**19.5.** As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados.

## CAPÍTULO XX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**20.1.** O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.

**20.2.** Integram este edital os seguintes anexos:

**Anexo 1** – Termo de Referência;

**Anexo 2** – Especificações Técnicas dos Serviços e Equipamentos;

**Anexo 3** – Qualificação da Equipe Técnica, Frequência e Descrição dos Serviços;

**Anexo 4** – Descrição da Categoria, Quantidade, Jornada de Trabalho e Salário Base;

**Anexo 5** – Planilha de Composição de Custos com Preços Máximos aceitáveis;

**Anexo 6** – Planilha de Composição de Custos para Empresas Beneficiadas pela Desoneração Tributária Prevista na Lei nº 13.161/2015 com Preços Máximos aceitáveis;

**Anexo 7** – Planilha de preços de 1 (um) profissional nos termos da Instrução Normativa nº 05/2017 do MPOG/SLTI;

**Anexo 8** – Minuta de Contrato;

**Anexo 9** – Declaração de Contratos Firmados com a Iniciativa Privada e Administração Pública;



## SENADO FEDERAL

- Anexo 10** – Modelo de Apresentação de Proposta;
- Anexo 11** – Modelo de Autorização;
- Anexo 12** – Relação de Peças de Reposição e preços máximos aceitáveis;
- Anexo 13** – Acordo entre o MPU e AGU;
- Anexo 14** – Ato da Diretoria-Geral nº 11/2017;
- Anexo 15** – Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o SENADO e o Banco do Brasil, para operacionalização do DGBM;
- Anexo 16** – Modelo de Autorização Para Utilização do Sistema de Depósito em Garantia Bloqueados para Movimentação – DGBM;
- Anexo 17** – Ato do 1º Secretário nº 8/2018; e
- Anexo 18** – Modelo de Declaração de Vistoria do Local.

**20.3.** É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos pelo Pregoeiro.

**20.3.1.** A inclusão posterior de documentos será admitida em caráter de complementação de informações acerca dos documentos enviados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame, no sentido de aferir o substancial atendimento aos requisitos de proposta e de habilitação.

**20.4.** No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

**20.5.** As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**20.6.** As demais disposições obrigatórias definidas nos incisos do art. 40 da Lei nº 8.666/1993 estão previstas nos anexos deste edital.

**20.7.** Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

## CAPÍTULO XXI – DO FORO

**21.1.** Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão, que não possa ser resolvida administrativamente, fica eleito o foro da Justiça Federal, na cidade de Brasília, Seção Judiciária Federal do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro.

Brasília, 22 de fevereiro de 2022.



SENADO FEDERAL

**FELIPE GUIMARÃES CÔRTEZ**

**Pregoeiro**



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022

(Processo nº 00200.014964/2021-11)

ANEXO 1

TERMO DE REFERÊNCIA

<b>OBJETO</b>	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação, programação e manutenção dos PABX (s) Ericsson MX-ONE e periféricos do Senado Federal com mão de obra residente e reposição de peças mediante ressarcimento tabelado, bem como regime de plantão, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos, para a Secretaria de Patrimônio do Senado Federal.				
<b>ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO</b>	Conforme Anexos 2, 3, 4, 5 e 6 do edital.				
<b>QUANTIDADE E CATSER/CATMAT</b>	<b>MÃO DE OBRA RESIDENTE</b>				
	<b>Item</b>	<b>Categoria</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quant. de funcionários</b>	<b>CATSER/CAT MAT</b>
	1	Técnico em Telecomunicações	profissional	2	18627
	<b>MANUTENÇÃO DOS MÓDULOS DOS SISTEMAS TELEFÔNICOS</b>				
	<b>Item</b>	<b>Especificação resumida</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quant.</b>	<b>CATSER/CAT MAT</b>
	2	PABX Ericsson MX-ONE 7.3, com redundância de processamento e rede instalada na Coordenação de Telecomunicações do SENADO – Bloco 13.	mês	12	18627
	3	PABX Ericsson MX-ONE 7.3 com programação independente instalado na SQS 309.	mês	12	18627
4	PABX Ericsson MX-ONE 7.3 com programação independente instalado	mês	12	18627	



SENADO FEDERAL

	na Residência Oficial da Presidência do SENADO.			
5	Sistema de ramais sem fio DECT-Ericsson com 10 ramais.	mês	12	18627
6	Softphones MiCollab Advanced Messaging (Mitel) e MicroSip com 500 licenças	mês	12	18627
7	Correio de voz One Box com 200 caixas, Aastra OneBox e IP Phone Server	mês	12	18627
8	Retificador, Alpha - 48VDC/380/650A	mês	12	18627
9	2(dois) Retificadores Alpha - 48VD/220Vca/60A	mês	12	18627
10	Inversor RTA, com tensão de entrada de 48 Vcc e tensão de saída de 220 Vca.	mês	12	18627
11	Sistema de interligação com modem óptico entre o PABX do Senado Federal e o PABX da Câmara dos Deputados	mês	12	18627
<b>MATERIAIS E PEÇAS</b>				
<b>Item</b>	<b>Especificação resumida</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quant</b>	<b>CATSER/CAT MAT</b>
12	Materiais e peças	Lote	1	40495
<i>Em que pese constar do sistema Comprasnet unidade distinta, para fins de formulação da proposta deverão ser consideradas as unidades de medida informadas na tabela acima, nos termos do item 1.1.1 deste edital.</i>				
<b>JUSTIFICATIVA</b>	Os serviços a serem contratados são essenciais para garantir o bom funcionamento do sistema telefônico do Senado Federal, o qual atende a todo Conjunto Arquitetônico desta Casa Legislativa. Além do que o SECOMUT não possui atualmente equipe técnica treinada nos referidos equipamentos para cumprir adequadamente essa missão.			
<b>ADJUDICAÇÃO</b>	Menor Preço Global Anual.			



## SENADO FEDERAL

PREÇO ESTIMADO	MÃO DE OBRA RESIDENTE					
	Item	Categoria	Unidade	Quant. de funcionários	Preço Mensal (R\$)	Preço Anual (R\$)
	1	Técnico em Telecomunicações	Profissional	2	22.073,58	264.882,96
	MANUTENÇÃO DOS MÓDULOS DOS SISTEMAS TELEFÔNICOS - SERVIÇOS					
	Item	Descrição resumida	Unidade	Quant.	Preço Mensal (R\$)	Preço Anual (R\$)
	2 a 11	Serviços, conforme Tabela 2 do Anexo 5 do edital	mês	12	153.400,65	1.840.807,80
MATERIAIS E PEÇAS						
Item	Descrição resumida	Unidade	Quant	Preço Anual (R\$)		
12	Materiais e peças, conforme Anexo 12 do edital.	Lote	1	581.225,55		
<b>Valor Total Anual Estimado da Contratação</b>				<b>2.686.916,31</b>		
Obs. 1: Valores unitários: conforme Anexos 5, 6 e 12 do edital.						
Obs. 2: Para as licitantes que sejam beneficiadas pela desoneração tributária prevista na Lei nº 13.161/2015, que alterou a Lei nº 12.546/2011, o valor máximo aceitável para o <b>Item 1 é de R\$ 242.095,92</b> , conforme Anexo 6 do edital.						
VIGÊNCIA DO CONTRATO	Conforme Cláusula Décima Sexta da minuta de contrato (Anexo 8).					
FORMA DE PAGAMENTO	Conforme Cláusulas Sexta e Sétima da minuta de contrato (Anexo 8). <u>Observação:</u> A contratação será feita com retenção de provisões trabalhistas e/ou previdenciárias, nos termos do Capítulo IV e do Anexo 14 do edital.					
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Programa de Trabalho: 01.031.0034.4061.5664 Natureza da Despesa: 339030 / 339037 / 339039					
LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	Os serviços deverão ser prestados no Conjunto Arquitetônico do Senado Federal (CASF), localizado em Brasília, no Distrito Federal, que engloba basicamente: o Prédio Principal, os Anexos I e II, os Blocos 1 a 21, as Residências Oficiais da SQS 309 e da QI 12 no Lago Sul, onde estão instalados Os PABX (s) MX-ONE e seus periféricos.					
FISCALIZAÇÃO	Conforme Cláusula Décima Terceira da minuta de contrato (Anexo 8).					





SENADO FEDERAL

Brasília, 22 de fevereiro de 2022.

**FELIPE GUIMARÃES CÔRTEZ**

**Pregoeiro**



SENADO FEDERAL

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022

(Processo nº 00200.014964/2021-11)

#### ANEXO 2

### ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS

#### 1. MANUTENÇÕES

Serviços a ser realizados nos diversos equipamentos objeto da presente contratação, com o fim de assegurar a operacionalidade dos mesmos sempre com a máxima disponibilidade, por meio de verificações e correções de falhas e de ajustes em suas programações, de forma que os mesmos possam responder adequadamente às necessidades de seus usuários e às recomendações de seus fabricantes.

##### 1.1. Manutenção Preventiva

Manutenção normalmente programada com fim de verificar e acompanhar os desgastes de peças, bem como o correto funcionamento de um equipamento. A manutenção preventiva consiste basicamente num conjunto de estratégias de monitoramento e controle empregadas com o objetivo de impedir falhas de funcionamento e desempenho de um equipamento, tendo como objetivo principal se evitar indisponibilidades ou falhas mais complexas.

##### 1.2. Manutenção corretiva

Manutenção geralmente não programada que se destina a correção de falhas que possam prejudicar o bom funcionamento dos equipamentos, sendo que na maioria das vezes se faz necessário a substituição de peças e componentes danificados ou desgastados.

##### 1.3. Manutenção de primeiro nível

Operações, programações ou manutenções rotineiras de baixa complexidade de caráter preventivo ou corretivo realizados nos equipamentos da presente contratação, geralmente executados pelos técnicos residentes da contratada.

##### 1.4. Manutenção de segundo nível

Operações, programações ou manutenções não rotineiras de caráter preventivo ou corretivo de média complexidade que requer execução de serviços com equipamento e local apropriados executados normalmente por equipes não residentes de suportes da própria contratada.

##### 1.5. Operação e Manutenção de terceiro nível

Operações, programações ou manutenções não rotineiras de caráter preventivo ou corretivo



SENADO FEDERAL

de alta complexidade, que requer algumas vezes suporte do próprio fabricante dos PABX (s) ou de seus periféricos.

## **2. FORMA E LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, OU DO FORNECIMENTO DO PRODUTO**

A contratada deverá realizar os serviços de operação, programação e manutenção nos PABX (s) Ericsson MX-ONE e periféricos, instalados no Complexo Predial do Senado, bem como nas Residências Oficiais do Senado Federal nos termos do Instrumento de Medição de Resultados-IMR constante da Cláusula Quinta da minuta de contrato (Anexo 8).

A contratada deverá fornecer equipe técnica mínima residente composta por 1 (um) técnico especialista em PABX (s) MX-ONE e seus periféricos, por turno, para realizar as operações, programações e manutenções de primeiro nível.

A contratada deverá fornecer todos os componentes/materiais indispensáveis às manutenções preventivas e corretivas, mesmos os não relacionados na tabela constante do Anexo 12 do Edital, de forma a garantir a integridade e a funcionalidade dos PABX MX-ONE e dos periféricos.

A contratada deverá ainda fornecer:

**I** - Serviço de plantão alcançável 24 (vinte e quatro) horas ao dia, inclusive nos finais de semana e feriados.

**II** - Serviço de monitoria de alarme remoto dos componentes do sistema telefônico permanentemente ligado ao plantão, de forma a se cientificar imediatamente de qualquer falha e realizar os procedimentos necessários ao breve restabelecimento dos PABXs Ericsson e seus periféricos.

## **3. EQUIPAMENTOS/MÓDULOS DA PLATAFORMA PABX (S) ERICSSON MX-ONE E SEUS PERIFÉRICOS A SEREM MANUTENIDOS NESSA CONTRATAÇÃO**

A infraestrutura dos PABX (s) do CASF, sob responsabilidade da Coordenação de Telecomunicações (COOTELE), em especial do Serviço de Comutação Telefônica – SECOMUT, a ser mantidos por essa contratação é composta basicamente pelos seguintes módulos:



## SENADO FEDERAL

MÓDULOS QUE COMPÕE O SISTEMA TELEFÔNICO DO SENADO FEDERAL	
Módulos do PABX MX-ONE	QTD.
PABX Ericsson MX-ONE 7.3, com redundância de processamento e rede instalada na Coordenação de Telecomunicações do SENADO – Bloco 13	01
PABX Ericsson MX-ONE 7.3 com programação independente instalado nas Residências Oficiais da SQS 309.	01
PABX Ericsson MX-ONE 7.3 com programação independente instalado na Residência Oficial da Presidência do SENADO.	01
Sistema de ramais sem fio DECT-Ericsson com 10 ramais.	01
Módulos Softphones MiCollab 9.3.0.101-01 e MiVoice Border Gateway 11.0.0.304 (Mitel) e MicroSIP (Copyright (C) 1989, 1991 Free Software Foundation, Inc.).	01
Correio de voz MiCollab Advanced Messaging com 200 caixas, Aastra OneBox e IP Phone Server	01

Periféricos dos PABX (s) MX-ONE	
Retificador, Alpha -48VDC/380/650A	01
Retificador Alpha -48VD/220Vca/60A	02
Inversor RTA, com tensão de entrada de 48 Vcc e tensão de saída de 220 Vca.	01
Sistema de interligação com modem óptico entre o PABX do Senado Federal e o PABX da Câmara dos Deputados.	01



SENADO FEDERAL

**Detalhamento dos módulos a serem mantidos**

<b>EQUIPAMENTO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
<b>PABX Ericsson MX-ONE instalado na COOTELE; Via N2 I Senado Federal   Bloco 13   Térreo</b>	
Ramais analógicos.	1440
Ramais digitais	3072
Ramais IP's programados	1186
Troncos digitais	1920
Troncos IP's programados	60
Troncos analógicos bidirecionais.	408
Módulos Softphones MiCollab 9.3.0.101-01 e MiVoice Border Gateway 11.0.0.304 (Mitel) e MicroSIP (Copyright (C) 1989, 1991 Free Software Foundation, Inc.).	01
Inversor RTA, com tensão de entrada de 48 Vcc e tensão de saída de 220 Vca. 18kva. 6(seis) módulos inversores e 1(um) de supervisão	01
Sistema de interligação com modem óptico entre o PABX do Senado Federal e o PABX da Câmara dos Deputados.	01
Retificador, Alpha -48VDC/650A, 13(treze) módulos retificadores e 1(um) de supervisão	01
Server servidores HP ProLiant DL360e Gen8, Suse Linux Enterprise Server 12 SP4	09
Switches Alcatel da plataforma MX-ONE Alcatel-Lucent OS6850-24x	02
Switches Alcatel da plataforma MX-ONE Alcatel-Lucent OS6850-48x	01
<b>PABX Ericsson MX-ONE, com programação independente, instalado na SQS 309</b>	
Ramais analógicos.	96
Ramais digitais.	192
Troncos digitais.	128
Troncos IPs programados	50
Retificador Alpha -48VD/220Vca, 2 módulos retificadores e 1 (um) de supervisão	01
Server servidores HP ProLiant DL360e Gen8, Suse Linux Enterprise Server 12 SP4	02
Switches Alcatel da plataforma MX-ONE Alcatel-Lucent OS6850-24x	02



SENADO FEDERAL

<b>PABX Ericsson MX-ONE, com programação independente, instalado na Residência Oficial da Presidência do Senado Federal</b>	
Ramais analógicos.	32
Ramais digitais.	32
Troncos analógicos bidirecionais.	24
Troncos digitais.	60
Ramais sem fio DECT.	10
Retificador Alpha -48VD/220Vca, 2 módulos retificadores e 1 (um) de supervisão	01
Server servidores HP ProLiant DL360e Gen8, Suse Linux Enterprise Server 12 SP4	02
Switches Alcatel da plataforma MX-ONE Alcatel-Lucent OS6850-24x	02

Descrição dos Equipamentos que compõem a plataforma MX-ONE do Senado Federal.

**Dos cartões/placas dos PABX (s) MX-ONE e seus periféricos enviados para manutenção junto à contratada CT 15/2019 no período 2018 a 2021**

<b>2018</b>				
<b>MÊS</b>	<b>QUANT.</b>	<b>EQUIPAMENTO</b>	<b>MODELO</b>	<b>SAIU PARA:</b>
MARÇO	1	INVERSOR	Inversor INV - 48/220	MANUTENÇÃO
ABRIL	1	ERB MITEL	BS332	SUBSTITUÍDAS
JULHO	1	MÓDULO RETIFICADOR - 48VDC	SAFT/NIFE - 48VDC	MANUTENÇÃO
OUTUBRO	1	MÓDULO RETIFICADOR - 48VDC	SAFT/NIFE - 48VDC	MANUTENÇÃO
OUTUBRO	1	PLACA	ELU33	MANUTENÇÃO
NOVEMBRO	1	PLACA	ELU33	MANUTENÇÃO
NOVEMBRO	1	PLACA	ELU33	MANUTENÇÃO
NOVEMBRO	1	MÓDULO RETIFICADOR - 48VDC	SAFT/NIFE - 48VDC	MANUTENÇÃO
<b>Total</b>	<b>8</b>			
<b>2019</b>				
<b>MÊS</b>	<b>QUANT.</b>	<b>EQUIPAMENTO</b>	<b>MODELO</b>	<b>SAIU PARA:</b>
JANEIRO	1	PLACA	ELU33	MANUTENÇÃO
MARÇO	2	Ventoinha	Servidor HP	SUBSTITUIÇÃO
MAIO	1	Inversor INV - 48/220 - 1KVA	PROTECO	SUBSTITUIÇÃO
MAIO	2	Ventoinha	Servidor HP	SUBSTITUIÇÃO
JUNHO	1	PLACA	TMU	MANUTENÇÃO





SENADO FEDERAL

<b>Total</b>	<b>7</b>			
<b>2020</b>				
<b>MÊS</b>	<b>QUANT.</b>	<b>EQUIPAMENTO</b>	<b>MODELO</b>	<b>SAIU PARA:</b>
FEVEREIRO	1	Fan nº 02 do Server 02	Servidor hp	SUBSTITUIÇÃO
JUNHO	3	FAN's 1, 2 e 3	servidor hp	SUBSTITUIÇÃO
SETEMBRO	1	01 (uma) placa TMU/12	ROF 1375335/12 revisão R1B s/n 2KWR01719 R1B04H	MANUTENÇÃO
<b>Total</b>	<b>5</b>			
<b>2021</b>				
<b>MÊS</b>	<b>QUANT.</b>	<b>EQUIPAMENTO</b>	<b>MODELO</b>	<b>SAIU PARA:</b>
JANEIRO	1	RETIFICADOR ALPHA	01 (um) módulo retificador modelo: SmartPower 48/3000 S/N.	MANUTENÇÃO
ABRIL	1	Ventoinha	Fan nº 04 do Server 02 Servidor hp	SUBSTITUIÇÃO
JULHO	2	Ventoinha	fun de servidor hp	SUBSTITUIÇÃO
JULHO	1	Fonte	fonte de servidor hp	SUBSTITUIÇÃO
<b>Total</b>	<b>5</b>			

## VOLUME DE PROGRAMAÇÕES E COMANDOS

O volume de programações e comandos feitos diariamente nos PABX (s) é significativo, o que requer a presença constante do técnico na estação de trabalho.

<b>Descrição das Atividades Desenvolvidas pelos Operadores dos PABX (s) Ericsson MX-ONE</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
Programações registradas em Ordens de Serviço	3451	2775	1268	1501

\* dados registrados até 15/08/2021.

Fonte: Sistema de Gerenciamento e Informações do sistema telefônico do Senado Federal e Sistema de Autoatendimento.



SENADO FEDERAL

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022

(Processo nº 00200.014964/2021-11)

#### ANEXO 3

### QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA, JORNADA DE TRABALHO E DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

#### 1. Qualificação dos técnicos residentes para a Equipe Técnica Mínima

Os profissionais que compõem a equipe técnica deverão ter as seguintes qualificações profissionais:

##### Técnicos em PABXs Ericsson MX-ONE

- Escolaridade: 2º Grau completo;
- Experiência comprovada de, no mínimo, 6 (seis) meses na manutenção e suporte em infraestrutura de telecomunicações corporativas em ambientes que englobem centrais Ericsson MX-ONE.
- Conhecimentos básicos em ambiente de rede de dados necessários a configuração programação e manutenção de PABX (s) MX-ONE e seus periféricos.

##### Experiência profissional

- Experiência mínima de 6 (seis) meses, comprovável em carteira de trabalho ou atestado por empresa (s) onde trabalhou, em manutenção da plataforma MX-ONE Ericsson/Mitel.
- Conhecimentos em editor de texto, planilha eletrônica, correio eletrônico e Internet.

##### Outras qualificações

- Habilitação técnica em operação, manutenção e programação em PABX Ericsson MX-ONE e experiência de, no mínimo, 6 (seis) meses nesta versão ou em versões superiores.
- Conhecimento na programação e configuração de centrais privadas de comutação híbrida, TDM (Multiplexação por Divisão de Tempo) e IP (Protocolo de Internet com conhecimento dos componentes básicos de Hardware e Software utilizados neste tipo de equipamento).



## SENADO FEDERAL

- Conhecimento das sinalizações padrão utilizadas na interligação entre centrais de comutação privada, especialmente as sinalizações utilizadas no PABX MX-ONE.
- Ser dinâmico, de fácil relacionamento, boa comunicação e senso de liderança.
- Afinidade com números, habilidade para controlar várias funções simultaneamente e ser organizado.
- Experiência comprovada na manutenção e suporte em infraestrutura de telecomunicações corporativas em ambientes que englobem PABX Ericsson.

### **2. Jornada de trabalho e férias**

Para uma maior abrangência ao atendimento aos órgãos da Casa, a equipe técnica residente operará em caráter permanente nas dependências do Senado Federal, de segunda a sexta-feira, das 08h às 20h ininterruptamente, distribuída ao longo desse horário, em turnos de 6 horas. O controle de presença dar-se-á por meio de relógio de ponto com coletor biométrico e impressão de comprovantes de entrada e saída.

A Contratada deverá disponibilizar plantonista para a execução das programações e manutenções nos PABX (S) MX-ONE do Senado Federal fora do horário normal de expediente, inclusive finais de semana e feriados ou em sessões extraordinárias, quando solicitado pelo fiscal ou gestor, sem ônus adicionais ao Senado.

A Contratada deverá substituir o profissional por outro que atenda às mesmas exigências feitas com relação ao substituído, nos seguintes casos:

- a) Falta justificada ou injustificada, bem como atraso ou saída antecipada sem prévia autorização, no prazo máximo de 1(uma) hora, a contar do início da jornada definida para o serviço ou da ciência do afastamento;
- b) Gozo de férias e licenças;
- c) Solicitação do gestor do contrato, no caso de falta grave devidamente documentada;
- d) Automaticamente, após 03 (três) advertências, devidamente registradas no Sistema de Abertura de Ordens de Serviços.
- e) Quando não possuir a qualificação mínima exigida; e
- f) Sempre que seus serviços e/ ou conduta forem julgados insatisfatórios e/ou inconvenientes ao SENADO, devidamente justificado.

### **3. Atividades a serem desenvolvidas pelos Técnicos mantenedores dos PABX (s) MX-ONE entre outras correlatas:**

São atividades que devem ser desenvolvidas pelos Técnicos residentes a programação, operação, manutenção preventiva e corretiva dos PABX MX-ONE e periféricos conforme descrito abaixo:



## SENADO FEDERAL

1. Execução das Ordens de Serviço de manutenção e programação do sistema telefônico demandadas pelo atendimento de ramal específico, bem como pelo Serviço de Apoio Administrativo e Controle de Qualidade/SEQUALI;
2. Prestar suporte ao Serviço de Rede Telefônica - SERETE, no que diz respeito as integrações e programações feitas nos PABX (s) MX-ONE;
3. Realizar manutenção corretiva nos eventos de falhas dos PABXs MX-ONE e seus respectivos periféricos;
4. Implementar medidas de contingência nos eventos de falhas dos PABX (s) MX-ONE, e seus respectivos periféricos, visando minimizar os efeitos desses para os usuários;
5. Instalar programas de atualizações (Patch's) nos PABX (s) MX-ONE;
6. Prestar suporte a implementações MX-ONE (UPDATES e UPGRADES);
7. Realizar migração de virtualização de servidores do PABX MX ONE;
8. Realizar backup diário de dados das Centrais, bem como a restauração quando necessária;
9. Realizar backup mensal do computador do programador dos PABXs MX-ONE, onde são armazenados dados sobre as programações diárias, manutenções, configurações em HD externo;
10. Realizar programações gerais em Ramais Digitais, IP's, Analógicos e DECT (ramais sem fio);
11. Realizar programações e manutenção em rotas, troncos analógicos, digitais e IP's;
12. Realizar programações de Grupos de Captura, Busca e DAC;
13. Criar, programar e dar suporte às rotas de entrada e saída, inclusive as de Menor Custo;
14. Recarregar dados nas Centrais;
15. Realizar programações gerais de facilidades nas Centrais MX-ONE;
16. Realizar manutenções preventivas e corretivas no inversor RTA.
17. Realizar programação de cadeado eletrônico;
18. Realizar manutenção preventiva diária de teste nos MX-ONE e seus periféricos do Senado Federal;
19. Realizar manutenção preventiva mensal nos PABX (s) MX-ONE com objetivo de verificações e testes;
20. Realizar programações e manutenções em ramais do MX-ONE em Smartphones e computadores.
21. Instalar/habilitar e programar ramais do PABX MX\_ONE em smartphones e computadores, desde que previamente autorizados pelo gestor;



## SENADO FEDERAL

22. Dar suporte as linhas do discador do Contact Center (Alô Senado);
23. Substituir os hardwares defeituosos nos PABXs Ericsson MX-ONE;
24. Programar o serviço de Correio de Voz;
25. Realizar backups dos bilhetes de chamadas e disponibiliza-los em uma pasta com roteamentos para os tarifadores do Serviço de Tarifação do Senado Federal;
26. Realizar manutenções dos equipamentos de força que atendem os servidores e switches PABXs Ericsson MX-ONE;
27. Realizar manutenções no SISTEMA RETIFICADOR CHAVEADO 380VCA/48VCC-650A, Alpha Innovations;
28. Realizar manutenções no SISTEMA RETIFICADOR CHAVEADO 220VCA/48VCC-60A, Alpha Innovations;
29. Criar e configurar usuários e senhas para programação e manutenção nos PABX (s) Ericsson MX-ONE discriminando tipos de comandos que cada um pode executar;
30. Realizar manutenção preventiva diária e testes nas centrais telefônicas do Senado Federal, com o objetivo de verificar os itens tais quais:
  - i. Relatório de alarme e correção de eventuais falhas;
  - ii. Informações de configuração do LIM com status de funcionamento;
  - iii. Teste funcional do gerador/receptor de tom;
  - iv. Ativação do teste funcional para localização de circuitos com falha;
  - v. Sincronismo externo de troncos;
  - vi. Funcionalidade da porta de tarifação;
  - vii. Armazenamento de dados do back-up dos sistemas PABX (s) Ericsson MX-ONE;
  - viii. Teste por amostragem aleatória de linhas tronco, de entrada e de saída.
31. Realizar verificação diária do funcionamento dos agrupadores:
  - i. Ramais do portal de voz;
  - ii. Ramais do correio de voz;
  - iii. Rotas de entrada, de saída para as linhas diretas, de emergência, para as operadoras de celular, de interligação para a Câmara dos Deputados, das Residências Oficiais, IP e outras;
32. Realizar, mensalmente, manutenção preventiva, que consiste basicamente em testes e verificações:
  - i. Os equipamentos periféricos;
  - ii. Atualizar o plano de face – cartões e D.G.;



## SENADO FEDERAL

- iii. Efetuar back-up dos dados dos PABXs Ericsson MX-ONE;
  - iv. Inspeção no módulo protetor com central /fonte musical e outros;
  - v. Verificar o estado das conexões e aterramento dos diversos equipamentos periféricos que compõe o sistema telefônico do Senado Federal, bem como do próprio sistema de aterramento;
  - vi. Monitoração das tensões de entrada (110/220) c/ variação de 10%;
  - vii. Medições tensão de consumo (saída p/ o PABX Ericsson MX-ONE);
  - viii. Verificar se ajustes de tensões de flutuação e carga estão atuando;
  - ix. Verificação de fusíveis, lâmpadas de sinalização de alarmes;
  - x. Verificação da operação do correio de voz.
33. Os Técnicos Especialistas em PABX somente em excepcionalidades e devidamente autorizadas pelo Gestor/Fiscal poderão se deslocar de suas estações de trabalho para prestar atendimentos nos locais de trabalho dos usuários do sistema telefônico do Senado;
34. Outros serviços correlatos a manutenção, configurações e programações do PABX (s) Ericsson MX-ONE e seus periféricos.



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022

(Processo nº 00200.014964/2021-11)

ANEXO 4

DESCRIÇÃO DA CATEGORIA, QUANTIDADE, JORNADA DE TRABALHO E SALÁRIO BASE

ITEM	TOTAL DE FUNCIONÁRIOS	QUANT. DE POSTOS	CATEGORIA	JORNADA DE TRABALHO	SALÁRIO BASE
1	2	1	Técnico Especialista em PABX Ericsson MX-ONE seus periféricos	30 (trinta) horas semanais(*)	R\$ 5.047,67

(\*) Carga horária semanal: Segunda-feira a Sexta-feira das 8h às 20h distribuídos em dois turnos.

Observações:

- Os valores salariais das categorias deverão estar compatíveis com Acordo Coletivo de Trabalho ou Convenção Coletiva de Trabalho indicado(a) sob a responsabilidade do licitante, devendo ser observado, como valor mínimo, os salários-base informados na tabela acima (Acórdão TCU nº 189/2011 – Plenário).

- É de responsabilidade da licitante a indicação do ACT/CCT tendo em vista seu enquadramento sindical (art. 511, § 2º, da CLT) ou, em caso de vinculação sindical plúrima do empregador terceirizante (art. 581, §1º, CLT), norma coletiva de trabalho (ACT/CCT) que envolva os segmentos profissionais cujas atividades estejam contempladas no objeto da licitação.

- A licitante se responsabiliza pelos ônus financeiros e acréscimos substanciais de custos em face de alteração superveniente de ACT/CCT incidente sobre o contrato em decorrência de decisão judicial ou fato que afete o enquadramento sindical da CONTRATADA ou a sua vinculação a instrumento coletivo de trabalho no qual a empresa tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria.





SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022

(Processo nº 00200.014964/2021-11)

ANEXO 5

**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS COM PREÇOS MÁXIMOS ACEITÁVEIS**

**TABELA 1 - RESUMO GERAL DOS CUSTOS COM MÃO-DE-OBRA**

ITEM	CATEGORIAS	QUANT.	CUSTO UNITÁRIO (R\$)	CUSTO MENSAL (R\$)
1	Técnico Especialista em PABX Ericsson MX-ONE seus periféricos	2	11.036,79	22.073,58
TOTAL MENSAL			22.073,58	
TOTAL ANUAL (12 meses)			264.882,96	

**TABELA 2 - CUSTOS FIXOS COM MANUTENÇÕES DOS MÓDULOS DO SISTEMA TELEFÔNICO DO SENADO FEDERAL**

ITEM	ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS	QUANT.	UNIDADE	VALOR FIXO (R\$)		
				UNITÁRIO (R\$)	TOTAL MENSAL (R\$)	TOTAL ANUAL (R\$)
2	PABX Ericsson MX-ONE 7.3, com redundância de processamento e rede instalada na Coordenação de Telecomunicações do SENADO – Bloco 13.	12	mês	114.756,50	114.756,50	1.377.078,00
3	PABX Ericsson MX-ONE 7.3 com programação independente instalado na SQS 309.	12	mês	12.948,96	12.948,96	155.387,52
4	PABX Ericsson MX-ONE 7.3 com programação independente instalado na Residência Oficial da Presidência do SENADO.	12	mês	9.398,03	9.398,03	112.776,36



## SENADO FEDERAL

5	Sistema de ramais sem fio DECT-Ericsson com 10 ramais	12	mês	2.136,95	2.136,95	25.643,40
6	Softphones MiCollab Advanced Messaging (Mitel) e MicroSip com 500 licenças	12	mês	4.504,47	4.504,47	54.053,64
7	Correio de voz One Box com 200 caixas, Aastra OneBox e IP Phone Server	12	mês	1.876,40	1.876,40	22.516,80
8	Retificador, Alpha - 48VDC/380/650A	12	mês	1.942,96	1.942,96	23.315,52
9	2(dois) Retificadores Alpha - 48VD/220Vca/60A	12	mês	1.689,47	1.689,47	20.273,64
10	Inversor RTA, com tensão de entrada de 48 Vcc e tensão de saída de 220 Vca.	12	mês	2.141,71	2.141,71	25.700,52
11	Sistema de interligação com modem óptico entre o PABX do Senado Federal e o PABX da Câmara dos Deputados	12	mês	2.005,20	2.005,20	24.062,40
<b>VALOR MENSAL</b>					<b>R\$ 153.400,65</b>	
<b>VALOR ANUAL</b>					<b>R\$ 1.840.807,80</b>	

Obs. 1: Os custos Fixos da **tabela 2** acima, que tratam da operação, configurações e manutenções dos módulos dessa, já devem contemplar os custos com peças não relacionadas na tabela constante do Anexo 12 do Edital, cujo valor total no mesmo mês seja inferior a 5% do valor total das despesas fixas dessa contratação.

**TABELA 3 - RESUMO GERAL DOS CUSTOS COM PEÇAS/COMPONENTES**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CUSTO ANUAL (12 MESES)
12	Conforme Anexo 12	R\$ 581.225,55

**TABELA 4 - CUSTO TOTAL ESTIMADO DOS SERVIÇOS E PEÇAS**

Discriminação	TOTAL MENSAL	TOTAL ANUAL
MÃO-DE-OBRA (Item 1)	R\$ 22.073,58	R\$ 264.882,96
SERVIÇOS (Itens 2 a 11)	R\$ 153.400,65	R\$ 1.840.807,80



SENADO FEDERAL

<b>PEÇAS/COMPONENTES (Item 12)</b>		<b>R\$ 581.225,55</b>
<b>TOTAL GLOBAL</b>		<b>R\$ 2.686.916,31</b>

Obs. 2: O valor expressado é meramente estimativo e foi fixado com base de 10% sobre os custos variáveis da tabela acima, por se entender ser o suficiente para custear essa despesa eventual. Os custos mensais com peças não relacionadas no anexo cujos valores não superem 5% dos custos fixos mensais dessa contratação não serão passíveis de ressarcimento e deverão ser absorvidos pela Contratada, com base no valor pago nas parcelas fixas dessa contratação. Estas peças, tais como fusíveis, conectores e similares, são normalmente de baixo risco de substituição e custos.

Obs. 3: Os custos mensais das **tabelas 1 e 2** são fixos, enquanto o custo da **tabela 3** é estimativo, em função de eventuais peças que possam ser utilizadas nas manutenções desse Objeto. Sendo assim, o valor total mensal dessa contratação será obtido pela soma dos custos fixos das tabelas 1 e 2, acrescidos dos custos variáveis de peças fornecidas pela contratada em manutenções listadas da tabela constante do Anexo 12 do Edital, bem como os custos das peças não listadas na tabela constante do Anexo 12 do edital, cujos valores mensais superarem a 5% dos custos fixos mensais dessa contratação.



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022

(Processo nº 00200.014964/2021-11)

ANEXO 6

**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS PARA EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA PREVISTA NA LEI Nº 13.161/2015, QUE ALTEROU A LEI Nº 12.546/2011 COM PREÇOS MÁXIMOS ACEITÁVEIS**

**TABELA 1 - RESUMO GERAL DOS CUSTOS COM MÃO-DE-OBRA**

ITEM	CATEGORIAS	QUANT.	CUSTO UNITÁRIO (R\$)	CUSTO MENSAL (R\$)
1	Técnico Especialista em PABX Ericsson MX-ONE seus periféricos	2	10.087,33	20.174,66
TOTAL MENSAL			20.174,66	
TOTAL ANUAL (12 meses)			242.095,92	

**TABELA 2 - CUSTOS FIXOS COM MANUTENÇÕES DOS MÓDULOS DO SISTEMA TELEFÔNICO DO SENADO FEDERAL**

ITEM	ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS	QUANT.	UNIDADE	VALOR FIXO (R\$)		
				UNITÁRIO (R\$)	TOTAL MENSAL (R\$)	TOTAL ANUAL (R\$)
2	PABX Ericsson MX-ONE 7.3, com redundância de processamento e rede instalada na Coordenação de Telecomunicações do SENADO – Bloco 13.	12	mês	114.756,50	114.756,50	1.377.078,00
3	PABX Ericsson MX-ONE 7.3 com programação independente instalado na SQS 309.	12	mês	12.948,96	12.948,96	155.387,52
4	PABX Ericsson MX-ONE 7.3 com programação independente instalado na Residência Oficial da Presidência do SENADO.	12	mês	9.398,03	9.398,03	112.776,36



## SENADO FEDERAL

5	Sistema de ramais sem fio DECT-Ericsson com 10 ramais	12	mês	2.136,95	2.136,95	25.643,40
6	Softphones MiCollab Advanced Messaging (Mitel) e MicroSip com 500 licenças	12	mês	4.504,47	4.504,47	54.053,64
7	Correio de voz One Box com 200 caixas, Aastra OneBox e IP Phone Server	12	mês	1.876,40	1.876,40	22.516,80
8	Retificador, Alpha - 48VDC/380/650A	12	mês	1.942,96	1.942,96	23.315,52
9	2(dois) Retificadores Alpha -48VD/220Vca/60A	12	mês	1.689,47	1.689,47	20.273,64
10	Inversor RTA, com tensão de entrada de 48 Vcc e tensão de saída de 220 Vca.	12	mês	2.141,71	2.141,71	25.700,52
11	Sistema de interligação com modem óptico entre o PABX do Senado Federal e o PABX da Câmara dos Deputados	12	mês	2.005,20	2.005,20	24.062,40
<b>VALOR MENSAL</b>					<b>R\$ 153.400,65</b>	
<b>VALOR ANUAL</b>					<b>R\$ 1.840.807,80</b>	

**TABELA 3 - RESUMO GERAL DOS CUSTOS COM PEÇAS/COMPONENTES**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CUSTO ANUAL (12 MESES)
12	Conforme Anexo 12	R\$ 581.225,55

**TABELA 4 - CUSTO TOTAL ESTIMADO DOS SERVIÇOS E PEÇAS**

Discriminação	TOTAL MENSAL	TOTAL ANUAL
<b>MÃO-DE-OBRA (Item 1)</b>	<b>R\$ 20.174,66</b>	<b>R\$ 242.095,92</b>
<b>SERVIÇOS (Itens 2 a 11)</b>	<b>R\$ 153.400,65</b>	<b>R\$ 1.840.807,80</b>
<b>PEÇAS/COMPONENTES (Item 12)</b>		<b>R\$ 581.225,55</b>
<b>TOTAL GLOBAL</b>		<b>R\$ 2.664.129,27</b>



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022

(Processo nº 00200.014964/2021-11)

ANEXO 7

PLANILHA DE PREÇOS DE 1 (Um) PROFISSIONAL NOS TERMOS DA IN Nº 5/2017, DO MPOG/SLTI

Empresa

CNPJ

CCT ou ACT

Data Proposta

Empresa beneficiada com a desoneração tributária prevista na Lei nº 13.161/2015, que alterou a Lei nº 12.546/2011? ( ) Não ( ) Sim. Indicar fundamentação legal (norma, artigo e inciso).

LUCRO REAL / PRESUMIDO

CATEGORIA	Este modelo de planilha de custos é exemplificativo.		
<b>MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:</b>			<b>Percentuais</b>
	Salário Base		
	Adicional Periculosidade		
	Adicional Insalubridade SM		
	Adicional Noturno		
	Hora noturna adicional		
	Adicional de HE		



SENADO FEDERAL

	Intervalo interjornada		
	Outros		
	<b>TOTAL DA REMUNERAÇÃO</b>		
<b>MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENS AIS E DIÁRIOS</b>			
	Auxílio Transporte {(x...(dias) -6% s/ salário} (Decreto nº 37.940/2016 - GDF)		
	Auxílio Alimentação ( por dia útil de trabalho)		
	Assistência Médica (Convenção Coletiva)		
	Seguro de vida ou invalidez		
	Auxílio funeral (convenção coletiva cláusula)		
	<b>TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENS AIS E DIÁRIOS</b>		
<b>MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS</b>			
	<b>Insumos Diversos</b>		
	Uniforme (EPI)		
	Materiais (de consumo)		
	Equipamentos		
	Outros		
	<b>TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:</b>		
<b>MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS</b>			
<b>4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS</b>		<b>Percentuais</b>	<b>VALORES</b>
	INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)		
	SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)		
	SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)		
	INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)		
	Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)		
	FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)		
	Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1) <b>(Variável de 1% a 3%)</b>		





SENADO FEDERAL

	SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)		
	<b>TOTAL :</b>		
<b>4.2 13º SALÁRIO</b>		<b>Percentuais</b>	
	13º Salário		
	<b>Subtotal</b>		
	<b>Incidência do 4.1. sobre o 13º salário</b>		
	<b>TOTAL :</b>		
<b>4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE</b>		<b>Percentuais</b>	<b>VALORES</b>
	Afastamento maternidade		
	<b>Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade</b>		
	<b>TOTAL :</b>		
<b>4.4. PROVISÃO P\ RESCISÃO</b>		<b>Percentuais</b>	<b>VALORES</b>
	Aviso Prévio Indenizado ( art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)		
	<b>Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado</b>		
	Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)		
	<b>Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado</b>		
	Multa sobre FGTS dos Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82%	
	<b>TOTAL :</b>		
<b>4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE</b>		<b>Percentuais</b>	<b>VALORES</b>
	Férias		
	Adicional de Férias		
	Auxílio doença ( arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT)		
	Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT)		
	Faltas legais (art. 473 e 83, CLT)		
	Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76)		
	Outros		
	<b>Subtotal</b>		
	<b>Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição</b>		
	<b>TOTAL :</b>		



SENADO FEDERAL

QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)			
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIARIO E FGTS		-
4.2.	13º SALÁRIO		-
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE		-
4.4.	PROVISÃO RESCISÃO		-
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		-
	TOTAL :		-
	TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
5		Percentuais	VALORES
A	CUSTOS INDIRETOS (Taxa de Administração)		
B	LUCRO		
C	TRIBUTOS		
C.1	Tributos Federais (PIS)		
	Tributos Federais (COFINS)		
C.2	Tributos Estaduais		
C.3	Tributos Municipais (ISS)		
C.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 13.161/2015, que alterou a Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013 (Somente para empresa beneficiada pela desoneração tributária prevista na Lei nº 13.161/2015, que alterou a Lei nº 12.546/2011)		
	Subtotal		
	VALOR TOTAL (SUBTOTAL MÓDULO 5 + LUCRO)		
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES



SENADO FEDERAL

	<b>TOTAL UNITÁRIO</b>	1	
	<b>TOTAL GERAL</b>	1	

Observações:

- 1) Especificar a Convenção Coletiva de Trabalho ou o Acordo Coletivo de Trabalho vigente tendo em vista seu enquadramento sindical (art. 511, § 2º, da CLT) ou, em caso de “vinculação sindical plúrima do empregador terceirizante”, norma coletiva de trabalho (ACT/CCT) que envolva os segmentos profissionais cujas atividades estejam contempladas no objeto da licitação.
- 2) Apresentar memorial de cálculo dos itens variáveis da planilha (módulos I a IV)
- 3) O item Reserva Técnica não será aceito sem a indicação prévia e expressa dos custos correspondentes que serão cobertos por este item, conforme disposto no Acórdão 593/2010 do TCU - Plenário. Serão observados os limites estabelecidos pelo Acórdão 1753/2008 do TCU - Plenário.

Módulo 1:

Apresentar memorial de cálculo dos itens da "Composição da Remuneração"

Módulo 2 :

De acordo com a CCT vinculada à proposta, no Módulo II, poderá haver variação na quantidade de itens contemplados. Não será aceita a inclusão do item "Treinamento/Reciclagem de Pessoal" (Acórdão 592/2010 - TCU - Plenário) nem do item "Supervisão e Fiscalização" (Acórdão 593/2010 - TCU - Plenário).

Módulo 3:

Apresentar memorial de cálculo dos itens especificados.

Módulo 4 :

**Caso a empresa seja beneficiária da desoneração tributária prevista na Lei nº 13.161/2015, que alterou a Lei nº 12.546/2011, a fim de majorar os percentuais anteriores e facultar o retorno à opção pela oneração da folha de pagamento, deverá preencher este módulo prevendo esta condição.**



## SENADO FEDERAL

O RAT (antigo SAT) contido Módulo IV poderá variar de 1,00% a 3,00% (com incidência do FAP, se for o caso), de acordo com o risco associado ao CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas Preponderante da empresa atribuído pelo Regulamento da Previdência Social (Decreto nº 3.048/1999). O percentual fixado na planilha apresentada está sujeito a análise de adequação no momento da apresentação das propostas, na abertura do pregão.

Caso haja incidência do FAP, deve ser apresentada documentação hábil que comprove o fator incidente sobre o RAT considerado. Salienta-se, ainda, que não será possível a revisão contratual futura em decorrência de modificações neste tributo (seja por alteração no enquadramento ou alteração no FAP). Assim, se houver o conhecimento de situações que ensejarão alterações no futuro, estes fatores deverão ser considerados, bem como deve ser apresentada uma justificativa detalhada, que será avaliada no momento da validação das propostas.

Os percentuais referentes aos itens 'Aviso Prévio Trabalhado' e 'incidência do 4.1 sobre o Aviso Prévio Trabalhado' serão devidos apenas no primeiro ano de vigência do contrato.

Havendo a prorrogação contratual, esses itens serão reduzidos na planilha de custos do contrato, admitindo-se, a cada ano adicional de execução do contrato, parcela mensal no percentual máximo de 0,194%, a título de aviso prévio trabalhado, nos termos da Lei nº 12.506/2011, em atendimento ao exposto no Parecer nº 1/2020 da Auditoria do Senado Federal, em consonância com o Acórdão nº 1186/2017 - Plenário/TCU.

Os valores percentuais do "Aviso Prévio Trabalhado" e do "Aviso Prévio Indenizado" deverão ser complementares em até 100% da mão de obra contratada.

A exclusão do "Aviso Prévio Trabalhado" e da respectiva incidência da planilha não enseja a exclusão do item "Multa sobre FGTS dos Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado"

O valor percentual do item "Multa sobre FGTS dos Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado" será fixo e corresponderá a 3,82% (três inteiros e oitenta e dois centésimos por cento) da remuneração do empregado.

---

### Módulo 5 :

Não será possível a especificação dos percentuais de IRPJ e CSLL (módulo V), de acordo com a orientação do subitem 9.5.11 do Acórdão 1.595/2006 do TCU.

As alíquotas do Cofins e do PIS são 7,6% e 1,65%, respectivamente, no regime tributário Lucro Real. As alíquotas do Cofins e do PIS são 3,0% e 0,65%, respectivamente, no Lucro Presumido.

---



SENADO FEDERAL

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022

(Processo nº 00200.014964/2021-11)

#### ANEXO 8

#### MINUTA DE CONTRATO

#### CONTRATO Nº

Que entre si celebram, de um lado, a UNIÃO, por intermédio do SENADO FEDERAL e do outro, a empresa \_\_\_\_\_ para a **prestação de serviços de operação, programação e manutenção dos PABX (s) Ericsson MX-ONE e periféricos do Senado Federal com mão de obra residente e reposição de peças, mediante ressarcimento tabelado, bem como regime de plantão, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos, para a Secretaria de Patrimônio do Senado Federal.**

A **UNIÃO**, por intermédio do SENADO FEDERAL, doravante denominado SENADO ou CONTRATANTE, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, CNPJ nº 00.530.279/0001-15, neste ato representado pela sua Diretora-Geral, \_\_\_\_\_, e \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, fax nº (\_\_\_\_) \_\_\_\_-\_\_\_\_ e (\_\_\_\_) \_\_\_\_-\_\_\_\_, telefone nº (\_\_\_\_) \_\_\_\_-\_\_\_\_ e \_\_\_\_-\_\_\_\_, CNPJ-MF nº \_\_\_\_\_ /\_\_\_\_-\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, CI. \_\_\_\_\_, expedida pela \_\_\_\_/\_\_\_\_, CPF nº. \_\_\_\_\_-\_\_\_\_, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO nº \_\_/20\_\_, homologado pela Senhora Diretora-Geral, documento digital nº \_\_\_\_\_ do Processo nº 00200.014964/2021-11, incorporando o edital e a proposta apresentada pela CONTRATADA, documento digital nº \_\_\_\_\_, a este instrumento, e sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Política de Contratações do Senado Federal, Anexo V da Resolução nº 13 de 2018 e do Ato da Diretoria-Geral nº 9 de 2015, e das cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a **prestação de serviços de operação, programação e manutenção dos PABX (s) Ericsson MX-ONE e periféricos do Senado Federal com mão de obra residente e reposição de peças, mediante ressarcimento tabelado, bem como regime de plantão, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos, para a Secretaria de Patrimônio do Senado Federal**, de acordo com os termos e especificações constantes deste contrato, do edital e seus anexos que são partes integrantes deste contrato para todos os fins.

51



SENADO FEDERAL

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:

**I** – manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e qualificações que ensejaram sua contratação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas;

**II** – apresentar cópia autenticada do ato constitutivo sempre que houver alteração;

**III** – efetuar o pagamento de seguros, encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e sociais, bem assim quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato;

**IV** – designar formalmente e manter preposto para este contrato em Brasília, que irá representá-la sempre que for necessário perante a Administração, bem como para estabelecer atendimento personalizado ao SENADO durante todo o período de vigência do contrato;

**a)** O preposto designado pela CONTRATADA deverá ser conhecedor dos termos contratuais pactuados, bem como estar comprometido com as obrigações e especificidades desta contratação, de forma a tratar as demandas contratuais encaminhadas pelo gestor de forma eficiente e tempestivas, com fim de evitar prejuízos aos usuários do sistema telefônico do SENADO, bem com à execução dos serviços contratados.

**b)** O preposto deverá comunicar o mais rápido possível, tanto verbalmente quanto na forma escrita ao gestor deste contrato, todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços, bem como registrá-las no Sistema de Ordens de Serviço da Coordenação de Telecomunicações (COOTELE), com todos os dados e circunstâncias julgados necessários ao esclarecimento dos fatos.

**V** – obter junto ao CREA a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART deste contrato, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis após a sua assinatura e apresentar o documento ao gestor;

**VI** – fornecer equipamento de segurança individual, conforme legislação em vigor, exigindo-lhes o uso em serviço, devendo substituí-los imediatamente sempre que necessário;



## SENADO FEDERAL

**VII** – realizar os serviços constantes objeto deste contrato, mesmo que sejam realizadas atualizações futuras de versão do Sistema Telefônico, bem como promover o necessário treinamento da equipe técnica, sem ônus adicional para o SENADO;

**VIII** – substituir o profissional por outro que atenda às mesmas exigências feitas com relação ao substituído, nos seguintes casos:

**a)** falta justificada ou injustificada, bem como atraso ou saída antecipada sem prévia autorização, no prazo máximo de 1 (uma) hora, a contar do início da jornada definida para o serviço ou da ciência do afastamento;

**a.1)** A não reposição, por trabalhador com a mesma qualificação técnica, no prazo estipulado acima, ensejará no ajuste de um dia do funcionário, ou seja, 1/30 (um trinta avos) do valor mensal do funcionário que se encontra na planilha de composição de custo, não eximindo, em hipótese alguma, a CONTRATADA em atingir o IMR – Instrumento de Medição de Resultados estipulado na Cláusula Quinta e nem de sofrer as penalidades previstas na Cláusula Décima Quarta.

**b)** gozo de férias e licenças;

**c)** solicitação do gestor do contrato, no caso de falta grave devidamente documentada;

**d)** automaticamente, após 03 (três) advertências, devidamente registradas no Sistema de Abertura de Ordens de Serviços;

**e)** quando não possuir a qualificação mínima exigida; e

**f)** sempre que seus serviços e/ ou conduta forem julgados insatisfatórios e/ou inconvenientes ao SENADO, devidamente justificado.

**IX** – efetuar o pagamento do auxílio-alimentação no valor de R\$ 22,12 (vinte e dois reais e doze centavos) por dia trabalhado, conforme fixado por decisão da Comissão Diretora na 14ª Reunião de 2011, de 20/12/2011, ou o valor estabelecido em Convenção Coletiva de Trabalho vinculada à proposta da CONTRATADA, caso seja superior àquele, antecipadamente ao mês de referência, no prazo legal ou no previsto em disposição específica da Convenção Coletiva de Trabalho aplicável;

**X** – efetuar o pagamento do salário dos profissionais alocados até o 5º dia útil do mês subsequente à realização dos serviços;

**XI** – fornecer transporte (de sua propriedade ou locado) ou vale-transporte para atender os dias de trabalho, antecipadamente ao mês de referência, no prazo legal ou no previsto em disposição específica da Convenção Coletiva de Trabalho aplicável;





## SENADO FEDERAL

**XII** – efetuar, se for o caso, o pagamento de serviços extraordinários, por empregado, quando esgotados todos os meios de utilização do “BANCO DE HORAS”, de acordo com o que tiver previsto no Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho vinculada à proposta da CONTRATADA e em conformidade com o art. 59 do Decreto-Lei nº 5.452/43;

**XIII** - fornecer aos funcionários eventualmente escalados para serviços extraordinários, aos sábados, domingos e feriados, alimentação e transporte;

**XIV** – registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade dos funcionários dos postos de trabalho por meio de sistema biométrico de registro de jornada ou sistema eletrônico similar, na forma disposta no § 2º do artigo 74 da CLT, permitindo à fiscalização do SENADO o acesso aos respectivos dados.

**a)** Os empregados da CONTRATADA deverão registrar no sistema indicado no item anterior, no mínimo, os horários de início e término de sua jornada de trabalho, e, se for o caso, os intervalos intrajornada. Além disso, o mencionado sistema deverá permitir aferir o cumprimento da jornada de trabalho semanal e mensal de cada profissional.

**b)** A instalação do sistema de controle de frequência não exime a CONTRATADA da responsabilidade pelo acompanhamento e pelo controle dos profissionais alocados na prestação dos serviços.

**c)** A CONTRATADA deverá fornecer e instalar o sistema de controle de ponto antes do início da execução do contrato, em local a ser acordado com o gestor do contrato.

**XV** – apresentar, em até 5 (cinco) dias úteis, a relação da equipe técnica que operará em caráter residente nas instalações do SENADO e dos que atuarão por intermédio de visitas e inspeções sistemáticas para aprovação pela Coordenação de Telecomunicações – COOTELE, sendo que, uma vez aprovada a relação, somente poderá ser alterada com a aquiescência do mencionado órgão;

**XVI** - apresentar ao gestor a planilha de férias de seus empregados, com a indicação dos respectivos substitutos;

**XVII** - responsabilizar-se por qualquer atendimento médico de seus empregados, por acidente ou mal súbito, ocorrido no horário de expediente;

**XVIII** - prestar os serviços objeto do contrato com a utilização de ferramental adequado e por meio de empregados comprovadamente especializados e treinados;

**XIX** – fornecer ao gestor do contrato no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos do início da execução do contrato:

**a)** relação nominal dos profissionais, impressa e em mídia digital, com as respectivas categorias, endereços e telefones residenciais e celular, horário de trabalho, local de



## SENADO FEDERAL

lotação, e comunicar toda e qualquer alteração que venha a ocorrer durante a execução dos serviços; e

**b)** documentos necessários à expedição de crachá pela Polícia do SENADO, para cada um dos empregados prestadores de serviços no Senado Federal;

**XX** – comunicar ao gestor do contrato todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços, relatando-as no Livro de Ocorrências, com os dados e as circunstâncias julgados necessários ao relato e ao esclarecimento dos fatos.

**XXI** – selecionar, treinar e reciclar os profissionais que irão prestar o serviço objeto deste contrato.

**XXII** – alocar profissionais devidamente capacitados e habilitados para os serviços contratados, de acordo com as especificações técnicas (Anexo 3 do edital).

**XXIII** – observar a legislação trabalhista, previdenciária e Convenção Coletiva de Trabalho vinculada à proposta da CONTRATADA, efetuando as anotações nas carteiras de trabalho, inclusive quanto à categoria profissional a ser exercida.

**XXIV** – manter disciplina nos locais dos serviços e retirar o profissional com conduta insatisfatória e/ou inconveniente, quando devidamente justificado.

**XXV** – manter seus profissionais identificados por intermédio de crachás, com fotografia recente, expedidos pela Polícia do SENADO.

**XXVI** – responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares e das orientações de segurança e de prevenção de incêndios.

**XXVII** – fornecer ao gestor do contrato todas as informações por este solicitadas, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

**XXVIII** – apresentar no primeiro mês da prestação dos serviços a seguinte documentação:

**a)** Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

**b)** Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA; e

**c)** Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.



## SENADO FEDERAL

**XXIX** – entregar ao gestor do contrato até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF

- a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- b) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

**XXX** – entregar, quando solicitado pelo SENADO, quaisquer dos seguintes documentos:

- a) Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério do SENADO;
- b) Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o SENADO;
- c) Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- d) Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
- e) Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

**XXXI** – entregar a documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo de 60 (sessenta) dias corridos a contar de sua extinção ou rescisão:

- a) Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- b) Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- c) Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e
- d) Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

**XXXII** – apresentar, sempre que houver admissão de novos empregados pela CONTRATADA, os documentos elencados no inciso XIX;



## SENADO FEDERAL

**XXXIII** – entregar o modelo de autorização que consta do Anexo 11 do edital, devidamente assinado, por ocasião da assinatura do contrato;

**XXXIV** – providenciar a assinatura dos documentos relativos à abertura e movimentação do DGBM, em até 20 (vinte) dias corridos, a contar do recebimento da comunicação do SENADO;

**XXXV** – viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, os meios necessários para:

**a)** o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social, da Caixa Econômica Federal e da Receita Federal do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias e para o FGTS foram recolhidas;

**b)** a obtenção do Cartão Cidadão pelos empregados junto à Caixa Econômica Federal;

**c)** a obtenção de extratos individuais de recolhimentos sempre que solicitado pela fiscalização.

**XXXVI** – responsabilizar-se pelos ônus financeiros e acréscimos substanciais de custos em face de alteração superveniente de ACT/CCT vinculada a proposta da CONTRATADA em decorrência de decisão judicial ou de fato que afete o seu enquadramento sindical ou a sua vinculação a instrumento coletivo de trabalho no qual a empresa tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria;

**XXXVII** – observar as diretrizes de que trata o Ato do Primeiro-Secretário nº 8/2018, Anexo 17 do edital;

**XXXVIII** – organizar e encaminhar, mensalmente, para aprovação e fiscalização do gestora, as escalas de serviços, bem como o calendário de manutenção preventiva com a identificação das unidades administrativas do SENADO, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, sendo que o primeiro encaminhamento acontecerá 15 (quinze) dias úteis após a assinatura do contrato;

**XXXIX** - escalar os empregados por ela contratados para prestarem serviços em jornada extraordinária, fora dos horários e dias de semana estabelecidos no Regime de Execução (Cláusula Terceira), sempre que se fizer necessário o trabalho em tais circunstâncias, sem que isto implique qualquer pagamento adicional por parte do SENADO;

**XL** - executar os serviços de alteração de configuração para alinhamento das facilidades dos PABXs Ericsson MX\_ONE às necessidades do SENADO, que vierem a se fazer



## SENADO FEDERAL

necessárias, independentemente do fato motivador do ajuste, sem que isso implique qualquer pagamento adicional por parte do SENADO;

**XL I** - realizar os serviços de manutenção técnica preventiva e corretiva, respeitados os critérios e normas técnicas recomendados pelos fabricantes, com aplicação de peças e/ou componentes, novos e genuínos, com custos ressarcidos à CONTRATADA nos termos da tabela de preço do Anexo 12 do edital;

**XL II** - comprovar a aquisição das peças e/ou componentes novos e genuínos produzidos/atestados pelos próprios fabricantes dos equipamentos, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal ao gestor;

**XL III** - fazer o registro, no Sistema de Ordens de Serviço da COOTELE, das falhas ocorridas nos equipamentos objeto deste contrato, com indicação do horário da ocorrência, forma inicial de comunicação utilizada, fato motivador - inclusive se decorrente de erro de programação ou operação, e horário do saneamento; bem como, qualquer anormalidade verificada no período, descumprimento das obrigações contratuais, execução insatisfatória dos serviços, omissão e outras faltas;

**XL IV** - arcar com todas as despesas e custos diretos e indiretos, necessários à perfeita execução do contrato;

**XL V** - cumprir orientação complementar do gestor do contrato quanto à execução e horário de realização dos serviços;

**XL VI** - executar os serviços de programação, operação e manutenção (preventiva e corretiva) de acordo com as normas gerais atinentes à espécie e ao fiel cumprimento dos manuais dos fabricantes e normas técnicas, ficando responsável por quaisquer prejuízos causados aos equipamentos;

**XL VII** - disponibilizar tantos profissionais quantos necessários para a execução dos serviços descritos neste contrato, no edital e seus anexos, sendo que, os que excederem a equipe técnica mínima relacionada nessa especificação, estarão sujeitos às mesmas obrigações e deveres daqueles, não implicando aumento de custo para o SENADO;

**XL VIII** - manter serviço de plantão alcançável 24 (vinte e quatro) horas ao dia, inclusive nos finais de semana e feriados;

**XL IX** - manter serviço de monitoria de alarme remoto dos componentes do sistema telefônico, permanentemente ligado ao plantão, de forma a se cientificar imediatamente de qualquer falha e realizar os procedimentos necessários ao breve restabelecimento do PABX (s) Ericsson MX-ONE e seus periféricos, inclusive com a reposição de peças;



## SENADO FEDERAL

**L** - realizar manutenções preventivas periódicas, conforme recomendadas pelo fabricante dos PABX (s) Ericsson MX-ONE e seus periféricos.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Os empregados da CONTRATADA deverão obedecer aos seguintes padrões de conduta:

**I** - apresentar-se aseado (a), portando o crachá fornecido pela Polícia do Senado Federal na altura do peito;

**II** - ser discreto (a) e cortês;

**III** - zelar pelos equipamentos, ferramentas, *softwares* e materiais que utilizar ou tiver acesso;

**IV** - guardar sigilo de todas as informações a que tiver acesso;

**V** - obedecer a padrões de atendimento estabelecidos pela COOTELE;

**VI** - prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, observadas as recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O suporte Assurance Mitel/Ericsson para os PABX (s) MX- ONE do Senado Federal, necessários ao suporte de terceiro nível junto ao referido fabricante do PABX MX-ONE serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA durante a vigência da presente contratação.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A CONTRATADA se obrigada a manter em seu quadro pelo menos um técnico, com as qualificações mínimas exigida pelo fabricante do PABX MX, para que esse possa receber/realizar as manutenções de 3º nível, onde sejam imprescindíveis o suporte Assurance Mitel/Ericsson.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Todas as certificações utilizadas na criptografia e softphones requeridas nos referidos PABX (s), bem como de seus periféricos serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

**PARÁGRAFO QUINTO** – A CONTRATADA deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos previstos nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

**I** – O disposto neste parágrafo deve ser observado ainda para os custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte;





## SENADO FEDERAL

**II** – Caso a proposta apresentada pela CONTRATADA apresente eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos que favoreça a CONTRATADA, este será revertido como lucro durante a vigência da contratação, mas poderá ser objeto de negociação para a eventual prorrogação contratual.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o SENADO, sendo remunerados única e exclusivamente pela CONTRATADA e a ela vinculados.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – Caso se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional, a CONTRATADA deverá comprovar, no prazo de 90 (noventa) dias contados da assinatura do contrato, a comunicação à Secretaria da Receita Federal, da exclusão obrigatória do referido regime tributário diferenciado, nos termos do art. 30, inciso II e § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006 e do Edital de Pregão Eletrônico nº 028/2022.

**PARÁGRAFO OITAVO** – Caso a CONTRATADA não comprove a comunicação no prazo estabelecido no parágrafo anterior, o SENADO comunicará à Secretaria da Receita Federal, para avaliação da hipótese de exclusão do Simples Nacional prevista no art. 29, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

**PARÁGRAFO NONO** – Caso a CONTRATADA não honre com o pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, contribuições sociais e FGTS concernentes a este contrato, fica o SENADO autorizado a deduzir das faturas os respectivos valores e efetuar o seu pagamento diretamente, sem prejuízo das penalidades cabíveis, sendo que a comunicação deste fato ao SENADO até a data do adimplemento da obrigação poderá ser considerada como atenuante quando da aplicação das penalidades.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** – Na situação prevista no parágrafo anterior deve a CONTRATADA fornecer ao SENADO de imediato todas as informações e documentos necessários para a efetivação do pagamento direto.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** – Na impossibilidade de pagamento direto pelo SENADO, os valores retidos serão depositados cautelarmente junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, contribuições sociais e FGTS.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** – A CONTRATADA deverá conceder aos trabalhadores intervalo para repouso e alimentação, na forma dos arts. 71 e 72 da CLT, efetuando rodízio dos empregados alocados no SENADO, de comum acordo com o gestor, quando a natureza do serviço exigir a presença ininterrupta de profissionais no posto de trabalho.

**I** - Haverá solicitação de folguistas, pelo SENADO.





## SENADO FEDERAL

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** – A CONTRATADA assume toda e qualquer responsabilidade no que se refere à relação com seus empregados, inclusive quanto ao fornecimento de auxílio-alimentação, auxílio-transporte e demais obrigações trabalhistas e previdenciárias, isentando o SENADO de qualquer responsabilidade solidária.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** – Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade por quaisquer acidentes de trabalho durante a vigência dos serviços contratados.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** – A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados ou prepostos, inclusive por omissão desses ao SENADO ou a terceiros, nas dependências do SENADO.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO** – Não poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo autorização específica do SENADO.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO** – É vedada a contratação, por parte da CONTRATADA e para prestarem os serviços objeto do presente contrato, de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes até o 3º grau, na linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, dos Senadores e servidores do Quadro de Pessoal do SENADO, ocupantes de cargos ou funções comissionadas, na forma do disposto no Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 05, de 2011, e Decreto nº 7.203, de 2010.

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO** – A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros.

**PARÁGRAFO DÉCIMO NONO** – Aplicam-se a este contrato as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE**

Caberá ao SENADO as seguintes obrigações e responsabilidades, sem prejuízo das disposições legais e das estabelecidas na contratação advinda do edital e deste contrato:

**I** – exercer a gestão e supervisão dos serviços prestados, por servidores ou comissão previamente designados, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas, acompanhando rigorosamente o cumprimento, pela CONTRATADA, de todas as suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias relacionadas ao respectivo contrato, exigindo cópias dos documentos comprobatórios da quitação dessas obrigações, bem como o exame das carteiras profissionais dos prestadores de serviços;



## SENADO FEDERAL

**II** – comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato, exigindo seu imediato saneamento sob pena de aplicação das penalidades previstas no contrato;

**III** – permitir o acesso e a permanência dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução dos serviços contratados;

**IV** – prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela CONTRATADA ou por seu preposto, para cumprimento de suas obrigações;

**V** – efetuar inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços e o atendimento das exigências contratuais;

**VI** – exigir, mediante justificativa, a imediata substituição de qualquer empregado quando não possuir a qualificação mínima exigida ou sempre que sua conduta for julgada insatisfatória ou inconveniente para o SENADO;

**VII** – fornecer acesso aos sistemas informatizados a serem utilizados, exclusivamente, para o desempenho dos serviços a serem contratados;

**VIII** – fornecer crachá de acesso às suas dependências, de uso obrigatório pelos empregados da CONTRATADA;

**IX** – solicitar à CONTRATADA a substituição de qualquer produto, material, utensílio ou equipamento cujo uso considere prejudicial à boa conservação de seus pertences, equipamentos ou instalações ou, ainda, que não atendam às necessidades do SENADO;

**X** - manter, junto à CONTRATADA, criterioso registro no Sistema de Abertura de Ordens de Serviço;

**XI** - exigir da CONTRATADA a apresentação da planilha de férias de seus empregados, com a indicação dos respectivos substitutos.

a) As férias devem ser concedidas anualmente, cabendo penalidade à CONTRATADA se não concedidas.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – É vedada qualquer ingerência de agentes públicos vinculados ao SENADO na administração da CONTRATADA, inclusive no que se refere à proibição de direcionamento ou de indicação de pessoas para trabalharem na CONTRATADA.

### **CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO**

A CONTRATADA executará os serviços objeto deste contrato, por meio dos trabalhadores alocados no SENADO, sob sua orientação, subordinação e supervisão direta, devendo o início



## SENADO FEDERAL

da prestação dos serviços dar-se no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis** após a assinatura do contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A CONTRATADA deverá manter no SENADO equipe técnica residente que operará em caráter permanente nas dependências do SENADO, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, ininterruptamente, distribuída ao longo desse horário, em turnos de 6 horas.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A CONTRATADA deverá disponibilizar plantonista para a execução das programações e manutenções nos PABX (S) MX-ONE do SENADO fora do horário normal de expediente, inclusive finais de semana e feriados ou em sessões extraordinárias, quando solicitado pelo fiscal ou gestor, sem ônus adicionais ao SENADO.

I - Os PABX (s) MX-ONE e seus periféricos estão todos instalados no Conjunto Arquitetônico do Senado Federal- CASF localizado integralmente no Distrito Federal, que engloba basicamente: o Prédio Principal, os Anexos I e II, os Blocos 1 a 21, as Residências Oficiais da SQS 309 e da QI 12 no Lago Sul.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A jornada de trabalho dos profissionais referidos no Anexo 4 do edital poderá ser alterada de acordo com as necessidades do serviço e por solicitação do gestor.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Cabe à CONTRATADA garantir a qualificação profissional necessária da equipe técnica, conforme estabelecido no Anexo 3 do edital, durante toda a vigência contratual.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Para a prestação dos serviços serão consideradas as seguintes definições:

I - Manutenção corretiva: tem por objetivo restabelecer as condições ideais de funcionamento dos equipamentos objeto dessa contratação, eliminando os defeitos técnicos e/ou os decorrentes do uso normal.

II - Manutenção preventiva: tem por objetivo evitar a ocorrência de quebras e defeitos, bem como garantir o contínuo e perfeito funcionamento dos equipamentos, e abrangerá os serviços de identificação de situações que possam causar avarias ou indisponibilidades aos equipamentos objeto dessa contratação.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Os serviços de manutenção corretiva ou preventiva que exijam desligamento de sistemas serão executados em horários fora do expediente normal, podendo ser executados aos sábados, domingos ou feriados, de acordo com a conveniência do SENADO.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – A manutenção preventiva deverá proteger a operação dos PABX (s) Ericsson MX-ONE e seus periféricos, prevenido falhas e defeitos, maximizar suas disponibilidades, mantendo assim os demais processos seguros, por meio de testes periódicos na rede de comunicação ou de dados.



## SENADO FEDERAL

**PARÁGRAFO OITAVO** – Os responsáveis pela gestão técnica deverão manter registros de todos os serviços dos PABXs Ericsson MX-ONE e seus periféricos, podendo realizar manutenções programadas e previamente acordadas.

**PARÁGRAFO NONO** – A CONTRATADA deverá garantir a operação dos módulos dos PABX (s) Ericsson MX-ONE e seus periféricos, desenvolvendo, executando e controlando rotinas periódicas (diárias, semanais, mensais, eventuais, etc.) que serão realizadas para a manutenção das funcionalidades desse, tais como:

- I - Rotinas de *backup* dos sistemas de *software*;
- II - Inventários de SW / HW / Documentação;
- III - Dimensionamento de suprimentos de teleinformática;
- IV - Garantia da disponibilidade dos processos de *Restore* a serem utilizados em situações de contingência;
- V - Relatórios das atividades.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** – A CONTRATADA deverá administrar os PABX (s) Ericsson MX-ONE e seus periféricos em conjunto com o SENADO, definindo e colocando em prática as rotinas operacionais que determinarão a administração dos recursos da rede (acessos a recursos de *hardware* e *software*, modelo de contas, grupos, senhas, pastas, recursos de impressão, auditoria, administração e manutenção da segurança das aplicações e do banco de dados), e, ainda dentro dessas atividades, desenvolver os trabalhos de inclusão, exclusão e alterações dos recursos da rede e reconfiguração de ambientes e produtos que não caracterizem melhorias ou novos projetos, mas, simplesmente, movimentações lógicas necessárias à operacionalização e disponibilidade dos PABXs Ericsson MX-ONE e seus periféricos.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** – A CONTRATADA deverá executar a manutenção corretiva, o rastreamento e a correção das falhas em todos os módulos dos PABXs Ericsson MX-ONE e seus periféricos de modo rápido e eficiente em casos de distúrbios operacionais ou de funcionalidade limitada dos componentes da solução, observando que:

- I - O serviço inclui suporte e manutenção técnica remota e a designação de técnicos para restaurar a plena funcionalidade dos PABX (s) Ericsson MX-ONE e seus periféricos.
- II - Os serviços são realizados a partir da abertura de um chamado à área de suporte ao usuário, tipicamente decorrente de falhas, defeitos, operações equivocadas.



## SENADO FEDERAL

**III** - O objetivo da manutenção corretiva é a restauração e/ou reparação depois de diagnosticada uma falha ou defeito, de um todo ou parte da solução, sistema, máquina, *software*, etc., incluindo-se a substituição de partes e peças.

**IV** - Os serviços de manutenção corretiva poderão ser provenientes inclusive do processo de operação, nesse caso, de forma transparente para os usuários, deverão ser executados observando-se as seguintes premissas:

a) Gravidade do Problema (Falha/Defeito): Alta, Média ou Baixa;

b) Grupos de Produtos: Informática, Telefonia, Infraestrutura, etc.;

c) Produtos: *Software*, *Hardware*, Equipamentos diversos, etc.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** – A CONTRATADA deverá fornecer quaisquer componentes necessários as manutenções dos PABX (s) MX-ONE e periféricos em até 2 (duas) horas do pedido formal do gestor/fiscal. Todavia, caso os referidos componentes não estejam gerando indisponibilidade no sistema, ou a CONTRATADA tenha fornecido contingência de equipamento ou programação que esteja mantendo os serviços telefônicos dos PABX (s) MX ONE e periféricos sem quaisquer restrições aos usuários, o referido prazo fica prorrogado para 15 (quinze) dias úteis.

**I** - Caso a CONTRATADA precise realizar a manutenção em quaisquer dos módulos ou equipamentos dessa contratação, junto a oficinas autorizadas dos respectivos fabricantes, poderá fazê-lo sob sua responsabilidade, contanto que comprove, por laudo, a efetiva necessidade, bem como providencie a substituição provisória dos equipamentos por outros similares, ou, ainda, realize programações de contingência que possa supri-los, naturalmente, sem prejuízos à alta disponibilidade e qualidade dos serviços telefônicos prestados pelos PABX (s) do SENADO ou de seus periféricos.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** - A CONTRATADA deverá restituir os equipamentos retirados para manutenções externas consertados, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, sob pena de aplicação das glosas e prazos normais referentes aos indicadores de desempenho ou, ainda, da aplicação de penalidades por descumprimentos parciais dessa contratação.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** – Não é de responsabilidade da CONTRATADA as manutenções nos inversores Proteco, nem nos bancos de baterias utilizados pelo PABX MXONE do SENADO. Contudo, deverá fornecer mediante ressarcimento, quando requerido pelo gestor, os módulos inversores Proteco, bem como elementos dos bancos de baterias relacionados no Anexo 12 do edital em eventuais necessidades de substituição dos mesmos.



## SENADO FEDERAL

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** - O prazo de garantia das peças fornecidas pela CONTRATADA, mediante ressarcimento, deverá ser de 12 (doze) meses, contados da data de seu fornecimento.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO** – Ao SENADO não caberá qualquer ônus pela rejeição dos serviços considerados inadequados pelo gestor.

### **CLÁUSULA QUINTA – DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR**

A CONTRATADA deverá prestar os serviços definidos neste contrato, no edital e seus anexos, de acordo com os Instrumentos de Medição de Resultados (IMR) pré-estabelecidos, estando sujeita a ajustes no pagamento pelo descumprimento do IMR.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A CONTRATADA deverá garantir o cumprimento dos indicadores de desempenho para execução das ordens de serviços conforme descrição que segue:

**I - A Medição de Resultados (MR):** representa a porcentagem dos serviços executados dentro dos prazos estabelecidos neste IMR.

a) O MR será apurado diariamente;

b) O cálculo do percentual do MR diário será efetuado com auxílio de planilha eletrônica, onde apurar-se-á o percentual executado tempestivamente de todas as atividades solicitadas via ordem de serviço, obedecendo à seguinte fórmula:

**Tabela 1 – Descrição dos Registros e Siglas**

Descrição do Registro	Sigla
Quantidade de Ordens de Serviços Solicitadas	QoS
Quantidade de Ordens de Serviços Executadas Intempestivamente	QoSE

$$IMR\% = \left(1 - \frac{QoSE}{QoS}\right) * 100\%$$

c) A quantidade de pontos perdidos diariamente (PP) é obtida a partir da tabela -4- Critérios de Avaliação pela relação de correspondência biunívoca entre essa e os valores obtidos da equação MR%, conforme Tabela 4 – Critérios de Avaliação. Desta forma,





## SENADO FEDERAL

somente os valores de MR % menores que 90% (noventa por cento) gerarão perda de pontos na Nota de Avaliação Final (NA).

### d) Planilhas de Cálculo de MR:

**d.1)** A Quantidade de Ordens de Serviços Solicitadas (QoS) e a Quantidade de Ordens de Serviços Executadas Intempestivamente (QoSE) serão contabilizadas e fornecidas por meio do Sistema de Controle de Ordens de Serviços (fluxOS) desenvolvido pela Coordenação de Telecomunicações - COOTELE. Tais dados serão extraídos no formato de planilha em Excel para sua averiguação e cálculos do MR conforme fórmula acima.

**d.2)** Após a ordem de serviço ser aberta pelo Serviço Central de Atendimento e Controle de Dados Técnicos – SECACD, no ramal 7000, a CONTRATADA, por meio de sua equipe de Técnicos em Telefonia, terá o prazo máximo para sua execução conforme tabela abaixo:

**Tabela 2 – Tempo Máximo de Execução dos serviços**

Item	Atividades	Tempo máximo de execução (hh:mm)
1	Informação/Criação/Cancelamento de senha/Cadeado eletrônico	00:30
2	Alteração de Categoria; Alteração de temporizador de ramais.	00:30
3	Programação/ cancelamento de redirecionamento direto, por não-atendimento ou ocupado de ramais.	00:45
4	Criação/Cancelamento/ Alteração de grupos de busca (GH) ou Captura (GP)	01:00
5	Criação/cancelamento/alterações de Programações em Ramais Digitais, Analógicos, IP de mesa e DECT (ramais sem fio); e Conversão de ramal digital em analógico e vice-versa; alteração de senha em ramais ou de usuários e senhas para programação e manutenção nos PABX (s) Ericsson MX-ONE. Programação de remanejamento interno ou externo de ramais. Programação/alteração de expensor para aparelho digital. Programações gerais de facilidades nas Centrais MX-ONE.	01:00
6	Manutenção corretiva de ramal bloqueado. Permuta/alteração: troca de número de ramais ou permuta de funcionalidades entre ramais.	02:00
7	Substituição de hardwares (cartões) no PABX Ericsson MX-ONE;	03:00
8	Criação/cancelamento de usuários ou Programações diversas no Correio de Voz. Criação/cancelamento/alteração/habilitação/configuração de Ramal em softphones Milcollab, MicroSip na central. Inserção de arquivos de tarifação externos ao sistema MX-One.	03:00
9	Manutenção dos bancos de baterias localizados na COOTELE, Residências Oficiais da SQS 309 e Lago Sul. Manutenção preventiva do	03:00



SENADO FEDERAL

	banco de baterias do tipo OPZV, 1.000 A/10H, com 96 (noventa e seis) elementos;	
10	Realizar substituição de módulos nos Inversores/supervisão RTA ou PROTECO ou do retificador Alpha Innovations.	03:00
11	Disponibilizar equipe técnica para supervisões em serviços de programações e manutenções ou instalações nos PABX (s) MX-ONE do Senado Federal requeridos por técnicos das operadoras de telecomunicações, quando devidamente autorizadas pelo gestor/fiscal dessa contratação.	04:00
12	Manutenção/substituição da fonte musical do PABX MX ONE	04:00
13	Manutenção de congestionamentos interno entre ramais	06:00
14	Manutenções corretivas no SISTEMA RETIFICADOR CHAVEADO, Alpha Innovations;	06:00
15	Atualização do plano de face – cartões e D.G.;	08:00
16	Criação de rotas	08:00
17	Criação/manutenções em rotas de entrada, de saída, do Contact Center, para as linhas diretas, de emergência, para as operadoras de celular, de interligação para a Câmara dos Deputados, das Residências Oficiais, IP e outras	08:00
18	Disponibilização de arquivos do PABX para relatórios no sistema STELE	08:00
19	Instalação de programas de atualizações (Patch's) nos PABXs MX-ONE	08:00
20	Manutenção de congestionamento de chamada externa	08:00
21	Manutenção de falhas de sincronismo externo de troncos;	08:00
22	Manutenção no aterramento dos diversos equipamentos que compõe o sistema telefônico do Senado Federal	08:00
23	Manutenção ou configurações na integração entre o PABX MX-One e o Contact Center;	08:00
24	Programações e manutenção do Módulo/servidor que disponibiliza ramais do MX-ONE em Smartphones e computadores	08:00
25	Realização de Backup e restauração nas Centrais;	08:00
26	Realizar backups dos bilhetes de chamadas e disponibiliza-los em uma pasta com roteamentos para os tarifadores do Serviço de Tarifação do Senado Federal;	08:00
27	Relatórios gerenciais tais quais serviços executados, configurações, manutenções realizadas; relatórios para atualizações de cadastro	08:00
28	Suportes a alterações e atualizações na Central PABX Ericsson MX-ONE (UPDATES e UPGRADES).	08:00

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Quando mais de uma Ordens de serviço (O.S.) for aberta, simultaneamente ou em horários próximos, o tempo máximo para execução para cada uma delas será respeitado. Sendo assim, somente será computado o início de execução para uma próxima O.S., quando o tempo máximo da O.S. anterior já tenha sido esgotado; ou, ainda, caso a O.S. anterior tenha sido concluída antes do referido tempo máximo, esse horário será computado como





## SENADO FEDERAL

tempo inicial para a próxima O.S.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Sempre que necessário, a CONTRATADA deverá reforçar o quantitativo da equipe técnica de forma a realizar no mínimo 20 (vinte) Ordens de Serviço abertas num mesmo dia.

**I** - Todas essas atividades deverão necessariamente ser executadas no prazo máximo total de 24h (vinte e quatro horas) corridas, independentemente se a soma dos tempos superar as 24h, sob pena de ser aplicada uma redução na Medição de Resultados de 2%, em cada ocorrência, até o limite de 50%.

**II** – Entretanto, se a quantidade de Ordens de Serviço num mesmo dia for superior a 20 (vinte), ou múltiplos desse quantitativo, o tempo máximo de execução, bem como tempo máximo total de execução também serão ampliados linearmente dos mesmos valores, a cada nova ocorrência.

**PARÁGRAFO QUARTO** – O **Desconto por Falta de Qualidade no Atendimento (DQA)** é o desconto percentual aplicado na Nota de Avaliação (NA) para cada serviço prestado considerado como ruim ou péssimo.

**I** - O **DQA** será apurado mensalmente.

**II** - Os dados para a apuração do **DQA** serão obtidos a partir das respostas ao questionário que a SEQUALI – Serviço de Apoio Administrativo e Controle de Qualidade da COOTELE enviará ao usuário que solicitou ou recebeu o serviço.

**III** - O cálculo do **DQA** será efetuado com auxílio de planilha eletrônica, onde, para cada resposta dada como RUIM ou PÉSSIMO, será imputado - 0,1 (um décimo negativo) na nota final da Nota de Avaliação – NA conforme fórmula abaixo:

$$DQA\% = (0,1x\Sigma QR + 0,1x\Sigma QP)\%$$

**Tabela 3 – Descrição dos Registros e Siglas**

<b>Descrição do Registro para DQA</b>	<b>Sigla registro</b>
Quantidade de Serviços Avaliados como Excelente no mês	QE
Quantidade de Serviços Avaliados como Bom no mês	QB
Quantidade de Serviços Avaliados como Ruim no mês	QR
Quantidade de Serviços Avaliados como Péssimo no mês	QP

**IV** - Os serviços avaliados como excelente ou bom terão nota zero e não pontuarão para efeito do cálculo do **DQA**.



## SENADO FEDERAL

**PARÁGRAFO QUINTO** - O mês será considerado sem contingência, quando o fluxo normal de serviços ocorre sem casos fortuitos ou de força maior.

**I** - O cálculo da nota de avaliação (NA) do mês será efetuado pelo SENADO, conforme abaixo:

- a) A nota inicial no primeiro dia do mês será de 100 pontos percentuais.
- b) Os Pontos Perdidos por Desempenho Insatisfatório (PP) serão imputados diariamente conforme pontuações da tabela 4.
- c) O Desconto mensal por Falta de Qualidade no Atendimento (DQA) será calculada mensalmente conforme tabela 3 e equação a seguir:

$$DQA\% = (0,1x\Sigma QR + 0,1x\Sigma QP)\%$$

- d) A Nota de Avaliação do mês será calculada por meio da seguinte fórmula, conforme preenchimento da tabela do modelo constante do Parágrafo Décimo desta cláusula:

$$(NA\%) = 100\% - \sum_{i=1}^N PP_{NSi}\% - DQA\%$$

Onde:

- $PP_{NSi}$  representa o quantitativo dos Pontos Perdidos em cada dia por desempenho insatisfatório na Medição de Resultados (MR);
- $N$  representa o número de dias no mês;
- DQA - Desconto por Falta de Qualidade no Atendimento.

**II** - Sempre que a nota de avaliação (NA) for inferior a 90 (noventa) pontos, serão aplicadas à CONTRATADA os ajustes indicados na Tabela 5.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Será considerado mês com contingência quando o fluxo normal de serviços seja alterado por caso fortuito ou força maior.

**I** - Os dias com contingência serão desconsiderados para efeito de cálculo da nota de avaliação (NA).

**II** - Para esse mês com contingência, serão considerados, para efeito do cálculo da NA, apenas os dias sem caso fortuito ou a força maior.



SENADO FEDERAL

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - O gestor/fiscal acompanhará o cumprimento diário da Medição de Resultado (MR) descrita nesta cláusula e, de acordo com seu valor, serão aplicadas as pontuações da tabela 4 para cálculo dos pontos perdidos no mês.

Tabela 4 – Critérios de Avaliação

Item	Descrição	Periodicidade de Apuração	Faixa	% Pontos Perdidos por Desempenho Insatisfatório (PP)
01	Medição de Resultados - MR	Diária	$90,00\% \leq MR \leq 100,00\%$	0,0
			$80,00\% \leq MR < 90,00\%$	0,5
			$70,00\% \leq MR < 80,00\%$	1,0
			$60,00\% \leq MR < 70,00\%$	1,5
			$MR < 60,00\%$	2,0

**PARÁGRAFO OITAVO** - No mês em que a nota de avaliação (NA), calculada conforme fórmula constante do Parágrafo Quinto, for inferior a 90 (noventa) pontos, será aplicada ajuste à fatura apresentada pela Contratada, conforme planilha a seguir:

Tabela 5 – Ajustes na Fatura Apresentada para Avaliação dos Serviços

Item	Nota de Avaliação (NA)	Notificações/Ajustes
01	$NA \geq 90$	Sem aplicação de ajustes à Contratada.
02	$80,00 \leq NA < 90,00$	Notificação registrada no Sistema de Abertura de Ordens de Serviço.
03	$70,00 \leq NA < 80,00$	Ajuste de 3,00% sobre o valor mensal fixo dessa contratação.
04	$60,00 \leq NA < 70,00$	Ajuste de 6,00% sobre o valor mensal fixo dessa contratação.
05	$50,00 \leq NA < 60,00$	Ajuste de 15,00% sobre o valor mensal fixo dessa contratação.
06	$NA < 50,00$	Possibilitará a aplicação suplementar de multas por inexecução parcial do contrato, tratadas nas tabelas de penalidades.
07	02 (duas) notificações em meses consecutivos.	Ajuste de 3,00% sobre o valor mensal fixo dessa contratação.
08	01 (um) ajuste 01 (uma) notificação em meses consecutivos.	Ajuste de 3,00% sobre valor mensal fixo dessa contratação.

**PARÁGRAFO NONO** - O percentual máximo de ajuste mensal sobre o valor mensal fixo dessa contratação para cada mês da ocorrência será de 18%.

**I - Notas de Avaliação (NA) mensal** inferiores a 50% poderão ensejar, ainda, a aplicação suplementar de multas por inexecução parcial do contrato, tratadas nas tabelas de penalidades, conforme Cláusula Décima Quarta.



SENADO FEDERAL

**PARÁGRAFO DÉCIMO** – As Notas de Avaliação Final –NA serão calculadas conforme planilhas a seguir:

**Tabela 6 Instrumentos de Medição de Resultados (IMR) REF mês/ano**

Dia da semana	Data	QoS Quantidade de Ordens de Serviços Solicitadas por dia	QoSE Quantidade de Ordens de Serviços Executadas Intempestivamente por dia	MR % Percentual diário de Medição de Resultado	Pontos Perdidos por Desempenho Insatisfatório (PP)	QR- Quantidade de Serviços Avaliados como ruim por dia	QP- Quantidade de Serviços Avaliados como Péssimo por dia
		$\Sigma QoS$	$\Sigma QoSE$	$MR\% = \left(1 - \frac{QoSE}{QoS}\right) * 100\%$	$\sum_{i=1}^N PP_{NSi}\%$	$\Sigma QR$	$\Sigma QP$

**Tabela 7 de conversão de MR% diários em pontos percentuais perdido por desempenho**

MR %	Pontos Perdidos por Desempenho Insatisfatório (PP) %
90 a 100%	0
80 a 90%	0,5
70 a 80%	1
60 a 70%	1,5
menor 60%	2

**I** - Equação para calcular o Desconto mensal por Falta de Qualidade no Atendimento (DQA).

$$\%DQA = (0,1 \times \Sigma QR + 0,1 \times \Sigma QP)\%$$

**II** - Equação para calcular a Nota de Avaliação Final -NA%



SENADO FEDERAL

$$NA\% = 100\% - \sum_{i=1}^N PP_{NSi} \% - DQA\%$$

a) Conforme o valor de NA% obtida por essa equação, serão aplicadas as glosas estabelecidas na Tabela 5 do Parágrafo Oitavo desta cláusula.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - Finalizada a execução de um serviço, a equipe do Serviço de Apoio Administrativo e Controle de Qualidade – SEQUALI da Coordenação de Telecomunicações enviará um e-mail para o (a) solicitante/recebido(a) do serviço com um *link*, onde haverá o número da ordem de serviço, que dará acesso ao questionário na página COOTELE, na intranet do SENADO, perguntando como o usuário avalia a qualidade do serviço executado, se ÓTIMO, BOM, RUIM ou PÉSSIMO. Além disso, haverá um campo para observações que achar pertinente.

I - As respostas a tais questionários serão utilizadas para composição do DQA - Desconto por falta de qualidade no atendimento – caso os serviços sejam avaliados como RUIM ou PÉSSIMO e comporá a nota de avaliação mensal dos serviços executados, como descrito no Parágrafo Quarto.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA RETENÇÃO DE PROVISÕES POR MEIO DE DEPÓSITO EM GARANTIA BLOQUEADOS PARA MOVIMENTAÇÃO- DGBM**

O SENADO fará a retenção da provisão de valores para o pagamento das férias, de 1/3 constitucional das férias e 13º salário, com seus respectivos depósitos de FGTS e encargos previdenciários; multa sobre fundo de garantia (FGTS) e outras verbas rescisórias devidas aos trabalhadores da CONTRATADA, por meio de Depósitos em Garantia Bloqueados para Movimentação - DGBM.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – As verbas mencionadas no *caput* desta cláusula serão deduzidas do valor mensal a ser pago diretamente à CONTRATADA.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A última fatura apresentada pela CONTRATADA será paga após a comprovação da quitação das verbas mencionadas no *caput* desta cláusula.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Os depósitos de que trata o *caput* serão efetuados conjuntamente com os valores correspondentes ao lucro e à taxa de administração incidentes sobre a parcela depositada, os quais serão liberados após a quitação das respectivas verbas trabalhistas e/ou previdenciárias.

**PARÁGRAFO QUARTO** – As quantias que serão retidas para o atendimento desta cláusula serão obtidas pela aplicação de percentuais e valores constantes da proposta da CONTRATADA.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Os valores relativos aos encargos previdenciários e ao FGTS serão liberados à CONTRATADA após a comprovação dos respectivos pagamentos.



## SENADO FEDERAL

**PARÁGRAFO SEXTO** – Os valores provisionados na forma do *caput* desta Cláusula serão pagos diretamente aos trabalhadores nas seguintes condições:

**I** – parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;

**II** – parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a um terço de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;

**III** – quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS; e

**IV** – ao final da vigência do contrato, incluídas suas eventuais prorrogações, para o pagamento das demais verbas descritas no *caput* desta cláusula.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – A hipótese prevista no inciso IV do Parágrafo Sexto desta cláusula não se aplica caso seja pactuado novo contrato, contiguamente, com a mesma empresa e com o mesmo objeto.

**PARÁGRAFO OITAVO** – Ocorrendo a situação prevista no Parágrafo Sétimo desta cláusula, poderão ser liberados à empresa os valores depositados referentes ao lucro e à taxa de administração. O remanescente dos valores depositados passará a se vincular ao novo contrato.

**PARÁGRAFO NONO** – Se houver redução do objeto contratado no curso do contrato ou em razão de celebração de novo contrato, os depósitos correspondentes à redução promovida serão liberados na forma prevista no inciso III do Parágrafo Sexto desta cláusula.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** – A CONTRATADA deverá apresentar ao gestor do contrato solicitação para pagamento direto aos trabalhadores acompanhada da comprovação da ocorrência dos eventos mencionados no *caput* desta cláusula, em até 20 (vinte) dias antes da data prevista em ato normativo ou no Contrato para o pagamento das referidas verbas, bem como de lista em formato definido pelo SENADO, contendo dados relativos ao pagamento dos empregados.

**I** – A CONTRATADA será informada de eventuais inconsistências nos dados para pagamento em até 5 (cinco) dias corridos antes da data prevista em ato normativo ou no Contrato para a quitação das referidas verbas.

**II** – Quando forem verificadas inconsistências de dados, cuja responsabilidade de informação seja da CONTRATADA, o SENADO não efetuará o pagamento direto aos trabalhadores, cabendo à CONTRATADA efetuar-los, dentro dos prazos legais e/ou contratuais, nos termos do Parágrafo Décimo Segundo desta cláusula.



## SENADO FEDERAL

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** – O prazo previsto no Parágrafo Décimo desta cláusula não exime a CONTRATADA da responsabilidade de observar os prazos legais, que prevalecem sobre os contratuais, para pagamento das verbas trabalhistas e/ou previdenciárias.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** – Na hipótese de inobservância do prazo previsto no Parágrafo Décimo, ou caso o prazo legal para pagamento seja inferior a 20 (vinte dias), deverá a CONTRATADA quitar as verbas trabalhistas e/ou previdenciárias no prazo legal e solicitar a liberação do respectivo valor ao SENADO.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** – Os valores provisionados serão liberados à CONTRATADA, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da apresentação dos documentos que comprovem a quitação das verbas de que trata o *caput* desta Cláusula.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** – Ao final da vigência contratual, o saldo existente no DGBM somente será liberado à CONTRATADA após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado e das sanções pecuniárias aplicadas, em até 90 (noventa) dias após o encerramento da vigência contratual, mediante homologação e/ou instrumento equivalente emitido pelo sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** – Os valores depositados em garantia serão remunerados nos termos do acordo de cooperação firmado com a Instituição Financeira.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO** – No caso de haver cobrança de tarifa bancária, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados como DGBM.

### CLÁUSULA SÉTIMA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O SENADO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, o valor mensal estimado de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), **correspondente a mão de obra e aos serviços de manutenção**, conforme proposta da CONTRATADA, documento digital nº \_\_\_\_\_, não sendo, em nenhuma hipótese, permitida a antecipação de pagamentos por serviços não executados ou executados de forma incompleta.

TABELA 1 - RESUMO GERAL DOS CUSTOS COM MÃO-DE-OBRA				
ITEM	CATEGORIAS	QUANT.	CUSTO UNITÁRIO (R\$)	CUSTO MENSAL (R\$)
1	Técnico Especialista em PABX Ericsson MX-ONE seus periféricos	2		
	TOTAL MENSAL			
	TOTAL ANUAL (12 meses)			





SENADO FEDERAL

TABELA 2 - CUSTOS FIXOS COM MANUTENÇÕES DOS MÓDULOS DO SISTEMA TELEFÔNICO DO SENADO FEDERAL						
ITEM	ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS	QUANT.	UNIDADE	VALOR FIXO (R\$)		
				UNITÁRIO (R\$)	TOTAL MENSAL (R\$)	TOTAL ANUAL (R\$)
2	PABX Ericsson MX-ONE 7.3, com redundância de processamento e rede instalada na Coordenação de Telecomunicações do SENADO – Bloco 13.	12	mês			
3	PABX Ericsson MX-ONE 7.3 com programação independente instalado na SQS 309.	12	mês			
4	PABX Ericsson MX-ONE 7.3 com programação independente instalado na Residência Oficial da Presidência do SENADO.	12	mês			
5	Sistema de ramais sem fio DECT-Ericsson com 10 ramais	12	mês			
6	Softphones MiCollab Advanced Messaging (Mitel) e MicroSip com 500 licenças	12	mês			
7	Correio de voz One Box com 200 caixas, Aastra OneBox e IP Phone Server	12	mês			
8	Retificador, Alpha - 48VDC/380/650A	12	mês			
9	2(dois) Retificadores Alpha - 48VD/220Vca/60A	12	mês			
10	Inversor RTA, com tensão de entrada de 48 Vcc e tensão de saída de 220 Vca.	12	mês			
11	Sistema de interligação com modem óptico entre o PABX do Senado Federal e o PABX da Câmara dos Deputados	12	mês			





SENADO FEDERAL

TABELA 2 - CUSTOS FIXOS COM MANUTENÇÕES DOS MÓDULOS DO SISTEMA TELEFÔNICO DO SENADO FEDERAL						
ITEM	ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS	QUANT.	UNIDADE	VALOR FIXO (R\$)		
				UNITÁRIO (R\$)	TOTAL MENSAL (R\$)	TOTAL ANUAL (R\$)
VALOR MENSAL				R\$		
VALOR ANUAL				R\$		

TABELA 3 - RESUMO GERAL DOS CUSTOS COM PEÇAS/COMPONENTES		
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CUSTO ANUAL (12 MESES)
12	Conforme Anexo 12	R\$

TABELA 4 - CUSTO TOTAL ESTIMADO DOS SERVIÇOS E PEÇAS		
Discriminação	TOTAL MENSAL	TOTAL ANUAL
MÃO-DE-OBRA (Item 1)	R\$	R\$
SERVIÇOS (Itens 2 a 11)	R\$	R\$
PEÇAS/COMPONENTES (Item 12)		R\$
<b>TOTAL GLOBAL</b>		<b>R\$</b>

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O valor anual estimado para as **peças de reposição e componentes (Item 12)** é de R\$ \_\_\_\_\_, que será calculado a partir da demanda. O pagamento será efetuado de acordo com o efetivo consumo.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O preço global anual estimado do presente contrato para o período de 12 (doze) meses consecutivos é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos, necessários à perfeita execução deste contrato, observada a legislação trabalhista, previdenciária, tributária e convenção coletiva de trabalho.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – O SENADO pagará à CONTRATADA, acrescendo ao preço global mensal, mediante apresentação de documento fiscal em separado, os valores referentes a eventual serviço extraordinário realizado, quando esgotados todos os meios de utilização do “BANCO DE HORAS”, respeitado o limite fixado pela legislação, por empregado, na conformidade do inciso XII da Cláusula Segunda deste contrato.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Os pagamentos serão efetuados mensalmente, por intermédio de depósito em conta bancária da CONTRATADA, conforme valores constantes nesta cláusula e



## SENADO FEDERAL

ao atendimento ao Instrumento de Medição de Resultado previsto na Cláusula Quinta, bem como procedimentos previstos na Cláusula Oitava, condicionados ao prévio atesto dos serviços pelo gestor, mediante o recebimento do documento fiscal, em 2 (duas) vias, com a discriminação dos serviços, cuja data de emissão não poderá ser anterior à do último dia do mês vencido.

**I** – O SENADO pagará à CONTRATADA, os valores unitários fixos para o Item 1 (mão de obra) e para os Itens 2 a 11 (manutenções dos módulos do sistema telefônico do SENADO), acrescido dos custos variáveis referentes ao fornecimento de peças efetuado pela CONTRATADA, apurado no mês corrente de cada fatura.

**PARÁGRAFO QUINTO** – O primeiro documento fiscal a ser apresentado terá como período de referência o dia de início da prestação dos serviços e o último dia desse mês, e os documentos fiscais subsequentes terão como referência o período compreendido entre o primeiro e o último dia de cada mês.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Os pagamentos serão efetuados com prazo não superior a **30 (trinta) dias**, a contar do recebimento do documento fiscal, condicionados à manifestação do gestor na forma do Parágrafo Oitavo e à apresentação de:

**I** – prova de quitação da folha de pagamento específica deste contrato, relativamente ao período constante do documento fiscal apresentado, a ser emitida pela instituição bancária que efetuar o crédito em conta corrente dos empregados dos valores referentes tanto à remuneração mensal quanto ao 13º salário, quando for o caso deste pagamento pela CONTRATADA, contendo o nome do funcionário e o valor do crédito promovido;

**II** – Guias de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) e Guias de Relação de Empregados (GRE); bem como, de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CRF), a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, e ainda, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

**III** – espelho da folha de pagamento dos empregados a serviço do SENADO específica deste contrato;

**IV** – comprovantes de fornecimento de auxílio-transporte e auxílio-alimentação aos empregados da CONTRATADA que prestem os serviços objeto do presente contrato;

**V** – tabela demonstrando os descontos efetuados na nota fiscal do mês de referência, sobre os valores com obrigação mensal sem comprovação de pagamento (Vale-Transporte, Auxílio Alimentação, Adicional Noturno, etc.), tendo como base de cálculo a fórmula de composição de custos utilizada na formulação da planilha de preços das categorias;

**VI** – planilhas de custos de cada categoria e informações sobre qualquer outra vantagem;



## SENADO FEDERAL

**VII** – planilha discriminada com o controle de frequência dos profissionais no horário ordinário e extraordinário; e

**VIII** – apresentação da garantia prevista na Cláusula Décima Segunda do contrato.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – Os valores provisionados em DGBM, previstos na Cláusula Sexta, serão liberados à CONTRATADA, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da apresentação dos documentos que comprovem a quitação das verbas de que trata o *caput* da Cláusula Sexta.

**PARÁGRAFO OITAVO** – Os pagamentos mensais ficam condicionados à manifestação do gestor do contrato ou, nos casos em que se enquadrem no § 8º do art. 15 da Lei nº 8.666/93, de comissão designada pela Diretora-Geral, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento do documento fiscal, mediante termo circunstanciado, após verificação das quantidades, qualidade e cumprimento das demais obrigações contratuais.

**PARÁGRAFO NONO** – Eventual(is) irregularidade(s) constatada(s) na apresentação dos documentos elencados nos incisos do Parágrafo Sexto ensejará(ão) a suspensão do pagamento até que haja a regularização da pendência por parte da CONTRATADA pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo da possibilidade de aplicação de penalidade, bem como de rescisão unilateral pela Administração.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** – A falta de qualquer empregado, sem a reposição prevista no inciso VIII da Cláusula Segunda, implicará desconto automático de 1/30 (um trinta avos) do valor unitário mensal da categoria, por dia, sem prejuízo da incidência da multa contratual prevista na Cláusula Décima Quarta.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** – No encaminhamento do documento fiscal, a CONTRATADA deverá fazer demonstração analítica da cobrança de cada rubrica de que trata esta cláusula.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** – As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da CONTRATADA.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** – Havendo vício a reparar em relação ao documento fiscal mencionado no *caput* do Parágrafo Sexto, o prazo para pagamento poderá ser suspenso até que haja reparação do vício.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no Parágrafo Sexto e a data do efetivo pagamento do documento fiscal, a serem incluídos em documento fiscal próprio, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde:



## SENADO FEDERAL

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i / 365$       $I = 6 / 100 / 365$       $I = 0,00016438$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%

### **CLÁUSULA OITAVA – DO RESSARCIMENTO DE MATERIAIS UTILIZADOS NAS MANUTENÇÕES**

No Anexo 12 do Edital foram relacionados os principais componentes/materiais mais susceptíveis/críticos a substituições em eventuais manutenções preventivas/corretivas. Os valores unitários para ressarcimento desses serão os constantes da proposta da CONTRATADA. Sendo assim, sempre que a CONTRATADA precisar fornecer/substituir alguns destes itens, fará jus ao ressarcimento nos termos da tabela constante do referido anexo. Os valores deverão ainda ser pagos conjuntamente com a próxima fatura de serviço.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A CONTRATADA deverá apresentar laudo técnico detalhado justificando a necessidade das referidas substituições. Esse laudo deverá ser ratificado pelo fiscal/gestor do contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Caso algum equipamento da plataforma que esteja em uma versão desatualizada ou até mesmo descontinuado, necessite ser substituído em uma manutenção corretiva, a CONTRATADA poderá efetuar a substituição por outro equipamento que seja mais atual, ou que possua características semelhantes ou superiores ao que foi substituído, mediante ratificação do fiscal/gestor. Será assegurada inteira compatibilidade do equipamento substituído com os demais equipamentos da plataforma, bem como dos seus periféricos.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O gestor/fiscal somente permitirá a utilização de materiais/equipamentos da CONTRATADA, mediante ressarcimento, quando não dispuser deles em seu estoque no almoxarifado da COOTELE/SENADO, para substituição imediata, podendo, inclusive, utilizar nessas manutenções, materiais adquiridos em outras contratações. Nesses casos, a CONTRATADA se obriga a utilizá-los/substituí-los sem quaisquer ônus ao SENADO.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Sempre que a CONTRATADA fornecer componentes necessários às manutenções dessa plataforma, relacionados na tabela constante do Anexo 12 do Edital, fará jus ao ressarcimento desses custos, mesmo que esses sejam inferiores a 5% (cinco por cento) do valor mensal fixo desta contratação, condicionado ainda aos valores estabelecidos na referida tabela.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Será assegurado à CONTRATADA o ressarcimento dos custos de outros componentes fornecidos por ela em manutenção e não listados no Anexo 12 do Edital,



## SENADO FEDERAL

sempre que os custos totais acumulados desses componentes, num mesmo mês, forem superiores a 5% (cinco por cento) do valor mensal fixo desta contratação.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Os custos com componentes fornecidos pela CONTRATADA não listados no Anexo 12 do Edital, cujos valores acumulados num mesmo mês, sejam inferiores a 5% do valor mensal fixo dessa contratação, deverão ser absorvidos pela própria CONTRATADA, sem quaisquer repasses adicionais ao SENADO, uma vez que esses serão provavelmente relacionados à aquisição de componentes necessários as manutenções, tais como os que ocorrem quando na substituição de fusíveis, conectores, cabos, resistores, diodos, transistores, etc.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - O ressarcimento das peças utilizadas em manutenções da supracitada plataforma, não relacionadas no Anexo 12 do Edital, cujo valores totais mensais superem 5% do valor mensal fixo dessa contratação, somente poderá ser efetuado após verificação por parte do SENADO da compatibilidade desses custos com o preço de mercado comum, por meio de pesquisa de preço no mercado.

**I** – O ressarcimento fica limitado ao valor máximo da mediana obtido na referida pesquisa, sempre que a cobrança pela CONTRATADA superar a referida mediana.

**II** - O SENADO terá ainda até 90 (noventa) dias corridos da entrega ao gestor das notas fiscais dessas despesas para realizar a referida pesquisa e efetuar esse ressarcimento.

**PARÁGRAFO OITAVO** - A CONTRATADA deverá devolver ao fiscal/gestor do contrato os materiais inservíveis retirados nas manutenções dos equipamentos dessa contratação.

### CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

É admitido o reajustamento dos valores que compõem os custos deste contrato desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses a ser contabilizado conforme os seguintes critérios:

**I** - repactuação do preço quanto aos custos referentes à mão de obra: a partir da data-base consignada no acordo, na convenção coletiva de trabalho ou na sentença normativa vigente à época da apresentação da proposta;

**II** - reajuste do preço quanto aos insumos, materiais e equipamentos: a partir da data da apresentação da proposta, devendo ser observado o disposto no Parágrafo Primeiro da presente Cláusula.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Os itens correspondentes às despesas operacionais administrativas (custos indiretos), lucro, insumos e materiais e peças – constantes da Planilha de Preços de Mão de Obra do Anexo 7 e da Relação de Peças de Reposição e Preços Máximos Aceitáveis do Anexo 12 e serviços (itens 2 a 11), constantes da Planilha de Composição de Custos



## SENADO FEDERAL

que fundamenta a proposta da CONTRATADA e que não se referiam a obrigações decorrentes de norma coletiva de trabalho, decisão judicial ou disposição legal, serão reajustados com base na variação do índice Nacional de Preços ao Consumidor- IN PC, após 12 (doze) meses contados da data da apresentação da proposta, não incidindo sobre tais itens quaisquer variações decorrentes de acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

**I** – Quando a remuneração dos itens despesas operacionais administrativas (custos indiretos) e lucro for estipulada através de índice percentual, estes terão seus percentuais da proposta original conservados, nos casos de aditamentos provenientes dos institutos do ‘fato da administração’ e do ‘fato do príncipe’, com o intuito de preservar a proporcionalidade e a condição efetiva da proposta inicial da contratada.

**II** – Os itens referentes a materiais de consumo, quando forem itens independentes na licitação, também serão reajustados na forma do *caput* do parágrafo primeiro.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O primeiro reajuste dos itens mencionados no parágrafo anterior levará em conta para fins de cálculo a variação do índice pactuado entre a data de apresentação da proposta e do primeiro aniversário do contrato, sendo que os reajustes subsequentes ocorrerão sempre nos aniversários seguintes, aplicando-se a variação ocorrida no último período.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-bases diferenciadas, a data inicial para a contagem da anualidade da repactuação será a data-base referente à categoria profissional que represente a maior parcela do custo de mão de obra da contratação conforme Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho vinculada à proposta da CONTRATADA.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data da última repactuação ocorrida, aplicando-se, no que couber, o disposto no Parágrafo Sétimo desta Cláusula.

**PARÁGRAFO QUINTO** – A repactuação será precedida de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos relativos a mão de obra, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que a fundamenta, devendo ser observada a adequação aos preços de mercado.

**PARÁGRAFO SEXTO** – É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva, aplicando-se o disposto no item 12.1.1, subalínea a.1.3, letra “i” do edital.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – Os efeitos financeiros da repactuação serão devidos somente a partir da data de assinatura do respectivo termo aditivo, admitindo-se a retroação dos efeitos exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa que contemple data de





## SENADO FEDERAL

vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

**PARÁGRAFO OITAVO** – Desde que acordada entre as partes, o valor contratual do objeto da repactuação poderá ter sua vigência iniciada em data futura, sem prejuízo da contagem de periodicidade para as próximas concessões.

**PARÁGRAFO NONO** – O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação se inicia a partir da homologação da Convenção Coletiva ou do Acordo Coletivo de Trabalho vinculada à proposta da CONTRATADA que fixar os novos custos de mão de obra abrangida pelo contrato e se encerrará na data da prorrogação contratual subsequente, ou caso não haja prorrogação, na data do encerramento da vigência do contrato, sob pena de preclusão do direito.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** – Nas repactuações baseadas em convenções coletivas de trabalho, não serão aplicados os índices apresentados pela CONTRATADA quando estes estiverem injustificada ou abusivamente mais altos que aqueles praticados no mercado relevante, hipótese em que será apurada a média dos índices utilizados nas convenções coletivas de trabalho relativas a períodos semelhantes, utilizando-se o percentual resultante como limite para a repactuação.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** – A Administração poderá prever o pagamento retroativo do período que a proposta de repactuação permaneceu sob sua análise, por meio de Termo de Acerto Final de Contas, se extinto o contrato.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** – O arredondamento de valores e preços deste contrato reger-se-á da seguinte forma, nos termos do Ato do Primeiro-Secretário nº 20/2010.

**I** – para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais;

**II** – quando a casa decimal imediatamente posterior à definida na alínea I for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada.

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES**

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal estabelecido no art. 65, inciso II, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária classificada como Programa de Trabalho 01.031.0034.4061.5664 e Natureza de Despesa 339030 / 339037 / 339039, tendo sido empenhadas mediante a Nota de Empenho nº \_\_\_\_\_.





SENADO FEDERAL

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Para os exercícios futuros, o SENADO emitirá notas de empenho, indicando a dotação orçamentária à conta da qual correrão as despesas, independentemente de celebração de termo aditivo.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA**

A CONTRATADA prestará garantia destinada a assegurar a plena execução do contrato, no valor de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global deste contrato, nos termos do art. 56 da Lei nº 8.666/93, em uma das seguintes modalidades:

**I** - caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

**II** - seguro-garantia; ou

**III** - fiança bancária.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A CONTRATADA deverá efetivar a prestação da garantia e formalizar a entrega do comprovante respectivo, exclusivamente por meio de registro no Serviço de Protocolo Administrativo do Senado Federal endereçado ao Gestor do contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da via assinada do contrato, podendo esse prazo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa a ser apreciada pela Administração.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A garantia será recalculada, nas mesmas condições e proporções, sempre que ocorrer modificação no valor deste contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A partir do vencimento, utilização ou recálculo da garantia, a CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para renová-la ou complementá-la, podendo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa a ser apreciada pela Administração.

**PARÁGRAFO QUARTO** – A garantia será liberada, se for o caso, até 15 (quinze) dias após a comprovação do adimplemento de todas as verbas devidas aos empregados a título rescisório, observando-se os requisitos do Parágrafo Sexto da Cláusula Sétima.

**I** – A garantia prevista somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação;

**II** – Caso o pagamento de que trata o inciso anterior não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração.



## SENADO FEDERAL

**PARÁGRAFO QUINTO** – A garantia a que se refere esta cláusula terá vigência durante todo o prazo de execução do contrato, devendo se estender até o prazo de 3 (três) meses, após o término da vigência contratual.

**PARÁGRAFO SEXTO** – O valor da garantia não poderá ser decrescente em função da execução gradual do contrato, nem poderá a garantia estar condicionada a elementos externos à relação entre o SENADO e a CONTRATADA.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – A garantia, inclusive na modalidade seguro-garantia, deverá assegurar ressarcimento, indenização e pagamento de, no mínimo:

**I** – prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;

**II** – multas aplicadas pelo SENADO à CONTRATADA;

**III** – prejuízos diretos causados ao SENADO decorrentes de culpa ou dolo da CONTRATADA durante a execução do contrato;

**IV** – obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes da execução do contrato e não honradas pela CONTRATADA.

**PARÁGRAFO OITAVO** – No caso de a CONTRATADA optar pelo seguro-garantia, deverá apresentar cobertura para todos os riscos elencados no Parágrafo Sétimo desta Cláusula.

**PARÁGRAFO NONO** – A CONTRATADA que prestar a garantia na modalidade caução poderá optar pelo seu parcelamento.

**I** – Autorizado pela Administração o parcelamento da garantia na modalidade caução, a empresa contratada poderá optar pela retenção mensal de seus créditos até a integralização do valor correspondente à garantia.

**II** – O parcelamento poderá ser feito em até 5 (cinco) prestações mensais e deverá observar o período de vigência remanescente do contrato, de modo que o valor a ser garantido esteja plenamente integralizado antes do encerramento da avença.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** – Caso a garantia contratual não seja apresentada de acordo com as exigências previstas nesta cláusula, o SENADO fica autorizado a reter parte do pagamento mensal à CONTRATADA para formação de reserva financeira, em valor equivalente ao da regular garantia contratual, sem prejuízo das sanções cabíveis.

**I** – As retenções de crédito realizadas pelo Senado Federal para a formação de reserva financeira em valor suficiente para suprir a constituição de garantia contratual regular poderão ser parceladas mediante solicitação da empresa contratada, observado o disposto no Parágrafo Nono.



## SENADO FEDERAL

**II** – Os valores retidos ficarão reservados em conta orçamentária, a título de garantia, e, por esta razão, não serão objeto de qualquer atualização monetária, salvo no caso de a CONTRATADA abrir conta bancária apta a receber depósito caução.

**III** – A liberação dos valores retidos fica condicionada à execução plena do contrato ou à apresentação de garantia idônea por parte da CONTRATADA, nos termos dos incisos I a III do caput desta cláusula.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** – Havendo alteração contratual, a CONTRATADA deverá comunicar o fato e encaminhar à seguradora o respectivo documento que formalize a alteração para fins de emissão do respectivo endosso, devendo a CONTRATADA apresentar ao SENADO, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da formalização da alteração contratual, a comprovação da referida comunicação e a anuência da seguradora, sob pena de multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor global remanescente deste contrato até o limite de 30 (trinta) dias, após o qual será aplicada, cumulativamente, multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** – Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, para fins de configuração de “expectativa de sinistro”, o SENADO deverá comunicar o fato à seguradora e/ou fiadora tão logo ocorra a instauração do processo administrativo sancionatório.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** – O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo SENADO com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO**

Caberá aos gestores designados pelo Diretor-Geral ou Diretor-Executivo de Contratações promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste contrato, observado o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 02, de 2008, e nos Atos da Diretoria-Geral nº 20/2015 e 27/2015.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES**

Pelo atraso injustificado na execução deste contrato ou pela sua inexecução total ou parcial, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

**I** – advertência;

**II** – multa;

**III** – suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;



## SENADO FEDERAL

**IV** – impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF e no cadastro de fornecedores do SENADO pelo prazo de até 5 (cinco) anos; e

**V** – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir ao SENADO os prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base nas alíneas III e IV desta Cláusula.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Sem prejuízo das sanções previstas nos incisos II e V desta Cláusula, com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, a CONTRATADA ainda poderá ser impedida de licitar e contratar com a União e descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do SENADO pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o contraditório e a ampla defesa, sempre que ocorrer alguma das seguintes hipóteses:

**I** – apresentar documentação falsa;

**II** – fraudar a execução do contrato;

**III** – comportar-se de modo inidôneo;

**IV** – fizer declaração falsa;

**V** – cometer fraude fiscal.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A ocorrência de alguma das hipóteses constantes do parágrafo anterior enseja a rescisão unilateral do contrato, sujeitando-se a CONTRATADA à multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Sem prejuízo das sanções previstas neste contrato, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV do artigo 5º da Lei nº 12.846/2013 sujeitarão os infratores às penalidades ali previstas.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Decorrido o prazo previsto para o início da execução deste contrato, sem a prestação dos serviços, será aplicada multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor global deste contrato até o limite de 30 (trinta) dias, após o qual será aplicada, cumulativamente, multa de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, sem prejuízo das demais sanções administrativas previstas nesta cláusula, observando-se os critérios constantes do Parágrafo Décimo Sétimo.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Iniciada a execução do objeto, o atraso injustificado na execução de alguma parcela, ou sua execução de forma insatisfatória, excluídas as infrações detalhadas



## SENADO FEDERAL

constantes no Parágrafo Décimo sujeitará à CONTRATADA à multa de 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre a parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

**PARÁGRAFO SEXTO** – A não apresentação da documentação prevista no Parágrafo Sexto, inciso II, da Cláusula Sétima, sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,05% (meio décimo por cento) a 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor global do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, observando-se os critérios constantes do Parágrafo Décimo Sétimo.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos Parágrafos Quinto e Sexto, a critério do SENADO, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções.

**PARÁGRAFO OITAVO** – O atraso na apresentação da garantia contratual prevista na Cláusula Décima Segunda sujeitará a CONTRATADA à multa de até 5% (cinco por cento) sobre a parcela do valor global do contrato correspondente ao período que este ficar com a garantia em aberto, contando-se o prazo a partir da data limite para apresentação da garantia até o dia da efetiva prestação da garantia ou da retenção prevista no Parágrafo Décimo da Cláusula Décima Segunda.

**PARÁGRAFO NONO** - A advertência será aplicada à CONTRATADA na primeira ocorrência das infrações de Grau 1 definidos nos quadros do Parágrafo Décimo.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** – Pelo descumprimento das obrigações contratuais ou execução insatisfatória dos serviços, omissão e outras faltas, a CONTRATADA ficará sujeita à multa, em percentuais definidos nos quadros a seguir, incidente sobre o valor contratual mensal vigente, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei.

GRAU 1	
0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor mensal contratual	
ITEM	INFRAÇÃO
1	Deixar de observar as determinações do SENADO quanto à permanência e circulação de seus empregados nos prédios, por ocorrência.
2	Deixar de manter seus empregados identificados adequadamente, por empregado e por ocorrência.
3	Deixar de apresentar as escalas de serviços e o calendário de manutenção preventiva.
4	Deixar de manter a disciplina nos locais dos serviços e não retirar o empregado com conduta julgada inconveniente, por empregado e por dia.
5	Deixar de apresentar cópia autenticada das alterações contratuais, quando realizadas, por ocorrência.
6	Veicular publicidade acerca do serviço a que se refere o presente contrato, sem autorização expressa do Senado Federal, por ocorrência.
7	Deixar de manter durante a execução deste contrato as condições que ensejaram sua contratação, por ocorrência.



## SENADO FEDERAL

8	Deixar de providenciar a abertura da conta bloqueada para movimentação – DGBM, no prazo previsto, por dia.
9	Deixar de fornecer, em prazo estipulado pelo gestor, a relação nominal, em meio digital, dos empregados em serviço nas dependências do Senado Federal.

GRAU 2	
0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor mensal contratual	
ITEM	INFRAÇÃO
10	Deixar de exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados, por dia.
11	Deixar de cumprir orientação do gestor quanto à execução dos serviços previstos de manutenção, operação e programação dos PABX (s) Ericsson MX-ONE e seus periféricos, por ocorrência.
12	Deixar o plantonista de atender à convocação do gestor para prestação de serviços em horário e dia extraordinários, por ocorrência.
13	Deixar de comunicar ao gestor e de registrar no Sistema de Abertura de Ordens de Serviço as anormalidades verificadas na execução dos serviços, por ocorrência.
14	Deixar de substituir o empregado por outro que atenda às mesmas qualificações com relação ao substituído, quando solicitado pelo gestor deste contrato, por ocorrência.
15	Manter profissional não qualificado em serviço, por ocorrência.

GRAU 3	
1,5% (um e meio por cento) sobre o valor mensal contratual	
ITEM	INFRAÇÃO
16	Deixar de cumprir às exigências relativas à higiene e segurança do trabalho e às normas disciplinares e às orientações de segurança e de prevenção de incêndios, por ocorrência.
17	Atrasar ou deixar de executar, injustificadamente, serviço especificado, por ocorrência que gerem NA < 50,00 no mês.
18	Deixar de fornecer o relógio de pontos, com coletor biométrico, em até 30 dias corridos após início da execução do contrato.
19	Deixar de fornecer peças, material de consumo, ou componentes de reposição novos e genuínos, para a necessária execução dos serviços, por ocorrência.
20	Manter em serviço número de profissionais inferior ao contratado, por empregado e por dia.
21	Deixar de observar a legislação trabalhista, previdenciária e Convenções Coletivas das respectivas categorias, por empregado.

GRAU 4	
3,0% (três por cento) sobre o valor mensal contratual	
ITEM	INFRAÇÃO





## SENADO FEDERAL

22	Interromper a realização dos serviços, por dia de paralisação.
23	Deixar de indenizar o SENADO ou terceiros no caso de danos causados por seus empregados ou prepostos em razão da execução do presente contrato, por ocorrência.
24	Contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes até o 3º grau, na linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, dos Senadores e servidores ocupantes de cargos ou funções comissionadas, na forma do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 05/2011 e Decreto nº 7.203, de 2010.
25	Deixar de fornecer tempestivamente, quando formalmente requerido pelo gestor/fiscal, quaisquer componentes necessários a manutenção dos PABX (s) MX-ONE e periféricos.
26	Deixar de efetuar o pagamento de salários, auxílio transporte, auxílio alimentação e demais obrigações trabalhistas, previdenciárias, seguros, encargos fiscais e sociais, bem assim como todas as despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato, por ocorrência e por dia.
27	Deixar de realizar manutenção de 3º nível, por falta de suporte Assurance ativo junto ao fabricante do PABX, por Ocorrência.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** – A reincidência de infrações do mesmo grau, previstas nos quadros do parágrafo anterior, fará incidir o acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da multa aplicada.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** – Para os casos de infrações contratuais não previstas nos parágrafos anteriores, o SENADO aplicará multa, a ser fixada entre os graus 1 e 4, em razão da gravidade apurada.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** – Os percentuais previstos nesta cláusula, somadas todas as penalidades aplicadas, não poderão superar, em cada mês, o máximo de 15% (quinze por cento) do valor mensal do contrato.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** – A reincidência na aplicação do percentual máximo previsto no parágrafo anterior poderá ensejar a rescisão unilateral do contrato.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** – Além das multas previstas nos parágrafos anteriores, o contrato poderá ser rescindido unilateralmente nos termos do Parágrafo Quinto da Cláusula Décima Quinta, ficando ainda a CONTRATADA sujeita à multa correspondente a até 10% (dez por cento) do valor global deste contrato, fixada, a critério do SENADO, em função da gravidade apurada.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO** – Caracteriza-se como falta grave, compreendida como falha na execução do contrato, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção





## SENADO FEDERAL

pecuniária e da declaração de impedimento de licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO** – Na aplicação das penalidades, a autoridade competente observará:

- I** – os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade;
- II** – a não reincidência da infração;
- III** – a atuação da CONTRATADA em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;
- IV** – a execução satisfatória das demais obrigações contratuais; e
- V** – a não existência de efetivo prejuízo material à Administração.

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO** – A multa de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente.

**PARÁGRAFO DÉCIMO NONO** – Em casos excepcionais, caso a penalidade prevista se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, observados os demais critérios previstos no Parágrafo Décimo Sétimo.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO** – A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou recolhida por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO** – Ao final da vigência contratual e após quitadas todas as verbas trabalhistas e previdenciárias, incluindo as rescisórias, havendo saldo existente no DGBM, este poderá ser utilizado para pagamento das penalidades contratuais, observado o Parágrafo Décimo Nono.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO** – Não ocorrendo quitação da multa, na forma dos Parágrafos Vigésimo e Vigésimo Primeiro, será o valor remanescente descontado da garantia ou, em último caso, cobrado judicialmente.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO**

A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.



## SENADO FEDERAL

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A rescisão deste contrato se dará por ato unilateral e escrito do SENADO, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93 e diante da hipótese prevista no inciso II do Parágrafo Terceiro da Cláusula Décima Sexta.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A rescisão poderá ocorrer ainda da seguinte forma:

**I** – determinada por ato unilateral e escrito do SENADO, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993;

**II** – amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o SENADO; ou

**III** – judicial, nos termos da legislação.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do SENADO.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Ao SENADO é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos §§ 1º e 2º do mesmo artigo, bem como as do artigo 80 da referida lei.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência por 12 (doze) meses consecutivos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, a critério das partes e mediante termo aditivo, observado o artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Caso as partes não se interessem pela prorrogação deste contrato, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 90 (noventa) dias antes do término da vigência contratual.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Quando consultada, a manifestação positiva da CONTRATADA quanto ao interesse na prorrogação da vigência do contrato, nos termos do art. 422 do Código Civil, gera legítima expectativa para o Senado Federal quanto à assinatura do termo aditivo necessário à formalização da renovação da vigência.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Em atenção ao Parágrafo anterior, exceto diante de fato superveniente e devidamente justificável, a recusa da CONTRATADA em assinar o termo aditivo de prorrogação de vigência manifestada após o prazo de 90 (noventa) dias antes do encerramento da vigência do contrato poderá ensejar:



## SENADO FEDERAL

**I** - a aplicação de multa de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato.

**II** - conforme o interesse da Administração, a rescisão unilateral do contrato, de modo a, diante da impossibilidade prática de realização de novo procedimento licitatório, viabilizar a contratação do objeto remanescente do contrato nos termos do art. 24, XI, da Lei nº 8.666/1993.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

**PARÁGRAFO QUINTO** – A CONTRATADA deverá, em até 60 (sessenta) dias contados do término do contrato, apresentar comprovação de quitação de todos os débitos rescisórios de caráter trabalhista devidos aos seus empregados, segundo os requisitos do inciso XXXI da Cláusula Segunda e do Parágrafo Sexto da Cláusula Sétima

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Justiça Federal no Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.

Assim ajustados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas adiante designadas, que também o subscrevem.

Brasília, 22 de fevereiro de 2022.

**SENADO FEDERAL**

**Diretor da SADCON**

**REPRESENTANTE  
CONTRATADA**

**Coordenador da COPLAC**



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022

ANEXO 9

(Processo nº 00200.014964/2021-11)

MODELO DE DECLARAÇÃO

**DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Declaramos que esta empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (MF) nº \_\_\_\_\_, inscrição estadual nº \_\_\_\_\_, estabelecida no (a) \_\_\_\_\_ possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e administração pública:

Nome do Órgão/Empresa	Nº/Ano do Contrato	Valor total do contrato
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____

Valor total dos Contratos \_\_\_\_\_

Local e data

Assinatura e carimbo do emissor

Observações:

1. Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a empresa;
2. O licitante deverá informar **todos** os contratos vigentes



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022

ANEXO 10

(Processo nº 00200.014964/2021-11)

**MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA**

A licitante deverá enviar sua proposta de preços, conforme modelo abaixo, à Comissão Permanente de Licitação, nos termos do Capítulo XII – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA.

<b>PREGÃO ELETRÔNICO Nº</b> ___/____
<b>Data de abertura:</b>
<b>Nome da empresa:</b>
<b>CNPJ:</b>
<b>Endereço:</b>
<b>CEP:</b>
<b>Telefone: (DDD)</b>
<b>Fax: (DDD)</b>
<b>e-mail:</b>
<b>Dados Bancários:</b>
<b>Nome do Representante legal da empresa: (que irá assinar o contrato)</b>
<b>CPF: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato)</b>
<b>RG/órgão emissor: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato)</b>
<b>Instrumento de outorga de poderes: (informar o tipo de documento)</b>
<b>Empresa beneficiária da desoneração tributária prevista na Lei nº 13.161/2015, que alterou a Lei nº 12.546/2011?</b> ( )Não ( )Sim Indicar fundamentação legal (norma, artigo e inciso)
<b>Certificação digital:</b> O representante legal da empresa que assinará o contrato possui certificação digital ICP Brasil? ( )Sim ( ) Não

CUSTO COM MÃO-DE-OBRA				
ITEM	CATEGORIAS	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL
1				
VALOR TOTAL MENSAL				
VALOR TOTAL ANUAL				
<b>SINDICATO DA CATEGORIA:</b>				
<b>DATA BASE DA CATEGORIA: DIA/MÊS/ANO:</b>				



SENADO FEDERAL

CUSTOS FIXOS COM MANUTENÇÕES DOS MÓDULOS DO SISTEMA TELEFÔNICO						
Item	Especificação dos serviços	Quant.	Unidade	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Anual
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						
11						
					Valor total mensal	
					Valor total anual	

MATERIAL E PEÇAS			
Item	Especificação	Valor total mensal	Valor total anual
12	Materiais e Peças, conforme discriminação em planilha de acordo com o Anexo 12		

**Instruções de preenchimento:**

A licitante deverá informar os preços por item, total do item, e total mensal e total global anual da proposta, seguindo a numeração constante no edital.

Os valores unitários e totais deverão ser grafados somente até os centavos.

A proposta de preços deverá estar datada e assinada.



SENADO FEDERAL

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022**

**ANEXO 11**

**(Processo nº 00200.014964/2021-11)**

**MODELO DE AUTORIZAÇÃO**

**AUTORIZAÇÃO**

Autorizo o CONTRATANTE a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas, contribuições sociais e FGTS aos trabalhadores, concernentes a este contrato, quando houver falha no cumprimento das obrigações por parte desta Empresa, até o momento da regularização.

Autorizo também o CONTRATANTE reter da fatura o valor da garantia contratual, na hipótese de não apresentação da garantia no prazo acordado.

EMPRESA:  
CNPJ:  
Representante  
Cargo:





SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022

ANEXO 12

(Processo nº 00200.014964/2021-11)

**RELAÇÃO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO E PREÇOS MÁXIMOS  
ACEITÁVEIS (ITEM 12)**

Item	Especificação	Quant.	Preço Estimado (R\$)	
			Unitário (II)	Total (III)
1	Cartão Aastra OneBox e IP Phone Server Rof 1376307/21 Ericsson/Aastra/Mitel	2	24.999,00	49.998,00
2	Circuito impresso modulo - MX ONE HW MGU W 4x e1/t1 isdn - rof1376304/4 Ericsson/Aastra/Mitel	4	13.626,70	54.506,80
3	Circuito impresso modulo tronco digital - MX BOARD TLU76/12, dpnss/dass2 (30b+d) - rof1375338/12 Ericsson/Aastra/Mitel	2	16.763,03	33.526,06
4	Circuito impresso mx BOARD ELU34/1, 32 x analog ports - rof1375064/1 Ericsson/Aastra/Mitel	5	5.755,21	28.776,05
5	Circuito impresso MX BOARD TLU83 12 x analog trunk rof1376305 1 Ericsson/Aastra/Mitel	1	10.502,58	10.502,58
6	Circuito impresso MX HW TMU/12 4tr,2mo,26mp - rof1375335/12 Ericsson/Aastra/Mitel	1	4.046,83	4.046,83
7	Circuito impresso MX ONE HW MGU W 8X e1/t1 isdn - rof 1376304/2 Ericsson/Aastra/Mitel	2	10.993,94	21.987,88
8	Circuito impresso MX-ONE circuito impresso MX BOARD ELU33/1, 32 x digital ports - rof1375062/1 Ericsson/Aastra/Mitel	10	5.550,91	55.509,10
9	MX MAGAZINE LBP22 classic - bfd76140/1 Ericsson/Aastra/Mitel	1	10.247,44	10.247,44
10	Unidade de ventilacao p/ equipamento de telecomunicacao - MX FAN unit - bfd50908/4 Ericsson/Aastra/Mitel	2	3.368,66	6.737,32
11	Aparelho telefônico sem fio Mitel 5613 - 50006897 10,0000 hw Ericsson/Aastra/Mitel	2	2.030,24	4.060,48



## SENADO FEDERAL

12	Carregador MITEL 5613/14/24/03/04 charger global (excluído) – 51015423 Ericsson/Aastra/Mitel	2	893,82	1.787,64
13	Estação base para ramais sem fio MITEL 5613 - station bs332 - 80e00014aaa –a Ericsson/Aastra/Mitel	2	14.556,63	29.113,26
14	Conversor estático de corrente contínua dc-dc modulo rof1376303/1 - MX BOARD DC/DC Ericsson/Aastra/Mitel	2	4.039,02	8.078,04
15	Unidade de supervisão do Inversor PM3000II RTA (Rede de Tecnologia Avançada)	1	2.953,93	2.953,93
16	Unidade Inversora RTA (Rede de Tecnologia Avançada) modelo PM3000II, com tensão de entrada de 48 Vcc e tensão de saída de 220 Vca. 3Kva	3	5.867,46	17.602,38
17	Unidade de supervisão modelo SC501 do retificador Alpha 220Vca/50A, Fabricante Alpha Innovations Industria e Comercio de Produtos Eletrônicos Ltda.	2	6.662,60	13.325,20
18	Unidade retificadora Alpha Retificador, modelo AIB SPI 48/3000KVA para retificador 220Vca/50A 11kva Fabricante Alpha Innovations Industria e Comercio de Produtos Eletrônicos Ltda.	5	6.436,45	32.182,25
19	Elemento de bateria 12VD/200AH/10h estacionária de Chumbo-ácido marca Newmax, selada regulada por válvula (VRLA), tecnologia AGM	2	4.475,14	8.950,28
20	Elemento de bateria 2VDC/1000AH/10h, estacionária de Chumbo-ácido marca UNICOBA, selada regulada por válvula (VRLA), tecnologia AGM	2	1.934,25	3.868,50
21	Unidade inversora marca Proteco, com tensão de entrada de 48Vcc e tensão de saída de 220 Vca 1Kva	2	4.343,50	8.687,00
22	Computador servidor HP ProLiant DL360e Gen8, Suse Linux Enterprise Server 10 SP4	2	42.043,60	84.087,20
23	Fan (ventoinha) do HP ProLiant DL360e Gen8	4	1.913,13	7.652,52
24	Fonte do HP ProLiant DL360e Gen8	4	3.746,54	14.986,16
25	HD do HP ProLiant DL360e Gen8	4	2.373,03	9.492,12
26	Switches Alcatel-Lucent OS6850-24x	1	23.762,24	23.762,24
27	Switches Alcatel-Lucent OS6850-48x	1	31.722,72	31.722,72
28	Modem óptico entre o PABX do Senado Federal e o PABX da Câmara dos Deputados	1	3.075,57	3.075,57
				<b>581.225,55</b>



SENADO FEDERAL

<b>Custo mensal estimado com peças</b>	<b>R\$ 48.435,46</b>
<b>Custo mensal com peças não relacionadas*</b>	<b>R\$ 403,63</b>
<b>TOTAL ANUAL com peças não relacionadas</b>	<b>R\$ 4.843,55</b>

\*Obs.: O valor expressado é meramente estimativo e foi fixado com base de 10% sobre os custos variáveis da tabela acima, por se entender ser o suficiente para custear essa despesa eventual. Os custos mensais com peças não relacionadas neste anexo cujos valores não superem 5% dos custos fixos mensais dessa contratação não serão passíveis de ressarcimento e deverão ser absorvidos pela Contratada, com base no valor pago nas parcelas fixas dessa contratação. Estas peças, tais como fusíveis, conectores e similares, são normalmente de baixo risco de substituição e custos.



SENADO FEDERAL

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022**

**ANEXO 13**

**(Processo nº 00200.014964/2021-11)**

**ACORDO ENTRE O MPU – MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A AGU -  
ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO**

Acordo entre MPT e AGU impede a União de contratar trabalhadores por meio de cooperativas de mão de obra.

Termo de Conciliação Judicial

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho, Dr. Fábio Leal Cardoso, e a UNIÃO, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União - 1ª Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;

CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;

CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu art. 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei nº. 5.764, de 16.12.1971, art. 4º "(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados".

CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços a não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária (art. 86 da Lei nº. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão de obra terceirizada;



## SENADO FEDERAL

CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do *merchandage* é vedada pelo art. 3º da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);

CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão de obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO, embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonogada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput, e 1º, III e IV, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão de obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do art. 3º da CLT na atividade de intermediação de mão de obra patrocinada por falsas cooperativas;

CONSIDERANDO o teor da Recomendação para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar política no sentido de: "8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento das leis do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçadas, e combater pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores, velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas."

### **RESOLVEM**

Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo nº 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

**Cláusula Primeira** - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão de obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

- a) – serviços de limpeza;
- b) – serviços de conservação;
- c) – serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
- d) – serviços de recepção;
- e) – serviços de copeiragem;
- f) – serviços de reprografia;
- g) – serviços de telefonia;
- h) – serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;
- i) – serviços de secretariado e secretariado executivo;



## SENADO FEDERAL

- j) – serviços de auxiliar de escritório;
- k) – serviços de auxiliar administrativo;
- l) – serviços de office boy (contínuo);
- m) – serviços de digitação;
- n) – serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;
- o) – serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;
- p) – serviços de ascensorista;
- q) – serviços de enfermagem; e
- r) – serviços de agentes comunitários de saúde.

**Parágrafo Primeiro** – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

**Parágrafo Segundo** – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.

**Cláusula Segunda** - Considera-se cooperativa de mão de obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva) pelos seus associados.

**Cláusula Terceira** - A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais.

**Parágrafo Primeiro** - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas "a" a "r" da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão de obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.

**Parágrafo Segundo** – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.

**Parágrafo Terceiro** - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços



## SENADO FEDERAL

para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.

### **DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO**

**Cláusula Quarta** – A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

**Parágrafo Primeiro** – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas "a" a "r" da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais.

**Parágrafo Segundo** – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

### **DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA**

**Cláusula Quinta** – A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.

### **DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE**

**Cláusula Sexta** – - As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juíz da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.

**Cláusula Sétima** - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

**Parágrafo único** – Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.

**Cláusula Oitava** - A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus.





SENADO FEDERAL

Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terá eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.

Brasília, 05 de junho de 2003.

**GUILHERME MASTRICHI BASSO-GUIOMAR RECHIA GOMES**

Procurador-Geral do Trabalho Vice-Procuradora-Geral do Trabalho

**BRASILINO SANTOS RAMOS-FÁBIO LEAL CARDOSO**

Procurador-Chefe/PRT 10ª Região Procurador do Trabalho

**MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO**

Procurador-Geral da União

**HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO-MÁRIO LUIZ GUERREIRO**

Subprocuradora-Regional da União-1ª Região Advogado da União

**Testemunhas:**

---

**GRIJALBO FERNANDES COUTINHO**

Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA

---

**PAULO SÉRGIO DOMINGUES**

Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE

---

**REGINA BUTRUS**

Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT



SENADO FEDERAL

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022**

**ANEXO 14**

**(Processo nº 00200.014964/2021-11)**

**ATO DA DIRETORIA-GERAL Nº 11, DE 2017**

*Institui os Depósitos em Garantia Bloqueados para Movimentação - DGBM nos Contratos de Terceirização de Mão de Obra no Senado Federal.*

**A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso das competências conferidas pelo art. 252 do Regulamento Administrativo, consolidado pela Resolução do Senado Federal nº 20, de 2015;

Considerando o Grupo de Trabalho instituído pela Portaria da Diretoria-Geral nº 3205 de 2016 destinado a estudar e propor novas formas de contratação e pagamento nos processos de terceirização e mão de obra, **RESOLVE**:

Art. 1º Os editais de licitação e os contratos de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra no âmbito do Senado Federal deverão conter previsão de provisionamento de valores para o pagamento das férias, de 1/3 (um terço) constitucional das férias e 13º (décimo terceiro) salário, com seus respectivos depósitos de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e encargos previdenciários; multa sobre FGTS, contribuição social e outras verbas rescisórias devidas aos trabalhadores da contratada, por meio de Depósitos em Garantia Bloqueados para Movimentação - DGBM.

§ 1º As verbas mencionadas no caput deste artigo serão deduzidas do valor mensal a ser pago diretamente à empresa.

§ 2º A última fatura apresentada pela contratada será paga após a comprovação da quitação das verbas mencionadas no caput deste artigo.

§ 3º Os depósitos de que trata o caput serão efetuados conjuntamente com os valores correspondentes ao lucro e à taxa de administração incidentes sobre a parcela depositada, os quais serão liberados após a quitação das respectivas verbas trabalhistas e/ou previdenciárias.

§ 4º As quantias que serão retidas para o atendimento deste artigo serão obtidas pela aplicação de percentuais e valores constantes da proposta da contratada.

§ 5º Os valores relativos aos encargos previdenciários e ao FGTS serão liberados à contratada após a comprovação dos respectivos pagamentos.



## SENADO FEDERAL

Art. 2º Os valores provisionados na forma do artigo 1º serão pagos diretamente aos trabalhadores nas seguintes condições:

I - parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;

II - parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a um terço de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;

III - quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS; e

IV - ao final da vigência do contrato, incluídas suas eventuais prorrogações, para o pagamento das verbas descritas no caput do art. 1º.

§ 1º A hipótese prevista no inciso IV do caput deste artigo não se aplica caso seja pactuado novo contrato, contiguamente, com a mesma empresa, e com o mesmo objeto.

§ 2º Ocorrendo a situação prevista no § 1º, poderão ser liberados à empresa os valores depositados referentes ao lucro e à taxa de administração. O remanescente dos valores depositados passará a se vincular ao novo contrato.

§ 3º Se houver redução do objeto contratado no curso do contrato ou em razão de celebração de novo contrato, os depósitos correspondentes à redução promovida serão liberados na forma prevista no inciso III deste artigo.

§ 4º A contratada deverá apresentar à Administração solicitação para pagamento direto aos trabalhadores acompanhada da comprovação da ocorrência dos eventos mencionados no caput em até 20 (vinte) dias antes da data prevista em ato normativo ou no Contrato para pagamento das referidas verbas, bem como de lista em formato definido pelo Senado, contendo dados relativos ao pagamento dos empregados.

I - A contratada será informada de eventuais inconsistências nos dados para pagamento em até 5 (cinco) dias corridos antes da data prevista em ato normativo ou no Contrato para quitação das referidas verbas;

II - Quando forem verificadas inconsistências de dados, cuja responsabilidade de informação seja da contratada, o Senado Federal não efetuará o pagamento direto aos trabalhadores, cabendo à contratada efetuar-los, dentro dos prazos legais e/ou contratuais, nos termos do § 6º;

§ 5º O prazo previsto no § 4º não exime a contratada da responsabilidade de observar os prazos legais, que prevalecem sobre os contratuais, para pagamento das verbas trabalhistas e/ou previdenciárias.



## SENADO FEDERAL

§ 6º Na hipótese de inobservância do prazo previsto no § 4º, ou caso o prazo legal para pagamento seja inferior a 20 (vinte dias), deverá a contratada quitar as verbas trabalhistas e/ou previdenciárias no prazo legal e solicitar a liberação do respectivo valor ao Senado Federal.

§ 7º Os valores provisionados serão liberados á contratada, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da apresentação dos documentos que comprovem a quitação das verbas de que trata o caput do artigo 1º.

§ 8º Ao final da vigência contratual, o saldo existente no DGBM somente será liberado à contratada após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado e das sanções pecuniárias aplicadas, em até 90 (noventa) dias após o encerramento da vigência contratual, mediante homologação e/ou instrumento equivalente emitido pelo sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados.

§ 9º Quando, por decisão da Diretoria-Geral, não for possível a realização dos pagamentos diretamente aos trabalhadores pela própria Administração, os valores provisionados serão depositados em consignação na Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de verbas trabalhistas, bem como das contribuições previdenciárias e FGTS.

Art. 3º O Senado Federal firmará Acordo de Cooperação Técnica com Instituição Financeira, cuja minuta constará anexa ao Edital, o qual determinará os termos para a implementação de DGBM, bem como as condições de sua movimentação.

Art. 4º O Acordo de Cooperação Técnica poderá ser ajustado às peculiaridades do objeto do contrato administrativo e aos procedimentos internos da Instituição Financeira.

Art. 5º A assinatura do contrato de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra entre o Senado Federal e a empresa vencedora do certame será realizada antes dos seguintes atos:

I - Solicitação do Senado Federal á Instituição Financeira, mediante ofício, de implementação de DGBM;

II - A assinatura, pela empresa a ser contratada, do ato da regularização do DGBM perante a Instituição Financeira, a qual implicará expressa outorga de poderes ao Senado Federal para:

a) ter acesso aos saldos e aos extratos;

b) efetuar os pagamentos de verbas trabalhistas e/ou previdenciárias e de penalidades administrativas.

Art. 6º Os valores depositados em garantia serão remunerados pelo índice da poupança ou outro definido no acordo de cooperação firmado com a Instituição Financeira, sempre escolhido o de maior rentabilidade.



## SENADO FEDERAL

Art. 7º O Senado Federal poderá negociar com a Instituição Financeira, caso haja cobrança de tarifas bancárias, a isenção ou redução das referidas tarifas para implementação e manutenção de DGBM.

§ 1º Os editais deverão informar aos proponentes que, em caso de cobrança de tarifa bancária, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados como DGBM.

Art. 8º Compete à Diretoria Executiva de Contratações autorizar a movimentação dos valores depositados em garantia bloqueados para movimentação - DGBM.

Art. 9º Os DGBM serão adotados nos processos de licitação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra que forem autuados a partir da vigência desta norma.

Art. 10. A Administração promoverá novas licitações para suprir os objetos dos contratos em vigor, visando à implementação de DGBM, salvo hipótese de concordância das atuais contratadas com a adoção imediata do DGBM, nas prorrogações, repactuações ou aditivos dos contratos em curso, o que ocorrer primeiro.

§ 1º Em caso de concordância, conforme o caput deste artigo, os DGBM serão implementados nas prorrogações, repactuações ou aditivos que forem autuados a partir da vigência desta norma.

§ 2º Nos contratos em vigor, a adoção de DGBM poderá ser postergada por decisão fundamentada da Diretoria-Geral, desde que a próxima alteração contratual não exceda 180 (cento e oitenta) dias, contados da última alteração.

§ 3º A concordância da contratada implicará a obrigação de efetuar DGBM dos valores referentes à multa do FGTS e de outras verbas trabalhistas e previdenciárias já recebidas pela empresa e não pagas aos trabalhadores.

§ 4º A Diretoria-Geral poderá autorizar que os depósitos previstos no § 3º sejam parcelados em até 12 (doze) meses, mediante solicitação da empresa para compensação de seus créditos perante o Senado Federal.

Art. 11. Caberá à Comissão de Minutas-Padrão promover as alterações necessárias nos editais e nos contratos para a implementação de DGBM.

Art. 12. Poderá a Diretoria-Geral determinar a implementação do DGBM nos contratos em vigor ou em processos de contratação já autuados, bem como dispensar sua implementação nos contratos em vigor ou em novas contratações.

Art. 13. Revoga-se o Ato da Diretoria-Geral nº 2 de 2017.

Art. 14. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 07 de março de 2017. Ilana Trombka, Diretora-Geral.



SENADO FEDERAL

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022**

**ANEXO 15**

**(Processo nº 00200.014964/2021-11)**

**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 2017/0010**

**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO SENADO FEDERAL E O BANCO BRASIL S/A, VISANDO A OPERACIONALIZAÇÃO DO “DEPÓSITO EM GARANTIA”, VINCULADO A OBRIGAÇÕES, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SLTI/MP Nº 02, DE 30 DE ABRIL DE 2008 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.**

A **UNIÃO**, por intermédio do Senado Federal, Órgão do Poder Legislativo, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília/DF, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.530.279/0001-15, neste ato representado pela Diretora-Geral, Senhora ILANA TROMBKA, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade nº 6051093372, expedida pela SSP/RS e do CPF nº 74270745053, nomeado pela Portaria do Presidente nº 4, de 2015, publicada no BASF nº 5685, Seção 11, de 12.2.2015, doravante denominada SENADO FEDERAL ou ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, e o BANCO DO BRASIL S.A., Agência nº 1607-1, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/0001/91, estabelecido no Setor Comercial Norte Quadra 2 Bloco A Sala 601 – Edifício Corporate Financial Center, CEP:70.712-900 – Brasília – DF, neste ato representado pelo seu Gerente Geral Sr. MANOEL IRINEU SÁ LIMA, casado, CNH nº 26091609, DETRAN-DF, CPF nº 233.359.473-04, doravante denominado BANCO, resolvem celebrar o presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, para gerenciamento de depósitos para Garantias de Contratos Administrativos, nos termos da Instrução Normativa SLT/MP nº 02, de 30 de abril de 2008 e alterações posteriores, por meio do denominado DEPÓSITO EM GARANTIA, e demais normas pertinentes, mediante as seguintes condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Para efeito deste Termo de Cooperação Técnica entende-se por:

- 1. CLT - Consolidação das Leis do Trabalho.**
- 2. Prestador de Serviços - pessoa física ou jurídica que possui Contrato firmado com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.**



## SENADO FEDERAL

**3. Rubricas** - itens que compõem a planilha de custos e de formação de preços de contratos firmados pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**.

**4. Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação** – são depósitos efetuados pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** a título de garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e outras a serem provisionados às empresas contratadas para prestação de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra na forma da Instrução Normativa/SLTI/MP nº 2 de 30 de abril de 2008 e alterações posteriores.

**5. Contratos** – instrumento formalizador do vínculo entre a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** e o **Prestador de Serviços** materializado pelo sistema do **BANCO** por um “Evento” o qual possibilita à **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** a individualização dos depósitos e a gestão de cada contrato.

**6. Evento** - é a representação no sistema do **BANCO** do Contrato entre a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** e o **Prestador de Serviços**, onde é abrigado o **Depósito em Garantia – bloqueado para movimentação**.

**7. Usuário(s)** - servidor(es) da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** e por ele formalmente indicado(s), com conhecimento das chaves e senhas para acesso aos aplicativos instalados nos sistemas de Autoatendimento do **BANCO**.

**8. Administração Pública Federal** - Administração Direta e Indireta da União, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas ou mantidas.

**9. ID Depósito:** é o número que identifica o pré-cadastramento do **Depósito em Garantia – bloqueado para movimentação**, que dará origem ao depósito após o envio dos recursos pelo depositante.

### CLÁUSULA SEGUNDA DO OBJETO

O presente instrumento tem por objetivo regulamentar o estabelecimento, pelo **BANCO**, dos critérios para abertura de **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**, destinado a abrigar os recursos provisionados de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços dos contratos firmados pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**, bem como viabilizar o acesso da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** aos saldos e extratos de todos os "Eventos".

**1.** Os **Contratos** firmados entre a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** e a empresa terceirizada serão albergados pelo **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**.

**2.** O **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação** será destinado, exclusivamente, para recebimento dos recursos provisionados de rubricas constantes da planilha de custos e de formação de preços dos contratos firmados pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**.

**3.** Os recursos depositados pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** serão individualizados em Eventos específicos, abertas para cada contrato administrativo firmado com seus prestadores de serviços.

**4.** A movimentação ou encerramento do Depósito em Garantia se dará unicamente mediante ordem expressa da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** e eventual saldo existente será debitado visando à destinação definida pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**.

**5.** Os recursos provisionados em **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação** - serão corrigidos automaticamente, pelo **BANCO**, conforme índice de remuneração da caderneta de poupança, na forma pró-rata die, ou outro índice que venha a substituí-lo.





SENADO FEDERAL

### CLÁUSULA TERCEIRA DO FLUXO OPERACIONAL

A abertura, captação e movimentação dos recursos dar-se-á conforme o fluxo operacional a seguir:

- 1º) A **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** firma o **Contrato** com o **Prestador de serviços**.
- 2º) A **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**, por meio do Ordenador de Despesas ou do servidor previamente designado por este, envia ao **BANCO** ofício, na forma do Anexo I do presente Termo, solicitando o cadastramento de Evento específico para acolhimento do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**, que serão efetuados como provisionamento, em cumprimento ao que determina a Instrução Normativa/SLTI/MP nº 2 de 30 de abril de 2008 e alterações posteriores.
- 3º) Após cadastramento do Evento, o **BANCO** encaminha à **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** ofício na forma do Anexo 11, solicitando o comparecimento do **Prestador de Serviços** para assinatura do contrato e entrega de documentação.
- 4º) Após assinatura do contrato pelo **Prestador de Serviços**, o **BANCO** encaminha à **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** ofício na forma do Anexo 111 do presente Termo informando os dados do Evento cadastrado.
- 5º) A **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** gera o ID Depósito na internet no endereço [www.bb.com.br](http://www.bb.com.br) ou o solicita à sua agência de relacionamento.
- 6º) De posse do ID Depósito, a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** envia ao **BANCO** Ordem Bancária para abertura do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**.
  - 6.1) Após geração do primeiro ID Depósito, novos depósitos para um mesmo Evento podem ser realizados da seguinte forma:
    - 6.1.1) Para que os recursos sejam depositados no mesmo Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação (depósito em continuação): utilize o ID Depósito do primeiro depósito ou o número do Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação para geração de novo ID Depósito;
    - 6.1.2) Para que os recursos sejam depositados em Depósito em Garantia - bloqueados para movimentação distintos: gere um novo ID Depósito para cada depósito utilizando a opção "primeiro depósito".
- 7º) O **BANCO** recebe a Ordem Bancária transmitida via arquivo pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** e efetua a abertura do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**.
- 8º) O **BANCO** envia à **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** arquivo retorno em leiaute específico, contendo o número do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação** bem como as eventuais rejeições, indicando seus motivos.
- 9º) A **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**, por meio do Ordenador de despesa ou do servidor previamente designado por este, solicita ao **BANCO** a movimentação dos recursos, na forma do Anexo IV do presente Termo.
- 10) O **BANCO** acata solicitação de movimentação financeira efetuada pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**, confirmando por meio de ofício, nos moldes indicados no Anexo V deste Termo.
- 11) O **BANCO** disponibiliza à **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** aplicativo, via internet, para consulta de saldos e extratos do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**.



SENADO FEDERAL

#### CLÁUSULA QUARTA DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES

À **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** compete:

1. Assinar o Termo de Adesão ao Regulamento do **BANCO**, onde está estabelecido o vínculo jurídico com o **BANCO**, para amparar a utilização do aplicativo Autoatendimento Setor Público para consulta dos saldos/extratos pela internet.
2. Designar, por meio de ofício, conforme Anexo VI do presente Instrumento, servidores para os quais o **BANCO** concederá acesso aos aplicativos dos sistemas de Autoatendimento, com poderes para efetuarem consultas aos saldos e extratos do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**.
3. Remeter ofícios à Agência do **BANCO**, solicitando o cadastramento do Evento que abrigará o **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**.
4. Remeter ao **BANCO** arquivos de Ordem Bancária em leiaute específico, para a abertura do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**.
5. Remeter ofícios à Agência do **BANCO**, solicitando a movimentação de recursos do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação** diretamente para a conta do **Prestador de Serviços**.
6. Comunicar ao Prestador de Serviços, na forma do Anexo VII do presente instrumento, abertura do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**, orientando-o a comparecer à Agência do **BANCO**, para providenciar entrega de documentos e assinatura do contrato, em caráter irrevogável e irretratável.
7. Prover os ajustes técnicos de tecnologia da informação para possibilitar o acesso aos sistemas de Autoatendimento, por intermédio do qual será viabilizado o acesso aos saldos e extratos do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**.
8. Adequar-se a eventuais alterações nos serviços oferecidos pelo **BANCO**.
9. Instruir os usuários sobre forma de acesso às transações dos sistemas de Autoatendimento do **BANCO**.
10. Manter rígido controle de segurança das senhas de acesso aos sistemas de Autoatendimento do **BANCO**.
11. Assumir como de sua inteira responsabilidade os prejuízos que decorrerem do mau uso ou da quebra de sigilo das senhas dos servidores devidamente cadastrados nos sistemas de Autoatendimento, conforme item 2 desta cláusula, cuidando de substituí-las, imediatamente, caso suspeite de que tenham se tornado de conhecimento de terceiros não autorizados.
12. Responsabilizar-se por prejuízos decorrentes de transações não concluídas em razão de falha de seu equipamento e/ou erros de processamento em razão da inexistência de informação ou de fornecimento incompleto de informações.
13. Comunicar tempestivamente ao **BANCO** qualquer anormalidade detectada que possa comprometer o perfeito funcionamento da conexão aos sistemas de Autoatendimento, em especial, no que concerne à segurança das informações.
14. Permitir, a qualquer tempo, que técnicos do **BANCO** possam vistoriar o hardware e software utilizados para conexão aos sistemas de Autoatendimento.
15. Não divulgar quaisquer informações contidas nas transações efetuadas nos sistemas de Autoatendimento colocados à sua disposição, de modo a manter o sigilo bancário, a privacidade em face de servidores, prestadores de serviço e outras pessoas integrantes da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**, que não sejam usuários, e as normas de segurança da informação do **BANCO**.
16. A abertura e a manutenção de **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação** são isentas da cobrança de tarifas bancárias, durante a vigência deste Termo de Cooperação Técnica.



SENADO FEDERAL

## CLÁUSULA QUINTA DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DO BANCO

Ao **BANCO** compete:

1. Disponibilizar os sistemas de Autoatendimento à **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**.
2. Gerar e fornecer chaves e senhas iniciais de acesso, para utilização na primeira conexão aos sistemas de Autoatendimento, oportunidade na qual as senhas serão obrigatoriamente substituídas, pelos respectivos detentores das chaves, por outra de conhecimento exclusivo do usuário.
3. Informar à **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** quaisquer alterações nos serviços oferecidos pelo **BANCO**, por intermédio dos sistemas de Autoatendimento ou por outro meio de comunicação utilizado pelo **BANCO**.
4. Prestar o apoio técnico que se fizer necessário à manutenção do serviço, objeto deste Termo.
5. Processar os arquivos remetidos pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** destinados a abrir **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**.
6. Gerar e encaminhar via sistema de Autoatendimento, os arquivos retorno do resultado da abertura do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**.
7. Efetuar a movimentação do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação** diretamente para a conta do Prestador de Serviços, de acordo com o solicitado pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**.
8. Orientar sua rede de agências quanto aos procedimentos operacionais específicos objeto deste Termo.
9. Informar à **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** os procedimentos adotados, em atenção aos ofícios recebidos.

**Parágrafo Único:** Não caberá ao **BANCO** qualquer responsabilidade além daquelas expressamente delimitadas neste Termo, ficando desde já ajustado que o **BANCO** não tem ingerência no processo de contratação administrativa de interesse da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** e que não decorrerão para o **BANCO** quaisquer obrigações que não estejam previstas neste instrumento.

## CLÁUSULA SEXTA DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Cooperação terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, a critério das partes e mediante termo aditivo, conforme disposto no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, com a redação da Lei nº 9.648, de 1998.

## CLÁUSULA SÉTIMA DA PUBLICAÇÃO

A publicação de extrato do presente instrumento no Diário Oficial será providenciada pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à data de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a partir daquela data.



SENADO FEDERAL

### **CLÁUSULA OITAVA DAS ALTERAÇÕES**

Sempre que necessário, as cláusulas deste Termo de Cooperação Técnica, à exceção da que trata do objetivo, poderão ser aditadas, modificadas ou suprimidas, mediante Termo de Aditamento, celebrado entre os Partícipes, passando esse termo a fazer parte integrante deste Instrumento como um todo, único e indivisível.

### **CLÁUSULA NONA DA RESCISÃO**

Este Termo de Cooperação Técnica poderá ser rescindido por qualquer dos Partícipes em razão do descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele pactuadas, bem assim pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexequível ou, ainda, por ato unilateral, mediante comunicação previa da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ficando os Partícipes responsáveis pelas obrigações anteriormente assumidas.

### **CLÁUSULA DÉCIMA DO FORO**

Os casos omissos e/ou situações contraditórias deste Termo de Cooperação Técnica deverão ser resolvidos mediante conciliação entre os Partícipes, com prévia comunicação por escrito da ocorrência, consignando prazo para resposta, e todos aqueles que não puderem ser resolvidos desta forma, serão dirimidos pela Justiça Federal de Brasília – DF.

E, assim, por estarem justos e acordados, os Partícipes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas que também o subscrevem, para que produza os legítimos efeitos de direito.

Brasília, 28 de abril de 2017.

**ILANA TROMBKA**  
Assinatura do representante da  
**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**

**MANOEL IRINEU SÁ LIMA**  
Assinatura do representante do  
**BANCO**

### **TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
Nome: Rodrigo Galha  
CPF:

\_\_\_\_\_  
Nome: Alexandre Mattos de Freitas  
CPF:



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022

ANEXO 16

(Processo nº 00200.014964/2021-11)

**AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE DEPÓSITO  
EM GARANTIA BLOQUEADOS PARA MOVIMENTAÇÃO - DGBM**

**AUTORIZAÇÃO**

Em cumprimento ao Ato da Diretoria-Geral do Senado Federal nº 11, de 2017<sup>1</sup>, o qual tomei conhecimento, **AUTORIZO** a União, representada pelo Senado Federal, inscrito no CNPJ sob o nº 00.530.279/0001-15, situado na Praça dos Três Poderes, Brasília-DF, a utilizar os Depósitos em Garantia Bloqueados para Movimentação – DGBM, para provisionar os valores para pagamento das férias, de 1/3 constitucional de férias e 13º salário, com seus respectivos depósitos de FGTS e encargos previdenciários, multa sobre o Fundo de Garantia (FGTS) e outras verbas rescisórias devidas aos trabalhadores encarregados da execução do objeto do Contrato nº \_\_\_/\_\_\_, as quais serão deduzidas do valor mensal a ser pago diretamente a esta CONTRATADA.

Estou ciente de que os depósitos acima citados serão efetuados conjuntamente com os valores correspondentes ao lucro e à taxa de administração incidentes sobre a parcela depositada, no mesmo percentual constante da minha proposta, conforme previsto na norma referenciada.

Autorizo também o Senado Federal a ter acesso aos saldos e aos extratos relativos aos valores do DGBM, bem como a efetuar os pagamentos de verbas trabalhistas e previdenciárias, e, nas condições contratuais, de penalidades administrativas, por meio do saldo existente no DGBM.

EMPRESA:

<sup>1</sup> Anexo 14 do edital do Pregão Eletrônico nº \_\_\_/\_\_\_



SENADO FEDERAL

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022**

**ANEXO 17**

**(Processo nº 00200.014964/2021-11)**

**ATO DO 1º SECRETÁRIO Nº 8, DE 2018**

*Dispõe sobre o procedimento para instrução preliminar de casos de assédio moral ou sexual no meio ambiente de trabalho do Senado Federal.*

**O PRIMEIRO-SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL**, no uso da competência que lhe foi conferida pelo art. 138, § 2º, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução do Senado Federal nº 58, de 1972, e consolidado pela Resolução do Senado Federal nº 13, de 2018,

Considerando a proteção dos direitos fundamentais à dignidade da pessoa humana, previstos nos incisos III e IV do art. 1º; e nos incisos II, III e X do art. 5º; e dos direitos sociais trabalhistas, previstos nos incisos I e XXII do art. 7º; todos da Constituição Federal;

Considerando a adesão do Senado Federal ao Programa do Governo Federal Pró-Equidade de Gênero e Raça, que inclui o objetivo de criação de mecanismos de combate às práticas de desigualdade e discriminações e à ocorrência de assédio moral e sexual, com a criação do Comitê Pró-equidade de Gênero e Raça do Senado Federal, nos termos do Ato da Diretoria-Geral nº 7.227, de 2011, e a criação do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça, nos termos das Portarias da Diretoria-Geral nº 2511, de 2015, e nº 3083, de 2017;

Considerando o dever funcional de comunicação e de apuração de irregularidades no serviço público, insculpidos no inciso VI do art. 116 e art. 143, ambos da Lei nº 8.112, de 1990, e no art. 138 do Regulamento Administrativo do Senado Federal;

Considerando a Carta de Compromissos do Senado Federal, constante do Anexo do Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2015, em especial o compromisso com a igualdade e com a qualidade de vida dos colaboradores;

Considerando o Ato da Diretoria-Geral nº 19, de 2014, que institui a Política de Qualidade de Vida no Trabalho do Senado Federal e se compromete com a diretriz de promover relações harmoniosas no meio ambiente de trabalho; e





## SENADO FEDERAL

Considerando o impacto prejudicial do assédio moral e sexual no meio ambiente de trabalho para a saúde dos trabalhadores e para a instituição, com o possível aumento dos índices de absenteísmo, queda de produtividade, prejuízo para o clima organizacional e degradação da imagem institucional perante a sociedade, RESOLVE:

### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Ato dispõe sobre o procedimento para apuração de casos de assédio moral ou sexual no meio ambiente de trabalho do Senado Federal.

Art. 2º Para os fins deste Ato, consideram-se:

- I - instrução preliminar: apuração de caráter meramente investigativo e sigiloso, que servirá de subsídio para eventual instauração de sindicância, processo administrativo disciplinar, ou procedimento trabalhista cabível;
- II - trabalho: exercício regular das atribuições previstas em lei, resoluções e atos normativos, contratos administrativos, ou instrumentos congêneres, do Senado Federal;
- III - meio ambiente de trabalho: local onde ocorrem o convívio entre os trabalhadores, e se realiza a prestação dos serviços internos e externos decorrentes das atribuições descritas no inciso anterior;
- IV - trabalhador: servidor efetivo ou comissionado, terceirizado, estagiário, jovem aprendiz, e colaborador eventual;
- V - ofendido: trabalhador que sofre ou tenha sofrido assédio moral ou sexual no meio ambiente de trabalho;
- VI - comunicante: qualquer pessoa que tenha conhecimento direto ou indireto de fato considerado assédio moral ou sexual no meio ambiente de trabalho do Senado Federal;
- VII - denunciante: qualquer pessoa que registra a ocorrência de fato considerado assédio moral ou sexual no meio ambiente de trabalho do Senado Federal.

### CAPÍTULO II DA COMUNICAÇÃO DE ASSÉDIO MORAL OU SEXUAL

Art. 3º Qualquer pessoa, devidamente identificada, comunicará fato considerado assédio moral ou sexual de que tenha conhecimento, praticado no meio ambiente de trabalho do Senado Federal, perante o Serviço de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida no Trabalho (SESOQVT), para exercício das atribuições delineadas na alínea "c" do inciso XII do § 2º do art. 221 do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Parágrafo único. As comunicações de que trata o caput terão seu acesso restrito e serão tratadas como sigilosas, preservada a identidade do comunicante, inclusive em face do ofendido e do suposto ofensor, nos termos do art. 28 do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2012, e dos arts. 6º e 31 da Lei nº 12.527, de 2011.





## SENADO FEDERAL

Art. 4º Caso a comunicação não seja formalizada pelo próprio ofendido, o SESOQVT entrará em contato para dar-lhe ciência e disponibilizar acolhimento, acompanhamento e orientações sobre a prática de assédio moral ou sexual e sobre o procedimento de apuração dos fatos.

§ 1º Os psicólogos e assistentes sociais estão dispensados do dever de comunicação, nos termos do inciso VI do art. 116 e art. 143, ambos da Lei nº 8.112, de 1990, e no art. 138 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, em observância ao dever de sigilo profissional previsto, respectivamente, no art. 9º da Resolução nº 10, de 2005, do Conselho Federal de Psicologia, e no art. 17 da Lei nº 8.662, de 1993.

§ 2º O SESOQVT poderá orientar o comunicante e o ofendido a formalizar a denúncia prevista no art. 5º deste Ato.

§ 3º O SESOQVT fará o registro de todas as comunicações para fins estatísticos, respeitado o sigilo em relação aos trabalhadores envolvidos.

§ 4º O ofendido, mediante expressa manifestação de vontade, poderá receber acompanhamento psicológico pelo SESOQVT.

§ 5º Havendo concordância dos trabalhadores envolvidos, poderão ser realizadas sessões de mediação de conflitos pelo SESOQVT.

### CAPÍTULO III

#### DA DENÚNCIA DE ASSÉDIO MORAL OU SEXUAL

Art. 5º Qualquer pessoa, devidamente identificada, poderá registrar denúncia de ocorrência de fato considerado assédio moral ou sexual praticado no meio ambiente de trabalho do Senado Federal perante a Secretaria de Polícia (SPOL).

§ 1º Formalizada a denúncia de fato tipificado como infração de ação penal pública incondicionada, será imediatamente instaurado inquérito policial para apuração nos limites da competência regulamentar da Secretaria de Polícia ou encaminhada a denúncia para a autoridade competente.

§ 2º As denúncias de que trata o caput terão seu acesso restrito e serão tratadas como sigilosas, nos termos do art. 28 do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2012, e dos arts. 6º e 31 da Lei nº 12.527, de 2011.

Art. 6º Havendo ou não tipificação penal do fato denunciado, o Diretor da SPOL encaminhará cópia da denúncia à Diretoria-Geral para autuar processo administrativo para proceder à instrução preliminar, nos termos do § 2º do art. 138 do Regulamento Administrativo do Senado Federal.



## SENADO FEDERAL

Parágrafo único. Caso o fato denunciado como assédio moral ou sexual não tenha sido comunicado ao SESOQVT, a Diretoria-Geral encaminhará os autos administrativos àquela unidade técnica para os fins do art. 4º deste Ato.

### CAPÍTULO IV DA INSTRUÇÃO PRELIMINAR DE ASSÉDIO MORAL OU SEXUAL

Art. 7º Recebida a denúncia descrita no art. 5º deste Ato, o Diretor-Geral poderá adotar medidas administrativas acautelatórias em relação ao ofendido, para assegurar a efetividade da instrução preliminar prevista no § 1º do art. 138 do Regulamento Administrativo, ou para preservar a higidez do ambiente de trabalho ou de aprendizagem.

§ 1º Constituem medidas administrativas acautelatórias:

- I - manutenção no exercício de função comissionada ou cargo em comissão durante a instrução preliminar;
- II - alteração de lotação;
- III - alteração do cumprimento da jornada de trabalho;
- IV - solicitação à empresa contratada, e aos órgãos e entidades parceiros, para alteração de lotação ou do horário de cumprimento da jornada de trabalho do terceirizado, estagiário, ou jovem aprendiz, durante a instrução preliminar;
- V - encaminhamento para sessões de mediação de conflito, nos termos do § 5º do art. 4º deste Ato.

§ 2º Caso um dos trabalhadores envolvidos esteja lotado em gabinete parlamentar, a aplicação das medidas de que trata o § 1º será decidida pelo Primeiro-Secretário.

§ 3º A autoridade competente para adotar as medidas administrativas acautelatórias poderá alterá-las ou revogá-las, de ofício ou mediante provocação dos interessados.

Art. 8º Durante a instrução preliminar, o trabalhador a quem se imputa a prática de assédio moral ou sexual deverá ser notificado para prestar esclarecimentos no prazo de dez dias.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no caput se a instrução preliminar for arquivada liminarmente por não estarem presentes indícios mínimos de ocorrência de assédio moral ou sexual.

Art. 9º Independente da adoção de medidas administrativas acautelatórias, havendo indícios da prática de assédio moral ou sexual por servidor, a instrução preliminar será encaminhada à autoridade competente para apuração dos fatos mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, nos termos do § 2º do art. 138 do Regulamento Administrativo do Senado Federal.



## SENADO FEDERAL

Art. 10. Ao término da instrução preliminar, ausentes indícios da prática de assédio moral ou sexual, o processo será arquivado e eventuais medidas acautelatórias serão revogadas pela autoridade competente.

Art. 11. Constatada a má-fé do comunicante ou do denunciante, será apurada a sua responsabilidade administrativa e criminal.

### CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. O disposto neste Ato aplica-se aos contratos e convênios administrativos firmados pelo Senado Federal, bem como outros ajustes congêneres, inclusive no âmbito dos Programas de Estágio e do Jovem Aprendiz, respeitada a legislação aplicável e os limites dos contratos administrativos.

§ 1º As empresas contratadas, órgãos e entidades parceiros serão incentivados a adotar em suas relações com o Senado boas práticas e medidas legais de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual que envolvam seus empregados ou representantes.

§ 2º As minutas-padrão de editais de licitação, contratos, convênios e demais ajustes administrativos a serem utilizados pelo Senado Federal conterão cláusula de observância às práticas de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual de que trata este Ato.

§ 3º Os contratos e convênios administrativos, bem como outros ajustes congêneres em vigor serão objeto de aditamento para a inclusão do disposto neste artigo, em caso de concordância dos pactuantes.

§ 4º Caso um dos trabalhadores envolvidos seja terceirizado, será comunicado o fato considerado assédio moral ou sexual à empresa contratada, e aos órgãos e entidades parceiros, para aplicação das medidas que julgarem cabíveis nos termos contratuais e da legislação trabalhista.

Art. 13. O SESOQVT elaborará relatórios anuais com as estatísticas de comunicação e denúncia de assédio moral ou sexual no Senado Federal, respeitado o sigilo dos envolvidos, e proporá ações de prevenção visando garantir um meio ambiente de trabalho livre de violência.

Parágrafo único. O relatório mencionado no caput deverá ser remetido, até o último dia útil do mês de janeiro, à Diretoria-Geral e ao Comitê Permanente pela Promoção da Equidade de Gênero e Raça.

Art. 14. Compete à Diretoria-Geral, em articulação com as unidades competentes, promover ações permanentes de prevenção à prática de assédio moral ou sexual no trabalho.

Art. 15. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.



SENADO FEDERAL

Senado Federal, 19 de dezembro de 2018. Senador José Pimentel, Primeiro-Secretário.

*Boletim Administrativo do Senado Federal*, nº 6664, seção nº 2, de 27 de dezembro de 2018, p. 1.



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022

ANEXO 18

(Processo nº 00200.014964/2021-11)

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA DO LOCAL**

Declaro, em atendimento ao previsto no Edital do Pregão Eletrônico [**Identificação do Pregão**], que a empresa [**Identificação da licitante**], por intermédio do(a) Sr(a) [**Identificação do Representante Legal**], portador(a) do CPF nº [.....] e RG nº [.....], vistoriou todos os locais onde serão executados os serviços objeto da licitação em consideração.

Local e data

Assinatura e carimbo

(Representante do Senado Federal)

(Matrícula nº.: \_\_\_\_\_)